

CADERNOS DO

terceiro mundo



GUEVARA
O exemplo
20 anos depois

Brasileiros invadem Portugal



Por que milhares de jovens estão fazendo a rota inversa de Cabral ?

MORATÓRIA

A QUEM INTERESSA A SUSPENSÃO ?

Uma receita de sucesso com sabor nordestino.



A São Braz S/A Indústria e Comércio de Alimentos, é hoje um patrimônio da região, produzindo e distribuindo alimentos de preparo fácil e paladar bem ao gosto da gente.

Com tecnologia avançada, é líder absoluta de mercado por traduzir as necessidades do nordestino, contribuindo para melhorar a sua alimentação e fomentar o desenvolvimento na área de sua atuação.

A eficiência do seu abastecimento, por outro lado, garante a presença dos produtos São Braz – como Vitamilho, Farroz Instantâneo, açúcar Cristalito, café São Braz, colorífico São Braz e tantos outros itens desenvolvidos pela empresa, nos mais distantes municípios do Nordeste. Esse transporte é realizado por uma frota própria e com sistema direto de vendas, o que permite um fluxo contínuo de abastecimento.

Modernamente instalada com três unidades fabris – João Pessoa, Campina Grande e Recife – com capacidade para atender a demanda a preços compatíveis, a São Braz é, principalmente, um exemplo sem similar do enorme potencial de uma região.

Gerando cerca de 1.800 empregos diretos, a São Braz desempenha importante função social, pois tem sido apontada entre as primeiras empresas da região, em recolhimento de impostos.

Para acompanhar o dinamismo e o potencial desta região, a São Braz abriu seu capital, negociando suas ações em bolsa, sendo portanto uma excelente opção de investimento.



SÃO BRAZ S.A.
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS

Tel. (083) 321-2044 • Telex (083) 2227
Campina Grande – Paraíba – Brasil

COMISSÃO SUL-SUL

Mobilizar os recursos do Terceiro Mundo

Antônio Marques



Nyerere: impulso à cooperação entre países em desenvolvimento

□ "O desafio que a Comissão Sul-Sul enfrenta é mobilizar os recursos globais do Terceiro Mundo para reajustar os desequilíbrios do atual sistema econômico internacional", afirmou Manmohan Singh, secretário geral da recém-criada Comissão Sul-Sul (ver **terceiro mundo** n.º 100).

Singh acrescentou que a Comissão deverá buscar "novas opções e modalidades para reforçar a decisão dos povos do Terceiro Mundo de conquistar um futuro melhor".

O chefe executivo dessa organização denunciou "algumas potências do Norte, que não entenderam a crescente interdependência nas

relações econômicas internacionais. A posição egoísta desses países - disse ele - é um perigo para a saúde e para a estabilidade do mundo inteiro".

Singh - que viajou para Dar-es-Salaam, capital da Tanzânia, a fim de se reunir com o ex-presidente desse país e presidente da Comissão, Julius Nyerere - acusou os países do Norte de manipular o sistema econômico mundial impondo uma "relação entre o centro, que domina e dita normas, e a periferia dividida, que aceita submissa os seus ditames".

Manmohan Singh também se referiu à necessidade de "unidade na luta", lema constante dos povos e go-

vernos do Terceiro Mundo na busca de uma nova ordem econômica mundial, longe dos perigos da guerra e da miséria. "A Comissão Sul-Sul - declarou - deve dar sua colaboração nessa batalha histórica para reconstruir e transformar a economia mundial".

A idéia da Comissão começou a ser esboçada em 1985, quando dirigentes terceiro-mundistas viram a necessidade de criar um organismo de cúpula para estudar os problemas de subdesenvolvimento e debater as possíveis formas de cooperação e integração. As linhas gerais do novo organismo

foram traçadas no ano passado na Malásia, durante uma reunião de chefes de estado e ideólogos do Sul. Finalmente, a iniciativa tomou impulso quando Nyerere aceitou presidir a Comissão, atendendo a um pedido da Conferência de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, realizada há um ano no Zimbábue.

Os 27 comissionados designados por Nyerere acabam de se reunir pela primeira vez no dia 2 de setembro passado em Genebra, Suíça, onde fica a sede do secretariado da organização.

ESTADOS UNIDOS

Reagan: "O desenvolvimento não é um direito"

□ O presidente norte-americano Ronald Reagan afirmou, mês passado nas Nações Unidas, que "o desenvolvimento não é um direito em si mesmo": ele está ligado à aplicação das políticas econômicas de livre mercado defendidas por seu governo. Em seu discurso na Assembléia Geral da ONU, o presidente definiu o desenvolvimento como "produto de direitos: direito a comprar e vender livremente, direito a contratar, direito a estar livre de impostos excessivos e regulamentações, livre do peso do governo".

Antes de Reagan, havia discursado o chanceler brasileiro, Abreu Sodré, que protestou contra a "insensibilidade e intolerância" dos países desenvolvidos quanto



Reuter

Ronald Reagan

aos aspectos econômicos, financeiros e de transferência de tecnologia. O discurso de Abreu Sodré contrastou com a interpretação otimista que Reagan fez da economia mundial que, segundo ele, estaria crescendo em todos os lugares onde se aplicam os mecanismos de livre mercado e "a iniciativa pri-

vada".

A administração Reagan destacou o exemplo dos países "recentemente industrializados" da Ásia, a maioria deles com governos ditatoriais e mínima atividade sindical, como exemplos de desenvolvimento baseado no livre mercado e na orientação da economia para a exportação.

"Na América Latina, a mesma lição do mercado livre, maiores oportunidades e crescimento é estudada e aplicada atualmente".

"Políticas que libertam os sonhos das pessoas comuns estão se disseminando pelo mundo. Da Colômbia à Turquia e Indonésia, os governos estão reduzindo os impostos, revisando suas legislações e abrindo oportunidade para a livre iniciativa", assinalou Reagan.

O presidente norte-americano não mencionou nenhum dos problemas que os países do Terceiro Mundo consideram críticos para o seu desenvolvimento: a dívida externa, o protecionismo, o sistema financeiro e monetário, os mercados de produtos básicos e a transferência de tecnologia.

EQUADOR

Vargas, candidato dos socialistas

□ O controvertido general Frank Vargas formalizou uma aliança eleitoral com o Partido Socialista Equatoriano (PSE), cujo candidato, o deputado Enrique Ayala, cedeu ao militar sua candidatura à presidência da República. Em meados de setembro passado, depois de longas conversações, que duraram alguns meses, o PSE e Ação Popular Revolucionária (Apr), de Vargas, resolveram caminhar unidos para as próximas eleições, numa frente denominada Unidade Patriótica do Povo.

Ao falar sobre a aliança, Ayala disse que esta representa uma "rebelião moral e um protesto contra a opressão oligárquica" e é o resultado da necessidade de unidade do povo.

A 31 de janeiro de 1988, serão realizadas as eleições presidenciais, legislativas e

municipais no Equador, que tem um eleitorado de cerca de quatro milhões e 500 mil votantes.

De acordo com uma pesquisa da Gallup, a candidatura de Vargas se encontra atualmente em segundo lugar na preferência dos eleitores, com 13,5%, imediatamente depois da do social-democrata Rodrigo Borja.

O militar, ex-comandante da força aérea, foi protagonista, em março de 1986, de dois levantes contra o presidente conservador León Febres Cordero e, depois de vários meses de prisão, foi libertado em troca da liberdade do presidente, que foi sequestrado, em janeiro deste ano, permanecendo durante 11 horas em poder de comandos da força aérea leais a Vargas.

Pouco tempo antes, em entrevista concedida à revista equatoriana *Nueva*,



General Frank Vargas

Frank Vargas tinha tornado públicas suas posições nacionalistas. Em relação à dívida externa, afirmou na ocasião que "ela não pode continuar sendo motivo de sangria para o país, com as consequências sociais que isso implica". O general manifestou seu apoio a medidas semelhantes às que o presidente Alan García aplicou no Peru: "Esses compromissos devem ser pagos só com uma porcentagem das receitas nacionais oriundas da exportação, de maneira a que os planos de desenvolvimento social e nacional não sejam afetados. Uma porcentagem que, em princípio, pode ser de 10% anuais".

Vargas criticou duramente a política externa do governo de Febres Cordero, assinalando que "a permanente adesão do regime às diretrizes da Casa Branca o fizeram abandonar os princípios integracionistas em favor de negociações bilaterais". Frank Vargas considera também que o rompimento de relações com a Nicarágua, decidido por Febres Cordero, viola a Constituição, e reivindica seu imediato reatamento.

NOVA CALEDÔNIA

Alta taxa de abstenção

□ Seguindo a orientação da Frente de Libertação Nacional Canaque Socialista (FLNKS), os nativos canaques se abstiveram maciçamente no plebiscito realizado em 13 de setembro passado para decidir o destino dessa ex-colônia francesa no Pacífico.

A FLNKS resolveu boicotar a consulta por considerá-la "uma fraude", pois

com a participação maciça dos colonos franceses, "são eles que acabam decidindo o destino de todos". O resultado foi que 98% dos votos apoiaram a manutenção do status colonial e apenas 1,7% votou a favor da independência.

Três dias depois do plebiscito, enquanto o primeiro-ministro francês Jacques Chirac viajava até a Nova

Caledônia para festejar o resultado, o presidente francês François Mitterrand denunciava a situação colonial das ilhas. Mitterrand afirmou que "com ou sem plebiscito, não haverá tranquilidade na Nova Caledônia enquanto persistir a grande desigualdade no território". Segundo informou, 1,500 europeus ou descendentes de europeus detêm o dobro da terra dos 35 mil canaques.

FINLÂNDIA

Padrinhos de crianças palestinas

□ Houria Shahedi, uma palestina de 17 anos, que teve de abandonar o Líbano devido à invasão israelense de 1982, vivendo atualmente num centro infantil de Damasco, é uma dos 27 jovens e crianças palestinos que visitaram há pouco tempo a Finlândia durante duas semanas, para conhecer seus "padrinhos" finlandeses.

A viagem de Shahedi e de seus companheiros faz parte do programa que, há dez anos, a sociedade árabe-finlandesa vem desenvolvendo para incentivar os finlandeses a assumirem a proteção de crianças palestinas. Sinika Aback, da Sociedade Fino-Árabe, apressa-se em esclarecer que o apadrinhamento não tem nenhuma conotação religiosa, e sim que se trata de propiciar uma relação essencialmente humana.

Arrancados dos seus lares e separados de suas famílias pelas guerras, Shahedi e muitas outras crianças têm um futuro sombrio pela frente. Organizações, como a Sociedade Fino-Árabe, tentam com essas "adoções" assegurar um apoio material às crianças mais desamparadas do Terceiro Mundo.

Fontes da Sociedade Fino-Árabe afirmam que aqueles que adotam afilhados do Terceiro Mundo normalmente continuam a lhes dar apoio até os 18 anos de idade, quando se presume que tenham adquirido uma educação básica e possam se defender so-

zinhos. Além disso, explicam, o contato continua por meio de um intercâmbio regular de cartas e fotografias entre afilhados e padrinhos.

Segundo os organizadores da campanha, há uma resposta positiva entre muitos setores da população finlandesa. Karen Luther, secretária da Interpedia - uma organização dedicada à proteção da infância -, calcula que mais de 1.700 famílias, dos 4,5 milhões de finlandeses, estão dando ajuda a crianças de 26 países do Terceiro Mundo.



Crianças palestinas no exílio: apoio material de padrinhos

ILHAS FIJI

Novo golpe

□ No final de setembro, o coronel Sitiveni Rabuka voltou a ocupar o noticiário internacional ao promover, pela segunda vez em apenas quatro meses, um novo golpe de estado nas ilhas Fiji. Dessa vez, o golpe foi dado três dias antes que assumisse o poder um Conselho de Estado Bipartite - onde estariam representadas as duas maiores comunidades do país, a hindu e a fijiana - dirigido pelo governador geral designado pela rainha Elisabeth II, Penai Ganilau. O Conselho de Estado iria funcionar como governo provisório até que as duas comunidades chegassem a um acordo sobre as consequências políticas do golpe de maio. (Ver matéria nesta

edição).

Poucos dias após o golpe nessa ex-colônia inglesa no Pacífico, o coronel Rabuka anunciou a revogação da Constituição e a formação de um novo governo mediante decreto. O anúncio foi feito após o ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, Geoffrey Howe, haver ameaçado publicamente expulsar Fiji da Commonwealth (Comunidade Britânica), se fosse proclamada a República.

Como ocorreu no primeiro golpe encabeçado pelo coronel Rabuka, em maio, a condenação por parte de todos os países foi unânime. Ao anunciar as novas medidas decretadas por ele, em uma reunião

com o corpo diplomático acreditado nas ilhas, Rabuka teve que se dirigir a representantes de baixo escalão pois todos os diplomatas de alto nível não compareceram.

A situação das ilhas Fiji torna-se agora mais complexa. Se, em maio, Rabuka havia entrado em confronto direto com a comunidade indiana, dessa vez o golpe adquiriu outras proporções, por haver derrubado um representante nomeado pela própria rainha Elisabeth. Isso dificultará não só as relações externas de seu governo, como a possibilidade de encontrar uma solução para a crise interna do país, que o seu golpe, em maio, só fez agravar.

BOTSUANA

Crescimento econômico

Num continente paralisado por uma enorme dívida externa e uma crise econômica generalizada, o Botsuana aparece como uma rara exceção. Em termos de receitas de governo e reservas de divisas, esse país é um dos mais ricos da África.

As reservas em moeda estrangeira — que chegam atualmente a 1,2 bilhão de dólares — são o dobro da dívida externa e como as divisas se mantêm em forma de depósitos que geram lucros nos mercados internacionais, o Botsuana ocupa a rara posição na África de ser um credor líquido para o mundo desenvolvido. A maior parte dessa riqueza se deve a uma única fonte: os diamantes, que são responsáveis por três quartos das receitas oriundas da exportação. O país é o principal produtor do mundo.

Desde o início da década de 70, essa nação da África Austral, com uma população de um pouco mais de um milhão de habitantes, vem registrando taxas de crescimento que se situam entre as mais altas do mundo. Entre 1980 e 1985, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um crescimento anual médio de 10%. No entanto, em 1966, quando ficou independente da Grã-Bretanha, o Botsuana era um dos países mais pobres do continente.

Além dos diamantes, o país também produz cobre e níquel (juntos, esses três produtos geram 90% das receitas por exportação) e exporta carne para a Comunidade Econômica Européia (CEE).



Num continente em grave crise, o Botsuana é uma rara exceção

A prosperidade econômica do Botsuana deve-se basicamente a dois fatores: a abundância de valiosos recursos naturais e uma administração cuidadosa da economia.

A política econômica atual se baseia no VI Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1985 a 1991, que estabelece quatro objetivos principais: rápido crescimento econômico, justiça social, independência econômica e desenvolvimento contínuo. O Plano prevê também a criação de empregos e o desenvolvimento das zonas rurais, dois pontos onde o governo teve

um sucesso limitado.

Como na maioria dos países do Terceiro Mundo, a maior parte da população do Botsuana vive em áreas rurais, em condições muito mais difíceis que os habitantes das cidades e com menos acesso aos serviços públicos. No entanto, é o setor agrícola que gera o sustento de 88% da população.

O governo de Gaborone investe muito em escolas, postos de saúde e estradas nas áreas rurais, embora não tenha sido capaz de aumentar a produção agrícola ou criar novos empregos.

BURUNDI

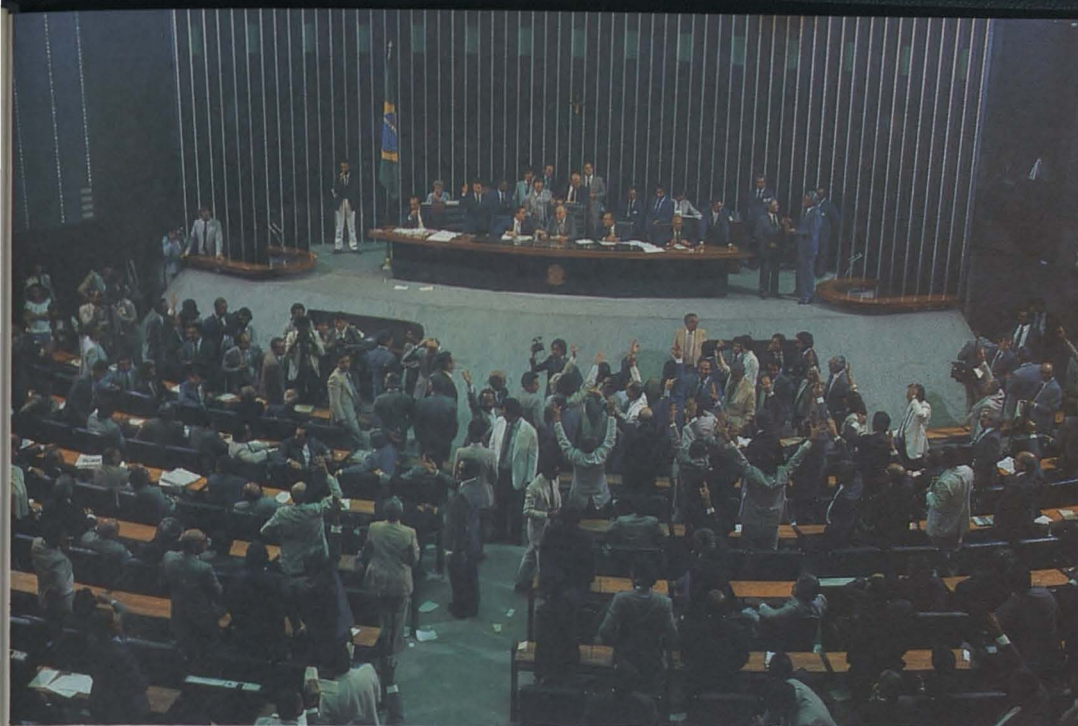
Novos rumos

O ex-presidente do Burundi, Jean-Baptiste Bagaza, deposto por um golpe de estado em 3 de setembro, recebeu asilo político temporário em Uganda. O novo governante do país, major Pierre Buyoya, acusou Bagaza de corrupção, de intolerância frente à crítica, de haver violado a Constituição e de impulsar uma política econômica incoerente. Para o major Buyoya, as razões que o levaram a dar o golpe "são as mesmas que alegou Bagaza quando derrubou em novembro de 1976 o presidente Michel Micombero". Micombero havia proclamado a República também através de um golpe de estado que depôs o rei, um aliado dos ex-colonos belgas.

Um Comitê Militar de Redenção Nacional de 13 membros foi instalado depois do golpe para assumir a administração do país.

O presidente deposto convocou em 1982 as primeiras eleições livres na história do país, cujos resultados lhe foram amplamente favoráveis. A partir daí ele acelerou a normalização institucional e se empenhou em renovar a economia, incentivando as cooperativas agrícolas.

O Burundi tem 27 mil quilômetros quadrados e cinco milhões de habitantes (muito parecido a El Salvador, tanto em termos de superfície quanto de população), sendo um dos países mais densamente povoados da África. Café, chá e algodão são seus principais produtos de exportação.



**Enquanto eles transformam
o Brasil lá dentro, a gente
restaura Brasília aqui fora.**

Na hora em que se elabora uma nova Constituição do Brasil, Brasília está em franca atividade.

Sob inspiração dos seus artistas-construtores — Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx —, o Governo do Distrito Federal está restaurando o projeto original da cidade.

Além disso, está integrando ao plano piloto de Brasília as cidades-satélites que se formaram em torno da capital brasileira nesses seus 27 anos.

Trata-se de um esforço do Governo José Aparecido no sentido de preservar o espírito arquitetônico que orientou a construção da Capital, bem como os seus valores sociais — em especial, a qualidade de vida.

Isso tudo está ocorrendo no momento em que a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO estuda a inscrição de Brasília na sua lista.

E esse é um fato inédito, porque, embora tenha um caráter próprio, definido pelo Plano Piloto de Lúcio Costa, Brasília é um monumento dinâmico, em franco desenvolvimento.

Por sua importância política, por sua beleza e concepção extremamente originais, Brasília é, hoje, o novo centro do turismo nacional.

Brasília está mudando com o Brasil.

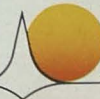
E está ficando cada vez mais bonita.

Departamento de Turismo

Secretaria da Indústria,
Comércio e Turismo

**GOVERNO
JOSÉ APARECIDO**

Brasília. Capital de todos.



TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



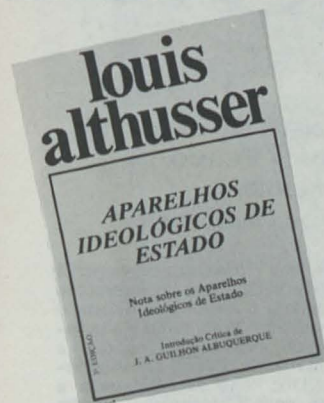
ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGOAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola

CADERNOS DO **terceiro mundo** postal

O REEMBOLSO CULTURAL QUE CRESCE JUNTO COM VOCÊ.



APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO

De: Louis Althusser

NOVO NA ESTANTE

Este é um livro considerado como básico para a compreensão da questão ideológica sob o ponto de vista da teoria marxista de hoje. O que são os aparelhos ideológicos do Estado (AIE)? Quando um indivíduo consciente percebe, identifica e participa a nível de análises deste assunto, está muito mais apto a compreender e desenvolver sua visão do mundo contemporâneo e colocar-se como ser social. 128 pág.

E-115 Cz\$ 222,00

O DISCURSO DO AVESSO
(para a crítica da Geografia que se ensina)

De: Ruy Moreira

LANÇAMENTO

A geografia que se ensina é uma disciplina porque disciplina. Quando a sociedade civil resolver sair da armadilha de um desprestígio da geografia, intencionalmente montada pela razão de estado, e, assim, incorporá-la às suas lutas por uma ordem democrática sem adjetivos e efetiva? É deste tema que trata este livro. 190 pág.

E-148 Cz\$ 250,00

NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS

De: Samuel de Paula

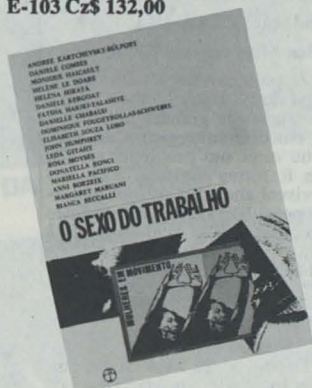
A dinâmica e conteúdo da ex-torsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós. 115 pág.

E-073 Cz\$ 125,00

A CRIANÇA DA FAVELA E SUA VISÃO DO MUNDO:
Uma contribuição para o pensar da escola
De: Lígia de Medeiros

A autora conviveu por dois anos com as crianças da favela da Rocinha, em uma de suas áreas mais pobres - a Rua Um. O que começou com um objetivo acadêmico, transformou-se em um trabalho cujos frutos extrapolam sua intenção puramente formal. 122 pág.

E-103 Cz\$ 132,00



O SEXO DO TRABALHO

Org.: Andrée Kartchevsky-Bulport

NOVO NA ESTANTE

O livro traz abordagens históricas das relações freqüentemente tumultuadas - sempre complexas - entre o movimento operário e o movimento das mulheres, e abordagens monográficas centradas nas operárias, seu trabalho e suas lutas. Uma vontade comum se expressa: pensar a classe operária no feminino. Participam 18 personalidades, estudiosas e líderes da questão da mulher no mundo. 193 pág.

E-118 Cz\$ 310,00

PARA UMA PSIQUIATRIA DA LIBERTAÇÃO

De: Washington Loyello

A história da Psiquiatria no Brasil não pode mais ser uma história a serviço das classes dominantes. O discurso da Psiquiatria, sobretudo nos países de capitalismo dependente, passa necessariamente pelo discurso político. O temário do livro é o seguinte: a loucura como expressão da cultura; a depressão na adolescência; a contribuição de Pavlov à Teoria do Conhecimento; Fanon, psiquiatra do Terceiro Mundo; considerações em torno da Psiquiatria Social além de outros tópicos polêmicos. 107 pág.

E-083 Cz\$ 100,00

ANÁLISES ANTROPOLÓGICAS - ESTUDO TEÓRICO

De: Felte Bezerra

NOVO NA ESTANTE

O autor procura expor, sem prevenção e sem paixões, diversos aspectos das principais correntes, em uma investigação cuidadosa do assunto. Eis o índice: Introdução (das classes ou estruturas sociais); A Antropologia e a corrente marxista; Existe uma Antropologia econômica autônoma? Modos de produção em povos fora da Europa; a eterna questão do parentesco; análises e conclusões. 283 pág.

E-126 Cz\$ 290,00

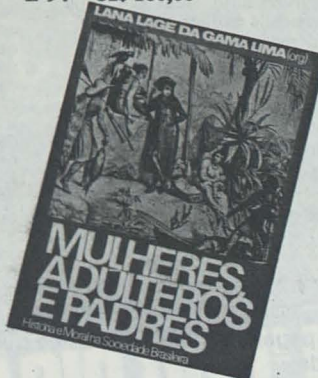
ANARQUISMO OU MARXISMO: UMA OPÇÃO POLÍTICA

De: Gilbert Green

FIM DE ESTOQUE

A revolta e a agitação juvenis, com a radicalização inerente à rebelião em massa da juventude, são estudadas dentro de uma perspectiva histórica. O autor vai fundo em suas colocações, levantando pontos cruciais como: liberdade/sociedade, o problema da autoridade e a crise do liberalismo, a lição da Comuna de Paris, os anarquistas, e a guerra civil espanhola. 200 pág.

E-94 Cz\$ 160,00



MULHERES, ADÚLTEROS E PADRES

Org: Lana Lage da Gama Lima

Temos aqui uma coletânea de ensaios que se voltam para o estudo da família e da moral no passado brasileiro. Os modelos que a igreja, o Estado e os letrados portugueses propunham ou impunham à sociedade colonial são analisados e discutidos no livro, que se apóia em fontes legais, discursos morais, processos eclesiais. 101 pág.

E-109 Cz\$ 120,00

A QUESTÃO JUDAICA
De: Karl Marx

Obra importante da juventude de Marx onde ele inaugura, nos trabalhos aqui reunidos, a perspectiva do socialismo e do homem novo. 73 pág.

E-097 Cz\$ 75,00



NICARÁGUA, NICARÁGUITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓIA DEMOCRACIA

De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaráguita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro". (Frei Betto). 156 pág.

E-144 Cz\$ 250,00

CONVITE À LEITURA DE GRAMSCI

Org. Pedro Celso Uchôa Cavalcante e Paulo Piccone

A presente coletânea de textos gramscianos reporta-se aos primeiros anos de sua atividade jornalística e editorial: "anos de ferro, fogo e chumbo". O livro mostra um Gramsci que, generosamente, acredita no homem e, criticamente, questiona o conceito de cultura como saber enciclopédico, discutindo, inclusive, o que seria uma escola humanista para o proletariado. 131 pág.

E-085 Cz\$ 110,00

FIM DE ESTOQUE

TORNEIO QUADRANGULAR 1º D'AGOSTO



OFERTA DA



Uma Empresa do Grupo



C.R. DO FLAMENGO



1º D'AGOSTO

NO X ANIVERSÁRIO DO 1º D'AGOSTO

ACIMA DE TUDO, FAZENDO AMIGOS.

Largo 4 de Fevereiro, n.º 8
Edifício Hotel Presidente Le Meridien
Luanda - República Popular de Angola.
Telefones: DDI (002442) 370453 - 370840 - Telex: 9913301





Agricultura em Angola

Em nosso país, a agricultura é a base do desenvolvimento, tanto a mecanizada quanto a tradicional, onde a mulher tem um papel fundamental na produção. Foram organizadas cooperativas agrícolas e associações de camponeses, o que permitiu uma grande diversificação da produção, principalmente dos cultivos tropicais de cacau, café, dendê (de onde se extrai o azeite). Também tem-se incentivado a produção pecuária, em extensas áreas favorecidas pelas condições naturais do terreno; já se produzem leite e carne.

Queria ver este esforço do nosso povo refletido nas páginas da revista, para que os leitores de outras partes do mundo não pensem que em Angola só há guerra. Apesar de tudo, trabalhamos pelo desenvolvimento econômico.

Germano Alberto Tavares de Souza – Luanda – Angola

Peronistas versus radicais

Agora que os peronistas ganharam as eleições, acho que os radicais e, em particular o presidente Alfonsín, deveriam refletir seriamente sobre o resultado da votação. No meu caso, por exemplo, ao votar no peronismo o fiz mais como um voto de censura à política econômica do radicalismo do que um real apoio às teses do peronismo em sua versão 1987.

Não é possível ter uma retórica anti-FMI e executar uma política econômica que está dentro dos esquemas tradicionalmente defendidos pelo Fundo Monetário Internacional.

Mais do que nunca está faltando ao governo argentino olhar para os seus vizinhos e tirar experiências do que acontece no Peru de Alan García ou mesmo no Brasil de Sarney, onde apesar de todas as contradições, a moratória não foi suspensa e os banqueiros tiveram que absorver suas perdas sem poder adotar represálias.

José Luis Ramos Carrió –

Buenos Aires – Argentina

De Rivera

Quero agradecer a vocês pelo excelente e importante trabalho que realizam para o Terceiro Mundo. Sabiam que aqui em Rivera têm um amigo que crê firmemente no trabalho de todos vocês.

Marcos Maciel Núñez – Rivera – Uruguai

Sistemas educacionais

Os estudantes do curso de Pedagogia conheceram e apreciaram terceiro mundo no estudo de Educação Comparada e da Sociologia do Desenvolvimento. Se nos for permitido, sugeriríamos que, à riqueza de conteúdos da revista, fossem acrescentadas, oportunamente, informações sobre os sistemas educacionais de vários países.

Prof. Vito Milesi – Universidade Federal do Maranhão – Brasil

A saída da Bolívia para o mar



O ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Guillermo Bedregal

Me é muito gratificante expressar meus agradecimentos pela publicação de declarações minhas que relatam a evolução das conversações realizadas em Montevidéu sobre a saída ao mar da Bolívia e de outros temas de interesse regional.

Da mesma forma, li com atenção as valiosas informações publicadas na mesma edição e que se referem a diversos temas do acontecer internacional.

Guillermo Bedregal – Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia.

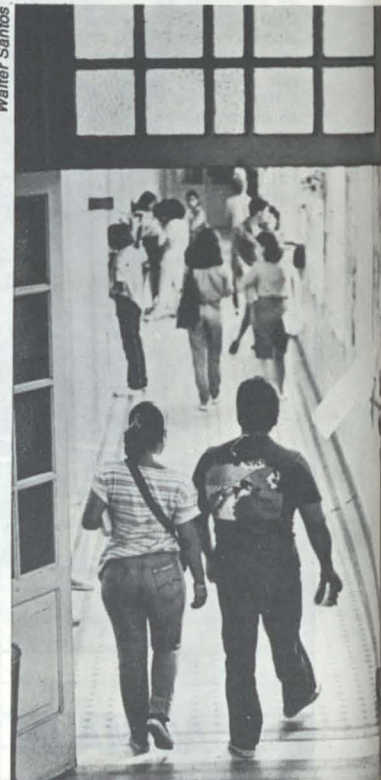
Racismo

A luta pela democracia e por uma sociedade mais justa passa necessariamente pelo combate à discriminação em todos os campos, em especial no da educação e da cultura assim como nas relações sociais e de trabalho... Geralmente nós, brasileiros, quando chamados a opinar sobre racismo ou preconceito, procuramos escamotear as evidências apelando invariavelmente para o expediente dos contra-exemplos que constituem exceções; exceções essas que não anulam a regra. Tal escamoteamento ou negação se dá a dois níveis: inconsciente – por alienação ou ignorância – ou consciente má fé, objetivando bloquear o avanço das "minorias" oprimidas...

(...) E aqui deixo uma indagação: por que, embora sendo a população brasileira majoritariamente escura, ocorre uma baixa densidade de professores negros nas universidades, principalmente nos cursos tidos como de "elite"?

Benedito Antonio Luciano – Universidade Federal da Paraíba

Walter Santos



Nos corredores universitários, rara presença de negros

CARTAS

Resenha sobre a revista

Fizemos uma resenha sobre **terceiro mundo** e o **Guia do Terceiro Mundo** em nosso jornal, distribuído principalmente entre os alunos e professores da Universidade Federal de Santa Catarina – em especial entre os do curso de Sociologia, Geografia, História e Ciências Sociais.

Marcos G. Silva – Centro Acadêmico de Filosofia – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, SC – Brasil

Felicitações por Cabo Verde

Quero felicitá-los pela excelente reportagem sobre Cabo Verde, esse pequeno arquipélago africano que enfrenta dramaticamente a situação criada pelos anos de seca.

José Agripino de Almeida Lira – Maceió, AL – Brasil

Diferenças acentuadas

Os países desenvolvidos gastam cerca de 45 bilhões de dólares em pesquisas no setor agrícola, para desenvolver novas técnicas e melhorar a produção. Assim, evitam a importação de grandes quantidades de alimentos dos países do Terceiro Mundo.

Por sua vez, os países do Terceiro Mundo exportam, juntos, cerca de 75 bilhões de dólares (só o Japão tem um superávit comercial de 80 bilhões de dólares). Como se pode notar, as diferenças são acentuadas. O Terceiro Mundo reivindica mudanças nas relações econômicas internacionais, mas o jogo de interesses fala mais alto do que o clamor de 70% da Humanidade.

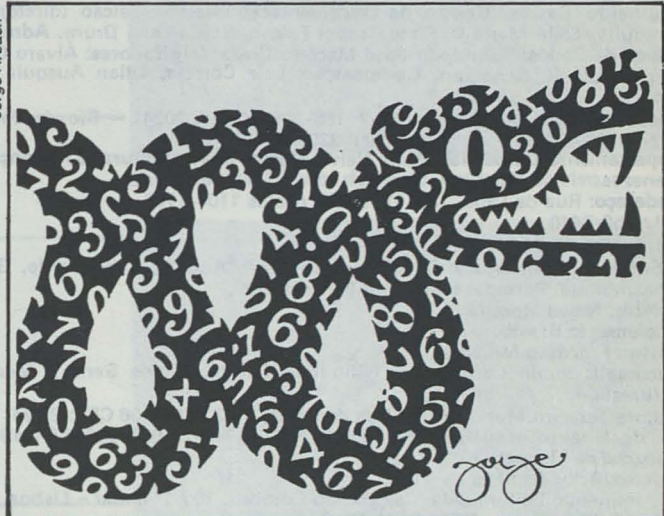
O que está faltando no Terceiro Mundo é liderança. É uma lástima, pois os dirigentes não estão preparados, não têm suficiente consciência política ou capacidade para governar. Estão mais preocupados com os seus próprios interesses, paralisados pela ambição.

Gaspar Braz de Araújo – Minas Gerais – Brasil

A crise chega aos assinantes

Tendo passado por momentos aflitivos de cunho financeiro, vi-me forçado a priorizar a alimentação e colégio, restringindo despesas extras, dentre as quais as assinaturas de **terceiro mundo** e **Barricada**. Só pessoas atentas aos problemas mundiais e terceiro-mundistas podem entender como dói abrir mão dessas publicações. Me acabrunhou enormemente, creia.

Para cúmulo dos cúmulos, sem **terceiro mundo** nem **Barricada**, me consolava na TV, que simplesmente pifou. Concerto de TV é de assustar. Apelei, então, para o radinho de pilhas. Adivinha o que aconteceu? Acertou. Pifou também.



Sou estudante universitário e me inspiro na doutrina de libertação nacional que ensejou um quadro novo no cenário africano, notadamente de língua portuguesa, onde vemos uma Angola soberana, como bastião da causa justa em terras africanas. Sou um entusiasta da causa terceiro-mundista na Santa Úrsula, onde faço matemática. Baseado nos meus estudos e cálculos, apresentarei ao me formar uma tese chamada "Teorema do Terceiro Mundo". Banirei a taboada colonialista, atroz e voraz que soma para a burguesia e subtrai para nós. Essa taboada não me seduz. 2 mais 2 não são quatro nem na China. Para nós é 22 sem tirar nem pôr. Abaixo a taboada da opressão. Viva a matemática terceiro-mundista.

Poncio M. Silva – Estudante terceiro-mundista – S.J. do Meriti, RJ – Brasil

Recuperar o perdido

Há muitos anos, fomos grandes divulgadores de **terceiro mundo** em sua primeira etapa. Com esforço conseguimos formar a coleção completa da revista e do **Guia** também... Quando decidimos retomar a nossa querida pátria com o restabelecimento da democracia, embalamos todos os nossos pertences – livros, objetos de uso pessoal e, obviamente, a coleção de **terceiro mundo** – mas perdemos tudo em um incêndio. Depois de 10 anos de exílio voltamos ao país com o que tínhamos e nossos filhos latino-americanos, que nasceram no exterior. Acredito que Deus nos ensinava al-

guma coisa: começar de novo, do nada, mas com fé e amor.

Reflexões teológicas à parte, o fato é que agora que nos reencontramos com **terceiro mundo** em Buenos Aires (compramos os números 97 e 98 numa banca), gostaríamos muito de recuperar a coleção que tínhamos e também o **Guia**. Isso nos permitiria compartilhá-la com um grupo de jovens com o qual estamos trabalhando (Organização de Produtores e da Produção; sou engenheira agrônoma).

Peço que me respondam quanto devo pagar-lhes e onde.

Guillermina Montero – Mendoza – Argentina



Sandino: em Milão, Itália

Da Casa Augusto Sandino

Desde 1986, alguns representantes do movimento de solidariedade e cooperação, da redação da revista **Quetzal**, dos sindicatos e de instituições democráticas decidiram criar um centro de documentação sobre a realidade da América Central e do Caribe.

Também foi fundada a Casa Centro-Americana "Augusto César Sandino", que conta com o apoio do Instituto de Estudos do Sandinismo, a Agência Nova Nicarágua, o Centro Ecumênico Valdivieso, a Coordenadoria Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais, assim como representantes da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador e da Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca.

A finalidade de nosso trabalho é formar uma consciência mais profunda e correta dos problemas do desenvolvimento e cobrir em particular a questão centro-americana.

Por essa razão, é para nós muito importante contar com uma revista como **terceiro mundo**, que trata da situação dos povos explorados e em especial, o que nos interessa concretamente, das nações do continente americano.

Rosalía Cereda – Relações Públicas – Casa Augusto César Sandino – Milão – Itália

terceiro mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease García, Juan Somavía

Redação Permanente: Artur Poerner, Claudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

REDAÇÃO CENTRAL (Rio de Janeiro):

Departamento de Arte: Luís Eduardo Carvalho, Miguel Efe, Pedro Toste, Reginaldo Caxias. **Centro de Documentação:** Helena Falcão (diretora), Elizabete Mesquita, Leila Maria C. Pinto, Isabel Falcão, Sônia Lana Drum. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Digitadores:** Alvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia, Lillian Ausquia Leão. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro - Tel.: 222-1370/242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Departamento Comercial: Maria Neiva. **Depto. de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes.

Endereço: Rua da Lapa, 180, 11º andar / salas 1104-1107
Tel.: 252-7440

EDIÇÕES REGIONAIS:

● **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe

Diretor: Neiva Moreira

Suplemento Brasil:

Editor: Procópio Mineiro.

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clovis Sena e Memélia Moreira (Brasília).

Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20.241

Rio de Janeiro/Brasil/Tel.: 222-1370/242-1957/ Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sucursal de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200

Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

● **Edição em Espanhol**

Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul

Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio

Administração: Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de

Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Impressão: Impressora Polo Ltda. Garibaldi 2579 Tel.: 802420 - Montevideo

Representante na Argentina: Ruben Montes de Oca

Distribuição na Argentina (em livrarias): Punto Sur Editores - Av. Pte. Julio A. Roca

751 - 4º C - Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires - Argentina

Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal

● **Edição em Inglês (bimestral):**

Editor: Carlos Castilho

Editor Adjunto: Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20.241 - Rio de Janeiro/Brasil

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile),

Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quintocot (Peru),

Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique.)

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn,

Angel Ruocco, Alberto B. Mariantoni, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, António Silva,

A. Prado, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez,

Carolina Quina, Cedric Belfrage, Claude Alvares, David Fig, Edouard Bailby,

Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca

Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Guiomar Belo Marques, Gregorio Selser,

Gridvía Kuncar, Govin Reddy, Hebert de Souza, Hugo Neves, José Botaro, Jim Cason,

João Melo, Jorge A. Richards, José Monserrat Filho, Ladislau Dowbor, Luis Maira,

M. Venugopala Rao, Maluza Stein, Marcela Otero, Manuel Freire, Marcos Arruda,

Mark Fried, Mario de Cautín, Maurício Ubal, Moacir Werneck de Castro, Mía Couto,

Narinder Koshla, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Otoniel Martínez,

Pablo Marfínez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo

Bueno, Raul Gonçalves, Ravindran Casinader, Ricardo Soca, Rodolfo de Bonis,

Rodrigo Jauberth, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Víctor Bacchetta.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola),

AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México),

SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências

dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas

Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo

(Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia), Israel

and Palestine Political Report (Paris).

Ilustração capa: Amorim

Capa: Pedro Toste

Revista mensal nº 104 - Outubro - 1987

INTERCÂMBIO

● *Rodrigues Manuel Filipe "Ross"*

C.P. 2959

Luanda - Angola

● *Julio Coimbra Miguel*

C.P. 948

Benguela - Angola

● *Norma E. Luque*

Casilla Correo 70

Suc. San Miguel 1663

Pcia. Buenos Aires

Argentina

● *Andrea Estevez*

Sancho Panza 3145/4

Montevideo

Uruguay

● *Luis D. Volonté*

Ruta 8 - Km 21 - Villa Garcia

Montevideo

Uruguay

● *Antonio Torossian*

Casilla de Correos Nº 1357

Correo Central

Montevideo

Uruguay

● *Fernando Vidal*

Cassilla de Correos Nº 1391

Correo Central

Montevideo

Uruguay

● *Domingos Sambú*

C.P. 71 - Granja de Pessubé

Bissau - Rep. da Guiné-Bissau

● *Joaquim Antonio Salvador*

C.P. 837 - Benguela

Rep. Popular de Angola

● *Sérgio Sánchez C.*

Nacional y Colón s/n - Venustiano

Carranza

59160

Michoacan - México

● *Marcos Evangelista*

3ª Prensa - Rua dos Militares, 82,

Luanda - Rep. Popular de Angola

● *Carlos Pereira de Barros*

C.P. 344 Dffzei - Limitada

Luanda - Rep. Popular de Angola

● *Helder R. Mendes*

Apartado 184

Benguela - Rep. Popular de Angola

● *Domingos Francisco Contreira (Adelino)*

Pem, 102-ENAM - Comandante Sala

C.P. 140 - Negage

Uige - Angola

● *Daniel Gomes*

P.C.M. 203 - U/M 6322/G

Cabinda - Angola

● *Helena da Conceição dos Santos*

A/C de Luis Augusto dos Santos

C.P. 10369

Luanda - Angola

12 **ESPECIAL - CHE GUEVARA:
A VIGÊNCIA DO SEU PENSAMENTO**

- 13 Entrevista a Eduardo Galeano
- 16 Carta a Fidel Castro
- 19 Discurso na Unctad (Genebra)

AMÉRICA LATINA

- 21 **Uruguai:** E depois das assinaturas?, *Roberto Remo*
Exercendo a democracia direta,
Beatriz Bissio
- 24 **Nicarágua:** Cumprir os acordos de paz, *Marcio Vargas*
- 27 **Guiana:** A componente indígena, *Serguei Trofimienko*
- 29 **Caribe/Caricom:** As dificuldades da integração,
Andrés Serbin

31 **Barbados:** Um golpe para o nacionalismo
ORIENTE MÉDIO

- 33 **Líbano:** Culpados até prova em contrário,
Juan Carlos Gumucio

ÁFRICA

- 36 **Burkina Faso:** A justiça popular, *Micaela Ramada*

OCEANIA

- 40 **Ilhas Fiji:** O "castelo de cartas" começa a
desmoronar, *Lopeti Senituli*

ÁSIA

- 42 **Índia:** Goa, a outra face do paraíso turístico,
Rajiv Tiwari

COMUNICAÇÃO

- 44 A palavra como arma, *Aldo Gamboa*

SUPLEMENTO BRASIL

- 48 **Economia:** Os efeitos da moratória, *Álvaro Queiroz*
- 51 Os maiores devedores se unem
- 52 Bancos: o dinheiro em poucas mãos
- 54 **Constituinte:** Sistematização - Esboçar o provisório,
Procópio Mineiro
- 55 Bernardo Cabral se justifica,
Clóvis Sena
- 57 **Privatização:** O grito das estatais
- 60 **Setembro:** Fatos marcantes do mês
- 62 **Tecnologia:** O Brasil no Clube Atômico
- 64 **Cultura:** O pensamento de Leon Hirszman - A crise
do cinema nacional
- 66 Mitos, lendas e realidades -
Festival de cine indígena
- 69 **Matéria de capa:** Brasileiros descobrem Portugal,
Carlos Pinto Santos
- 71 Jovens atrás do futuro,
Leila Magalhães
- 72 **Opinião:** De Brasília a Acapulco, *Neiva Moreira*



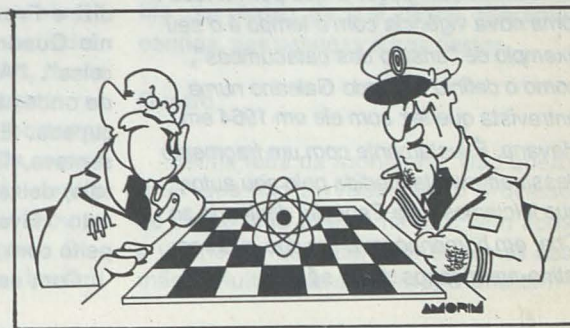
Che Guevara: 20 anos de morto, um exemplo vivo



Nicarágua: Ortega e Obando y Bravo promovem a paz



Jornalistas vítimas da guerra no Líbano



Nuclear: o debate entre militares e cientistas

CHE GUEVARA

O "Che" Guevara morreu há 20 anos, em 8 de outubro de 1967, num momento em que a América Latina assistia à irrupção de inúmeros movimentos armados que, apesar de suas diferenças e divergências, tinham em comum a aspiração de dar impulso às mudanças revolucionárias no continente americano. A figura extraordinária do Che foi preservada, apesar do canibalismo ideológico que acompanhou o desmoronamento da guerrilha e apesar de que, na década de ditaduras que assolou a terra americana, seu nome, seus escritos e suas idéias foram satanizados pelos detentores armados do poder.

Muito além da controvérsia em torno dos caminhos que a revolução latino-americana deverá trilhar, o Che passou de combatente a herói e de mártir a lenda, transformando-se na figura síntese de um novo tipo de homem — o Homem Novo que, como ele, é capaz de viver e dar a sua vida pelo próximo —, sobre o qual recairá a responsabilidade de construir a sociedade com justiça social, pela qual lutam os povos explorados. Uma figura da qualidade humana do Che não é fácil de ser examinada, muito menos de ser julgada em seus erros ou acertos táticos e estratégicos. O que permanece e toma nova vigência com o tempo é o seu exemplo de "cristão das catacumbas", como o definiu Eduardo Galeano numa entrevista que fez com ele em 1964 em Havana. É justamente com um fragmento dessa entrevista, cedida pelo seu autor, que iniciamos este Especial dedicado ao Che, em homenagem a um dos maiores latino-americanos deste século.

A VIGÊNCIA DO SEU PENSAMENTO

"Traidor — lhe disse — você é um traidor". Mostrei para ele o recorte de um jornal cubano, onde aparecia vestido de *pitcher*, jogando beisebol. Lembro que riu, nós rimos; se me respondeu alguma coisa, não sei. A conversa pulava de um tema a outro, como uma bolinha de ping-pong, e trocávamos lembranças, esperanças, experiências e fazíamos brincadeiras:

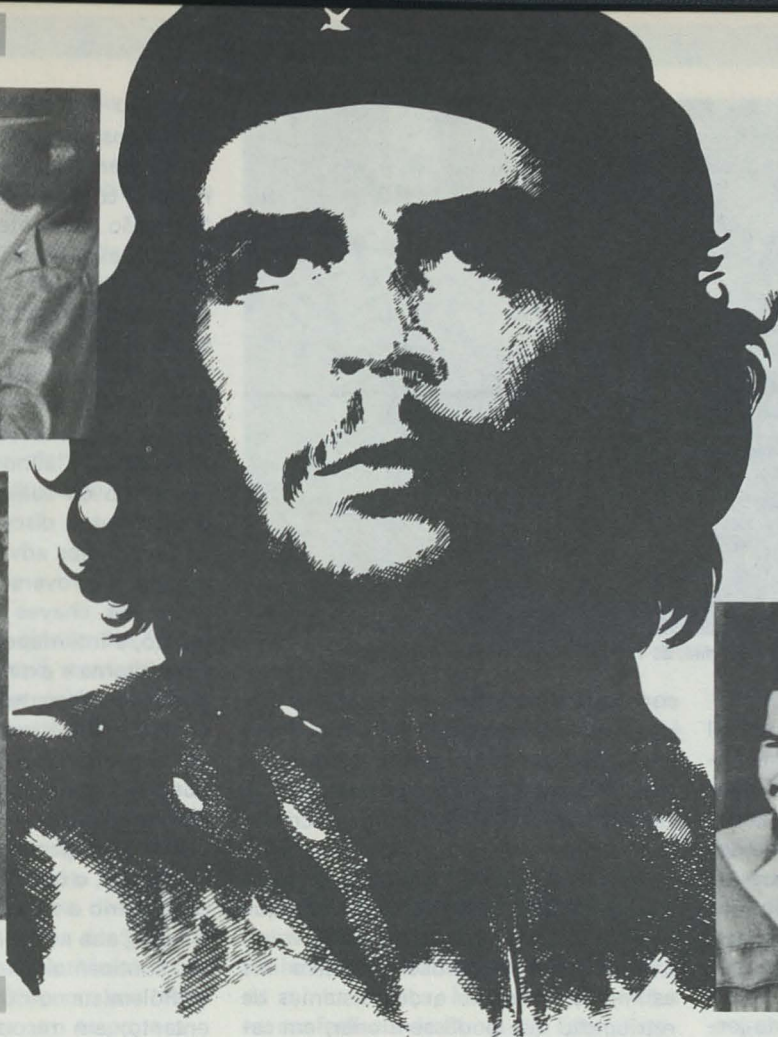
"O que será que está acontecendo com a minha mão? Está amaldiçoada", disse Che. "Amaldiçoada?", perguntei. "É claro que está. Cumprimentou Frondizi e Frondizi caiu, cumprimentou Jânio Quadros e lhe aconteceu a mesma coisa". "Ainda bem que eu não tenho de onde cair", comentei, com cara preocupada. E ele ria, franzia a testa, se sentava, ficava de pé, caminhava pela sala, deixava cair as cinzas de seu charuto Havana e apontava para o meu peito com ele.

Com espírito de discutir e não de en-

sinar, recorria, às vezes, a um quadro negro para explicar uma idéia complexa, esboçando-a com giz: podia ser a polêmica em torno do cálculo econômico ou a discussão se a lei do valor estava ultrapassada na sociedade socialista. Era cáustico como um rioplatense (natural da região do Rio da Prata) e, ao mesmo tempo, fervoroso como um cubano: generoso com sua verdade, mas disposto a brigar por ela. Uma força linda e profunda nascia dele, sem parar, vindo de dentro; se denunciava, como todos, através dos olhos. Tinha, me lembro, um olhar puro, limpo, como se tivesse acabado de acordar: essa maneira de olhar dos homens que acreditam em algo.

Dois

Acreditava, sim, na revolução na América Latina, em seu doloroso processo, em seu destino; tinha fé na nova



condição humana que o socialismo *deve* fazer surgir. Quando começava a falar sobre esses assuntos, a gente tinha a impressão de que o seu sangue fervia, mas colocava sob rédeas curtas o seu entusiasmo, mal eu começava a tomar anotações do que ele dizia. Então, olhos fixos na caneta que dançava sobre o papel, preferia o comentário mordaz e cortante, que deixava escapar, depois de soltar, sorrindo, duas ou três baforadas de fumaça azul por entre os espessos bigodes e a barba rala.

A paixão que vibrava nele, tão à flor da pele, tinha rompido as fronteiras que outros haviam inventado para a América Latina e nas quais, evidentemente, ele não acreditava. Ao conversar com ele, não se podia esquecer que aquele homem havia chegado a Cuba depois de uma peregrinação por toda a América Latina; que havia estado, e certamente não como turista, no redemoinho da nascente revolução boliviana e na

agonia da revolução guatemalteca; que tinha carregado bananas na América Central e sido fotógrafo de rua no México para ganhar a vida e que, para desafiá-la, se havia jogado de cabeça na aventura do *Granma*¹.

Três

"Passaram um dia – disse na carta de despedida a Fidel – perguntando quem deveria ser avisado em caso de morte, e a possibilidade real do fato mexeu muito com a gente. Depois, soubemos que era verdade, que em uma revolução se triunfa ou se morre (se é verdadeira)". Em busca de novas vitórias, ou do fim, foi embora de Cuba. "Outras terras do mundo exigem os meus modestos esforços", dizia a carta: "...Os novos campos de batalha...". Sim, no centro da tempestade e da luta, se triunfa ou se morre: "Sob outros céus", agora. Outros, amigos, tantos amigos, haviam

caído pelo caminho; muitos continuarão caindo. *El Patojo*, por exemplo, que tinha passado fome com ele nos duros tempos do México e acabou seus dias crivado de balas nas selvas da Guatemala (desconfiar, desconfiar, lhe havia aconselhado o Che: morreu por traição de um colega dos tempos de escola).

O Che não era homem de escritório: era um *criador de revoluções* e isso se notava nele; não era, ou era contra sua própria vontade, um *administrador*. Tinha que terminar explodindo aquela tensão de leão enjaulado, que se percebia por baixo de sua calma aparente, contida, nas palavras e nos gestos.

Quatro

Sentia falta da montanha. Não quero dizer que não servisse para o processo de construção que, já na paz, vem após a vitória conquistada com as armas nas mãos. Muito pelo contrário, o Che tam-



"Suspeitava-se que ele, como Fidel, não dormia, às voltas com problemas complexos"

bém era, nesse sentido, um revolucionário exemplar, trabalhador incansável em todos os cargos de alta responsabilidade que teve de assumir. Suspeitava-se, em Cuba, que ele não dormia, assim como Fidel: dia e noite estava às voltas com os complexos problemas que lhe cabiam resolver e com os difíceis processos que – principalmente na luta pela industrialização do país – teve de pôr em marcha.

Ao fim de cada jornada – e cada jornada se estendia de segunda a sábado – ia, aos domingos, cortar cana como operário voluntário, e ainda lhe sobrava tempo, inexplicavelmente, para ler, escrever e levantar polêmica. E também para lutar contra sua asma, implacável, que já havia suportado com muito sacrifício nos tempos de guerrilha ("A ordem de partida – nos contou – chegou de repente, e todos tivemos que sair do México do jeito que estávamos em grupo de dois ou três. Tínhamos um traidor entre nós e Fidel havia ordenado que, mal chegasse a ordem, saíssemos com o que tivéssemos na mão, para evitar que o traidor avisasse à polícia. Aquele traidor... ainda não sabemos quem era. Foi por isso que tive que viajar sem o inalador, e durante a travessia tive um ataque de asma feroz. Pensei que não ia chegar nunca").

Estava comprometido até as últimas

consequências "como deve ser", na difícil tarefa da construção do socialismo em Cuba. De todos os dirigentes, era o mais austero e o mais parecido, por sua capacidade de sacrifício, com um cristão das catacumbas. Obstinado pela idéia de que a mística do socialismo em marcha, a fé do povo no novo mundo que nascia, fosse o motor do desenvolvimento, renegava o uso excessivo dos estímulos materiais e dos sistemas de retribuição que pudessem criar, em cada um, a expectativa de que um dia "vi-

"A O FIM DE CADA JORNADA, QUE SE ESTENDIA DE SEGUNDA A SÁBADO, IA AOS DOMINGOS CORTAR CANA COMO VOLUNTÁRIO E AINDA LHE SOBRAVA TEMPO PARA LER, ESCREVER E POLEMIZAR"

ria a ser um Rockefeller". Ficava indignado diante da possibilidade de que – amparado pela manutenção da lei do valor, que ele combatia, no período decisivo que Cuba vivia – pudesse ocorrer ("outros casos o demonstram") uma volta a uma sociedade capitalista. Nisso, era inflexível. E muito duro na hora da indignação.

A afiada capacidade polêmica do Che Guevara – de quem certos economistas criticavam, talvez com razão, do ponto de vista deles, uma "idealização" do

processo – se aplicava sempre na elucidação dos problemas *cubanos* e nada tinha a ver, como se pensava erroneamente, com o debate sino-soviético. "Nós não nos metemos nisso", nos disse para explicar porque se havia cortado, em Cuba, um texto de Paul Baran² que fazia referência ao conflito entre Moscou e Pequim.

Qualquer analogia, em todo caso, se dá por extensão, mas Cuba e seu destino, como ponto avançado da fronteira da revolução latino-americana, estavam no centro de suas preocupações. "Não me interessa discutir essas coisas fora de Cuba", nos advertiu ao se referir aos pontos controversos – o ritmo da revolução, as chaves do seu desenvolvimento, a interdependência de suas políticas interna e externa –, que suscitavam posições diferentes entre os dirigentes. O Che encabeçava, notoriamente, uma tendência com pontos de vista definidos, não só em relação ao cálculo econômico e à lei do valor, como também diante da importância relativa da industrialização, o conflito entre o sistema orçamentário e a descentralização, e o papel de Cuba no âmbito maior da revolução continental.

Polemista como era, não vacilava, no entanto, em reconhecer seus próprios erros, que haviam sido erros da própria revolução: diminuir a produção de açúcar e "tentar substituir importações através da fabricação de produtos acabados, com todos os problemas, enormes, que implica a importação dos produtos intermediários".

Cinco

O povo cubano se reconhecia no exemplo que o Che, não-nascido no seu solo, mas vitalmente comprometido no desafio da revolução, propiciava.

Do jeito que pensava, vivia, e todos, além de gostarem dele, o admiravam. Ao longo de toda a ilha de Cuba, onde quer que passássemos, encontrávamos camponeses, operários, técnicos, estudantes, funcionários, que citavam o Che com tanta frequência como a Lênin e Fidel:

"Monocultura significa subdesenvol-

vimento, o Che nos explicou isso de forma muito clara".

"A revolução se ganha com sacrifício, rapaz, como diz o Che. Ou você pensa que tudo é farra?"

Cuba era como uma enorme caixa de ressonância para sua mensagem essencial, a mais importante de todas, por todos escutada, compreendida, encarnada, difundida: a revolução é uma força que purifica os homens, que os coloca acima de seu egoísmo, e essa pureza que se conquista tem de ser defendida com balas, estudo e trabalho, como se fosse a própria vida.

Seis

Em Santa Clara, a cidade dos "tetos vermelhos e múltiplos", cantada pelo poeta, o motorista que viajava conosco, *Candela*, nos mostrou os muros ainda com as marcas de chumbo, o local exato onde havia sido descarrilhado e atacado o trem blindado de Batista, o posto policial em cujo ataque havia caído para sempre *El Vaquerito*, à frente de um comando suicida. Falou-nos das passagens improvisadas através das paredes dos pátios, dos coquetéis Molotov, do sangue e do fogo; o Che, com seu braço ferido sustentado por um trapo, era o herói dos relatos. "Aí já se vão seis anos", dizia *Candela*. Mas as imagens continuavam vivas nas retinas das testemunhas e protagonistas e as cicatrizes, visíveis, doíam ainda: a história, que não havia precisado da passagem do tempo para tornar-se lenda, continuava sua caminhada - o inimigo atacando, a revolução lutando e a morte ainda era algo que podia acontecer a qualquer momento.

Sete

A irreverência do Che era a irreverência da revolução. Mas em outro estilo, mais jovem, sóbrio e mordaz. Talvez pela saudade da terra deixada para trás, um pouco por vingança, um pouco por homenagem, os argentinos eram os alvos prediletos de seus mais ácidos comentários: sugeriu uma vez que, para se obter fundos para a revolução, basta-



"Camponeses, operários, técnicos etc. citavam o Che tanto quanto a Lênin ou Fidel"

va comprar alguns *porteños* (naturais de Buenos Aires, a capital argentina) pelo preço que valem e vendê-los pelo que *acham* que valem.

Oito

A imagem do Che guerrilheiro em Santa Clara já antecipava o Che lutando na inóspita selva boliviana e se fundia, na minha cabeça, à lembrança do Che na conferência de Punta del Este³, estadista brilhante, economista, sóbrio pro-

Nove

Uma vez em Havana, perguntei-lhe:

Na hipótese de novas revoluções explodirem na América Latina, não se produziria uma mudança de qualidade nas relações entre Cuba e os Estados Unidos? Se o incêndio se propaga e o imperialismo se vê obrigado a apagar o fogo, qual seria, então, a situação de Cuba, ou seja, da chispa que originou o incêndio?

- Nós definimos a relação entre Cuba e os Estados Unidos, atualmente, com a imagem de um carro e um trem que vão correndo mais ou menos à mesma velocidade. O carro tem que atravessar uma passagem de nível e à medida que se aproxima dela, torna-se mais próxima a possibilidade de um confronto e um choque. Se o carro - que seria Cuba -

atravessa antes do trem, isto é, se a revolução latino-americana adquire certo grau de avanço, o carro passou para o outro lado: Cuba já não tem mais importância. Porque o imperialismo não ataca Cuba por despeito, mas pelo significado que tem.

Se a situação se agravar de maneira tão convulsiva que obrigue os Estados Unidos a utilizarem, em grande escala, recursos e forças, por seu próprio peso, o significado de Cuba desaparece. Nesse momento, o problema fundamental

"N
UMA ENTREVISTA COLETIVA, RESPONDEU À
PERGUNTA DE UM IDIOTA INTERESSADO EM
SABER SE ERA ARGENTINO, CUBANO
OU O QUÊ: 'SOU CIDADÃO
DA AMÉRICA LATINA, SENHOR.'"

feta: aquele intelectual refinado que sabia de cor boa parte do Canto Geral, de Pablo Neruda, falava com admiração dos romances de Alejo Carpentier e ria do realismo socialista. Mas, sobre todas as imagens, ou fazendo uma soma delas, surgia uma única: a do Che respondendo, numa entrevista coletiva, à pergunta de um idiota interessado em saber se ele era argentino, cubano ou o quê: "Sou cidadão da América Latina, senhor", respondeu.

CARTA DE DESPEDIDA A FIDEL

Havana,

"Ano da Agricultura"

Fidel,

Lembro, nesta hora, de muitas coisas, de quando o conheci na casa da María Antonia, de quando você me propôs vir, de toda a tensão dos preparativos. Um dia, passaram perguntando a quem se devia avisar em caso de morte e a possibilidade real do fato mexeu com todos nós. Depois, soubemos que era verdade, que numa revolução se vence ou se morre (se for verdadeira). Muitos companheiros ficaram ao longo do caminho que levou à vitória.

Hoje, tudo tem um tom menos dramático porque somos mais maduros, mas o fato se repete. Sinto que cumpro a parte do meu dever que me liga à revolução cubana em seu território e me despeço de você, dos companheiros, do seu povo, que já é meu.

Renuncio formalmente aos meus cargos na direção geral do partido, ao meu posto de ministro, ao meu grau de comandante, à minha condição de cubano. Nada legal me une a Cuba, apenas laços de outra espécie que não podem ser rompidos como as nomeações.

Fazendo um balanço da minha vida, creio ter trabalhado com suficiente honradez e dedicação para consolidar a vitória revolucionária. Minha única falta de alguma gravidade foi não ter confiado mais em você desde os primeiros momentos da Sierra Maestra e não ter compreendido com suficiente rapidez suas qualidades de dirigente e de revolucionário. Vivi dias magníficos e senti ao seu lado o orgulho de pertencer ao nosso povo nos dias luminosos e tristes da crise do Caribe. Poucas vezes um estadista brilhou tão forte quanto naquela época. Também me orgulho de ter seguido você sem vacilar, identificado com a sua maneira de pensar e de ver e encarar os perigos e os princípios. Outras terras do mundo reclamam meus modestos esforços. Eu posso fazer aquilo que você não pode por causa da sua responsabilidade à frente de Cuba e chegou a hora de nos separarmos.

Saibam que faço isso com uma mistura de alegria e dor. Aqui deixo o mais puro das minhas esperanças de construtor e o mais querido entre meus entes queridos... e deixo um povo que me recebeu como filho; isso fere meu espírito. Nos novos campos de batalha, levarei a fé que você me transmitiu, o espírito revolucionário do meu povo, a sensação de cumprir com o mais sagrado dos

deveres: lutar contra o imperialismo onde quer que esteja. Isso reconforta e cura totalmente qualquer ferida.

Mais uma vez, digo que libero Cuba de qualquer responsabilidade, salvo a que venha do seu exemplo. Se, sob outros céus, chegar a minha hora definitiva, meu último pensamento será para este povo e especialmente para você. Agradeço a você pelos ensinamentos e pelo exemplo e procurarei ser fiel até as últimas consequências dos meus atos. Reafirmo que sempre estive identificado com a política externa de nossa revolução e continuo estando. Que, onde quer que esteja, sentirei a responsabilidade de ser revolucionário cubano e como tal agirei. Que não deixo a meus filhos e à minha mulher nada material e isso não me entristece, me alegro que assim seja. Não peço nada para eles, pois o Estado lhes dará o suficiente para viver e se educarem.

Teria muitas coisas para dizer a você e ao nosso povo mas sinto que não são necessárias. As palavras não podem exprimir o que eu gostaria, e não vale a pena gastar papel. Até a vitória sempre. Pátria ou Morte!

Te abraça com todo o fervor revolucionário,

Che

não seria Cuba, como catalisadora, porque já teria ocorrido a reação química. A incógnita é se cruzaremos ou não antes do trem. Poderíamos frear, mas é difícil que o façamos.

Com tais perspectivas, até que ponto é possível a coexistência?

– Não se trata de Cuba, e sim dos Estados Unidos. Cuba não interessa para os Estados Unidos, se a revolução fracassar na América Latina. Se os Estados Unidos dominarem a situação, Cuba não tem importância para eles.

Dez

Na hipótese de a revolução na América

Latina não explodir, é possível que Cuba siga em frente?

– Claro que é possível.

A longo prazo?

– A longo prazo. Já passou o período pior do bloqueio.

Não me refiro só à subsistência física. Quero perguntar se o isolamento de Cuba de suas fontes alimentadoras latino-americanas não poderia produzir problemas de outro tipo: deformações internas, rigidez ideológica, laços cada vez mais fortes de dependência. Uma revolução latino-ameri-

cana enriqueceria, sem dúvida o marxismo: permitiria aplicar melhor os esquemas à nossa realidade peculiar. Se a revolução se latino-americanizasse, permitiria que Cuba retomasse seus limites naturais de existência. Não é uma afirmação: é uma pergunta.

– Isso me parece um pouco idealista. Não se pode falar de fontes alimentadoras. As fontes alimentadoras são a realidade cubana, qualquer que seja ela, e a aplicação correta do marxismo-leninismo ao modo de ser do povo cubano, em determinadas condições.

O isolamento pode provocar muitas

coisas. Por exemplo, que nos equivocamos na maneira de analisar a situação política do Brasil, mas não gerar distorções na marcha da revolução. Claro que é mais fácil para nós falar com um venezuelano do que com um

congolês mas, no final, nos entenderemos perfeitamente com os revolucionários congolezes, embora ainda não tenhamos falado com eles. Existe uma identidade na luta e nos objetivos. Uma revolução em Zanzibar pode nos trazer

também coisas novas, experiências novas, a união de Tanganica e Zanzibar, a luta da Argélia, a luta no Vietnã...

Temos a roupa indígena de nossa mãe americana, dizia Martí, e está certo. Mas nossa mãe já faz tempo vem passando por sucessivos cruzamentos. Cada vez mais, os sistemas são mundiais: um sistema mundial do capitalismo e um sistema mundial do socialismo. O fato de a Argélia ser livre, fortalece Cuba; a existência da Guiné a fortalece, a do Congo, também.

Nós sempre mantemos muito clara essa idéia: a identidade de Cuba com todos os movimentos revolucionários. Apesar dos parentescos raciais, religiosos, históricos, a Argélia está mais próxima de Cuba que do Marrocos.

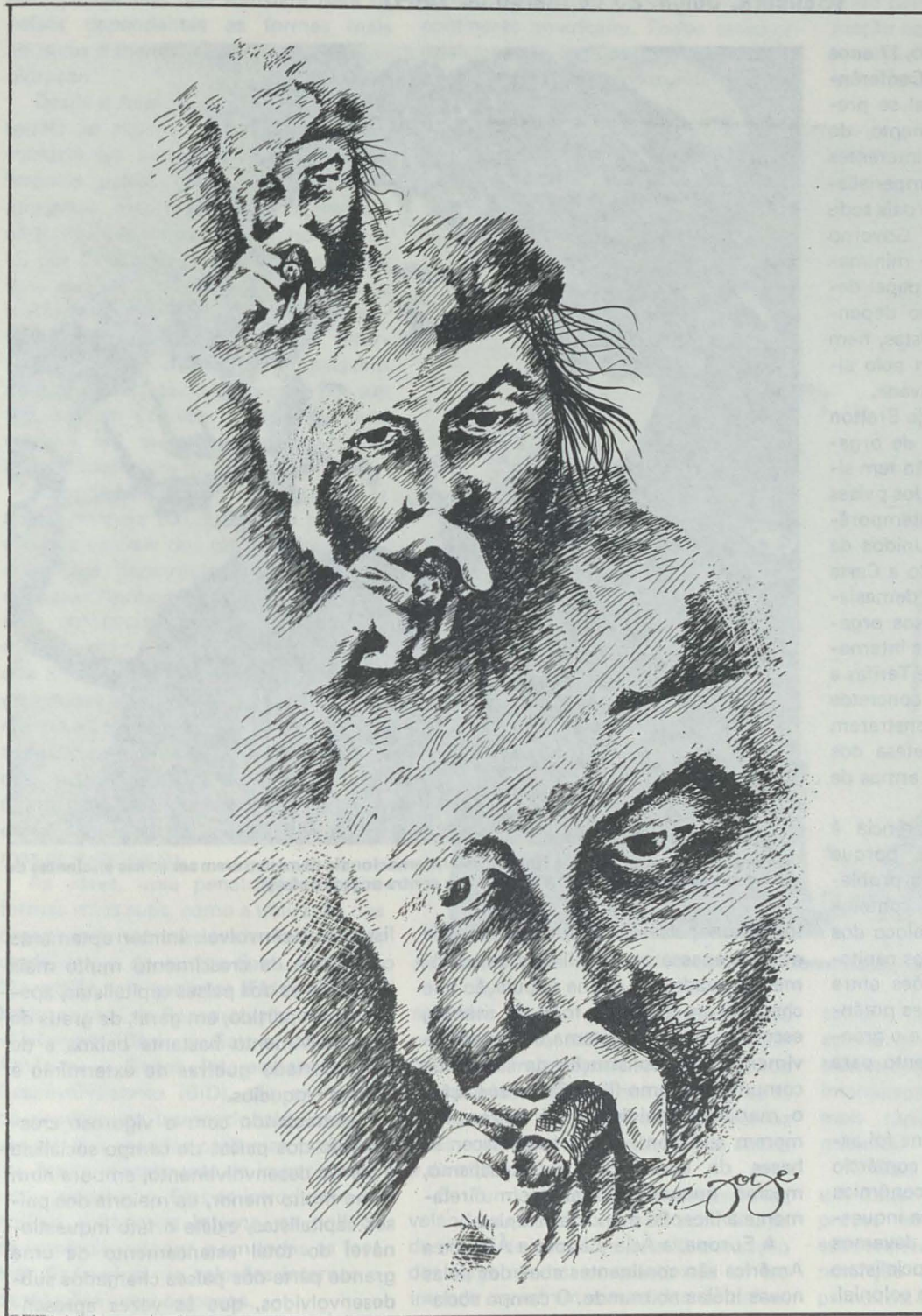
Imperturbável, movia seu charuto em silêncio; olhava minha caneta como a um intruso protagonista do diálogo. Decidi guardá-la. Daí em diante, o Che respondeu a um bombardeio de perguntas sobre temas econômicos.

Até que um "inimigo" entrou no quarto para lembrar ao ministro da Indústria que seu "rival" o esperava, já há vinte minutos, no tabuleiro de xadrez, no andar debaixo. ●

¹ Denominava-se "Granma" o navio que trouxe para a ilha a vanguarda do exército rebelde, comandada por Fidel, Che e Camillo Cienfuegos, que estavam exilados no México.

² Economista norte-americano, já falecido, fundador da revista teórica socialista *Monthly Review*.

³ Balneário uruguaio onde foi realizada a reunião de cúpula na qual foi decidida a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1961.



Jorge Arbaecht

'O FMI é o cão-de-guarda do dólar'

Discurso pronunciado por Ernesto Guevara na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Genebra, Suíça, 25 de março de 1964)

Chegamos a esta reunião, 17 anos depois de realizada a Conferência de Havana, na qual se pretendia efetuar um ordenamento do mundo de acordo com os interesses competitivos das potências imperialistas. Apesar de Cuba ter sido o país sede daquela Conferência, nosso Governo Revolucionário não se sente minimamente comprometido com o papel desempenhado por um governo dependente dos interesses imperialistas, nem tampouco pelo conteúdo nem pelo alcance da chamada Carta de Havana.

Naquela conferência e na de Bretton Woods, foi criada uma série de organismos internacionais, cuja ação tem sido nefasta para os interesses dos países dependentes do mundo contemporâneo. E, embora os Estados Unidos da América não tenham ratificado a Carta de Havana, por considerá-la demasiadamente "atrevida", os diversos organismos creditícios e financeiros internacionais e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), resultados concretos daquelas duas reuniões, demonstraram serem armas eficientes de defesa dos seus interesses e, além disso, armas de ataque contra nossos países.

Hoje, o temário da conferência é mais amplo e mais realista, porque aborda, entre outros, três dos problemas mais cruciais do mundo contemporâneo: as relações entre o bloco dos países socialistas e o dos países capitalistas desenvolvidos, as relações entre os países subdesenvolvidos e as potências capitalistas desenvolvidas e o grande problema do desenvolvimento para o mundo dependente.

(...)

Desde que a Carta de Havana foi assinada até hoje, no campo do comércio e do desenvolvimento econômico ocorreram fatos de importância inquestionável. Em primeiro lugar, devemos anotar a expansão do campo socialista e o desmoronamento do sistema colonial.



"Os organismos creditícios e financeiros internacionais demonstraram ser armas eficientes de defesa dos interesses dos EUA e de ataque contra nossos países"

Inúmeros países, com uma superfície que ultrapassa os 30 milhões de quilômetros quadrados e uma população que chega a um terço do total do mundo, escolheram como sistema de desenvolvimento o da construção da sociedade comunista e como filosofia de sua ação, o marxismo-leninismo. Já outros, firmaram sua vontade de estabelecer as bases da construção do socialismo, mesmo quando não abracem diretamente a filosofia marxista-leninista.

A Europa, a Ásia e agora a África e a América são continentes abalados pelas novas idéias no mundo. O campo socia-

lista se desenvolveu ininterruptamente com taxas de crescimento muito mais altas que as dos países capitalistas, apesar de ter partido, em geral, de graus de desenvolvimento bastante baixos e de ter suportado guerras de extermínio e rígidos bloqueios.

Contrastando com o vigoroso crescimento dos países do campo socialista e com o desenvolvimento, embora num ritmo muito menor, da maioria dos países capitalistas, existe o fato inquestionável do total estancamento de uma grande parte dos países chamados subdesenvolvidos, que às vezes apresen-

tam, inclusive, taxas de crescimento econômico inferiores às do crescimento demográfico.

Essas características não são casuais. Respondem estritamente à natureza do sistema capitalista desenvolvido em plena expansão, que transfere para os países dependentes as formas mais abusivas e menos escamoteáveis de exploração.

Desde o final do século passado, essa tendência expansionista e agressiva se traduziu em inúmeras agressões a diferentes países dos continentes mais atrasados, mas fundamentalmente está se traduzindo na atualidade, no controle, por parte das potências desenvolvidas, da produção e do comércio de matérias-primas nos países dependentes. Em geral, manifesta-se por intermédio da dependência que um país tem de um só produto básico o qual, por sua vez, vai ser vendido em um mercado externo em quantidades limitadas às necessidades do importador.

A condição essencial para estabelecer a dependência econômica é a penetração dos capitais dos países desenvolvidos. Essa penetração adquire formas diversas. Apresenta-se como empréstimos em condições onerosas, investimentos que subjugam um certo país aos investidores, dependência tecnológica quase absoluta do país dependente em relação ao país desenvolvido, controle do comércio exterior pelos grandes monopólios internacionais e, por último, a utilização da força como arma econômica para reforçar as outras formas de exploração.

Às vezes, essa penetração adquire formas mais sutis, como a utilização dos organismos internacionais, financeiros, creditícios e de outros tipos. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Gatt e, em nossa América, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), são exemplos de organismos internacionais postos a serviço das grandes potências capitalistas, fundamentalmente do imperialismo norte-americano. Eles se introduzem na política econômica interna, na política de comércio exterior e em todas as formas financeiras de relações internas e de relações entre os povos.

O Fundo Monetário Internacional é o cão-de-guarda do dólar no campo capitalista. O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento é o instrumento de penetração dos capitais norte-americanos no mundo subdesenvolvido e o BID cumpre essa triste função no âmbito do continente americano. Todos esses organismos são regidos por regras e princípios que são pretensiosamente apre-

dos países subdesenvolvidos frente à competição e à penetração dos monopólios estrangeiros. Enquanto impõe os chamados programas de austeridade e combate as formas de pagamento necessárias para a expansão do comércio, entre países que sofrem uma crítica situação no seu balanço de pagamentos e severas discriminações no comércio internacional, procura desesperadamente



As discriminações no comércio internacional foram denunciadas por Che em Genebra

sentados como as salvaguardas da equidade e da reciprocidade nas relações econômicas internacionais, quando na realidade são apenas fetiches, atrás dos quais se escondem os instrumentos mais sutis para a perpetuação do atraso e da exploração.

O Fundo Monetário Internacional, velando supostamente pela estabilidade dos tipos de câmbio e pela liberalização dos pagamentos internacionais, só faz impedir as mínimas medidas de defesa

salvar o dólar de sua precária situação, sem ir ao fundo dos problemas de estrutura que afligem o sistema monetário internacional e que obstaculizam uma mais rápida expansão do comércio mundial.

O Gatt, por sua vez, ao estabelecer um tratamento igual e concessões recíprocas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, contribui para a manutenção do status-quo e serve aos primeiros. Seu mecanismo não fornece



"Prensa Latina"

"O acordo de 1934 nos obrigava a sair com o açúcar pelo mundo, atrás de divisas"

os meios necessários para a eliminação do protecionismo agrícola, das subvenções, dos impostos alfandegários e outros obstáculos que impedem o incremento das exportações dos países dependentes.

Para reforçar a dominação imperialista, recorreu-se ao estabelecimento de áreas preferenciais como forma de exploração e controle neocolonial. Podemos falar disso com profundo conhecimento de causa, por termos sofrido em nossa carne os resultados dos acordos preferenciais cubano-norte-americanos, que amarraram nosso comércio, colocando-o à disposição dos monopólios norte-americanos.

Nada melhor para expor o que esses acordos preferenciais significaram para Cuba do que citar a análise feita pelo embaixador dos Estados Unidos, Summer Welles, sobre o Tratado de Reciprocidade Comercial, negociado em 1933 e assinado em 1934:

"... O governo cubano, por sua vez, nos garantiria praticamente o monopólio do mercado cubano para as importações norte-americanas, com a única reserva de que, em vista do fato de ser a Grã-Bretanha o principal cliente de Cuba para aquela parte das exportações açucareiras que não vai para os Estados Unidos, o governo cubano desejaria conceder certas vantagens a uma limitada categoria de importações procedentes da Grã-Bretanha.

"... Finalmente, a negociação, neste momento, do acordo comercial recíproco com Cuba, com base nas linhas antes indicadas, não apenas daria um novo impulso a Cuba como também nos faria obter o controle prático do mercado que temos estado perdendo continuamente

nos últimos dez anos, não só para nossos produtos manufaturados como para nossas exportações agrícolas, notadamente em categorias tais como trigo, gorduras animais, derivados da carne, arroz e batatas."

Esse foi o telegrama do embaixador Welles ao secretário de Estado norte-americano, enviado a 13 de maio de 1933, e publicado nas páginas 289 e 290 do volume V da publicação oficial *Foreign Relations of the United States*, correspondente a 1933.

Os resultados do intitulado Tratado de Reciprocidade Comercial confirmaram a opinião do embaixador Welles.

Esse acordo, por um lado, nos obrigava a sair com o produto fundamental do país, o açúcar, recolhendo divisas pelo mundo inteiro para reestabelecer o equilíbrio da balança com os Estados Unidos; por outro lado, impedia, através da imposição de tarifas especiais, que os produtores de outros países europeus, ou os próprios produtores nacionais, pudessem competir com os norte-americanos.

Basta citar algumas cifras para provar o papel que Cuba desempenhava: o de buscar divisas por todo o mundo para os Estados Unidos. No período de 1948-57, Cuba teve um persistente saldo comercial negativo com os Estados Unidos, num total de 328,7 milhões de pesos, enquanto que com o resto do mundo sua balança comercial foi sempre favorável, chegando a um total de 1.274,6 milhões. E o balanço de pagamentos no período de 1948-59 ainda foi mais eloquente. Cuba teve um balanço positivo com todos os países, salvo com os Estados Unidos, de 543,9 milhões de pesos, que passou para as mãos do seu

rico vizinho, com o qual teve um saldo negativo de 152,1 milhões de pesos. Isso determinou uma redução do seu fundo de divisas em 408,2 milhões de pesos, equivalente a dólares.

A assim chamada Aliança para o Progresso é outra demonstração palpável dos métodos fraudulentos usados pelos Estados Unidos para manter falsas esperanças nos povos, enquanto a exploração se aprofunda.

Quando nosso primeiro-ministro Fidel Castro, em Buenos Aires, em 1959, assinalou um necessidade mínima adicional de três bilhões de dólares anuais para financiar um ritmo de desenvolvimento que, de fato, reduziu a absurda diferença que separa a América Latina dos países desenvolvidos, muitos pensaram que a quantia já era exorbitante. Em Punta del Este, no entanto, foram prometidos dois bilhões anuais.

Hoje se reconhece que só a perda pela deterioração dos termos de intercâmbio em 1961 (último ano do qual dispomos de dados) requereria para sua compensação cerca de 30% anuais a mais, do que os hipotéticos fundos prometidos. E aí ocorre a situação paradoxal de que enquanto os empréstimos não vêm ou então vêm destinados a projetos que pouco ou nada contribuem para o desenvolvimento industrial da região, transferem-se quantidades cada vez maiores de divisas para os países industrializados. Isso significa que as riquezas conseguidas com o trabalho de povos, em sua maioria, no atraso, na fome e na miséria, são desfrutadas nos círculos capitalistas.

(...)

Hoje, o crescimento da região não só praticamente estancou como, além disso, ela se vê assolada pela inflação e pelo desemprego, girando no círculo vicioso do endividamento externo, suportando tensões que, às vezes, são resolvidas pela luta armada. (...) Esse complexo de fenômenos, analisados para a América Latina mas válidos para todo o mundo dependente, tem como resultado, garantir às potências desenvolvidas a manutenção de condições de comércio que provocam a deterioração dos termos de intercâmbio entre os países dependentes e os países desenvolvidos.

URUGUAI I

E depois das assinaturas?

Roberto Remo

No dia 22 de dezembro, a promulgação da chamada "Lei da Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado" – uma virtual anistia para policiais e militares que torturaram e mataram presos e exilados políticos em 1973 e 1985 – completa um ano. Nesse mesmo dia, vai vencer o prazo constitucional para que se apresente o recurso de um referendo submetendo à apreciação popular a questionada lei. Esse recurso não tem precedente na história uruguaia por causa do altíssimo

tação Nacional-Tupamaros) devem reunir, no total, cerca de 35% dos votos. Mas as pesquisas de opinião mostram que 80% das pessoas rejeitaram a lei quando esta foi aprovada, sob fortes pressões militares, no Natal de 1986.

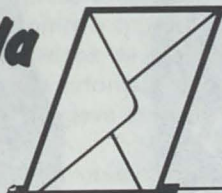
Se a lei for derrubada, os militares cujos nomes constam nas denúncias apresentadas perante a Justiça voltariam a ser chamados para prestar declarações nos tribunais ordinários e alguns deles poderiam ser acusados de crimes contra a Humanidade. Por isso, já está sendo utilizado o argumento de que, com essa medida, se voltará a um

rejeição à impunidade não conseguir a maioria absoluta no referendo, a campanha pela verdade e justiça terá criado, de qualquer maneira, um fato novo na atual política tripartidária uruguaia¹, que os analistas qualificam de "bloqueada" por causa da sua dificuldade de obter consenso nacional.

Quarenta por cento dos eleitores não derrubam a lei, mas elegem um presidente, se os dirigentes encontrarem no complexo sistema eleitoral uma fórmula que transforme a atual coalizão a favor do referendo em uma alternativa eleitoral, de fato, para as eleições presiden-

YO FIRMO

Para que el Pueblo decida



COMISION NACIONAL pro-REFERENDUM

número de assinaturas necessário para torná-lo efetivo: 25% do total de eleitores, calculado em 2.200.000 cidadãos.

Embora a contagem seja difícil e cada anulação deva motivar discussão e apelações, considera-se que não será viável nenhuma tentativa de fraude.

Se as assinaturas forem suficientes, muito poucos se animam a prever que a lei será efetivamente rejeitada pelo eleitorado em meados de 1988. Os uruguaio costumam ser fiéis e estáveis em suas opções políticas. Se não houver uma mudança de posição, as forças que patrocinaram o plebiscito (a coalizão de esquerda Frente Ampla, o Movimento de Rocha do Partido Nacional, o Movimento de Reafirmação Batllista do Partido Colorado e o Movimento de Liber-

clima de tensão e desacato militar, que colocará em risco a democracia. Mas, na verdade, ninguém sabe se realmente os militares não tomarão uma posição em bloco para defender um grupo deles. Pode ser que não o façam, abrindo assim o caminho para um verdadeiro ponto final de um problema que os afeta como instituição. Também deve-se levar em conta que a unidade dos parlamentares que aprovaram a lei da caducidade não é monolítica.

Durante os meses da contagem das assinaturas e da posterior campanha pelo plebiscito, novas fórmulas de solução podem ser negociadas e o mais interessado em propô-las é o Partido Nacional, pois uma polarização poderia acabar com sua maioria de centro. Se a

ciais de 1989.

Num gesto de respeito à luta contra o câncer que o presidente do Partido Nacional, Wilson Ferreira Aldunate, está enfrentando, a imprensa suspendeu momentaneamente as especulações sobre as candidaturas, mas em caráter particular os políticos não falam de outra coisa.

Enquanto isso, nas ruas de Montevidéu, a primavera chegou com uma presença cada vez maior de broches nas roupas e cartazes nas janelas estimulando os poucos indecisos que ainda restam, na mão dos quais está decisão final a favor ou contra o plebiscito. ●

¹ Tripartidária porque o eleitorado uruguaio está praticamente dividido em três: entre o Partido Colorado (no governo), o Partido Nacional ou "Blanco" (de centro) e a Frente Ampla (de esquerda).

Exercendo a democracia direta

Um movimento de massas sem precedentes está organizando o plebiscito que poderá submeter ao voto popular a lei de impunidade. Matilde Rodríguez, presidente da Comissão Nacional Pró-Referendo, considera que só assim o futuro da democracia estará garantido

Beatriz Bissio

Quinzentas e cinquenta mil assinaturas já haviam sido coletadas até meados de setembro passado pela Comissão Nacional Pró-Referendo, organizada para recorrer à prerrogativa que a Constituição uruguaia concede aos cidadãos, de submeter a plebiscito uma lei aprovada pelo Poder Legislativo.

As 550 mil assinaturas coletadas correspondem a 25% do eleitorado do Uruguai – ou seja, praticamente atinge a meta exigida pela Constituição – o que torna esse esforço “uma façanha sem precedentes no país”, segundo Matilde Rodríguez de Gutiérrez Ruiz, presidente da Comissão Nacional Pró-Referendo. Viúva do último presidente da Câmara dos Deputados antes do golpe de estado de 1973, Héctor Gutiérrez Ruiz (assassinado em 1976, junto com o senador Zelmar Michelini e mais um jovem casal de uruguaios, quando estavam exilados em Buenos Aires), Matilde Rodríguez concedeu uma entrevista exclusiva a **terceiro mundo**. Nela, Matilde analisa a importância do trabalho popular em prol do plebiscito e explica porque ele não é – como qualificaram alguns dirigentes políticos – uma ameaça à estabilidade democrática do país.

Que sentido tem para os cidadãos uruguaios poder realizar esse plebiscito?

– A possibilidade de realizar o plebiscito tornou-se a tábua de salvação de um povo desiludido, irritado e muito revoltado com o que seus legisladores haviam decidido. O referendo permitiu canalizar todo esse sentimento para a via institucional. Não sei onde teria terminado essa frustração se não existisse a possibilidade de uma ação positiva e de luta pacífica do povo uruguaio.

Hoje em dia o referendo é um movimento de massas importantíssimo e



Matilde Rodríguez: “Um movimento de massas que deixará marcas”

está deixando marcas que possivelmente, no futuro, sejam um ponto de referência na história uruguaia. Membros de todos os partidos políticos estão trabalhando juntos, sem nem lembrar qual é a militância política de cada um fora do plebiscito. Os princípios que defendemos, e aos quais não queremos renunciar, estão acima de tudo.

Qual será o futuro desse movimento, quando terminar a coleta de assinaturas?

– A Comissão Nacional Pró-Referendo terá cumprido seu objetivo quando o plebiscito for realizado. Mas as experiências vividas pelas pessoas dificilmente serão destruídas. Estamos planejando para o futuro.

Já estamos há sete meses trabalhan-

B. Bissio do nisso e vamos continuar alguns mais. Entregues as assinaturas, a Corte Eleitoral deve contabilizá-las. Para isso não existe um tempo previsto pela Constituição, mas nos disseram na Corte que não levará mais de dois ou três meses. Uma vez constatado que as assinaturas são suficientes, está interposto o recurso do referendo e, aí, a Corte tem de 30 a 90 dias para convocar o plebiscito.

Sofreram algum tipo de pressão ou ameaça para interromper o trabalho?

– No começo, sim. O governo lançou uma campanha de ataques muito

duros, de ameaças, tergiversação de fatos ou interpretações para fazer as pessoas desistirem de assinar. Devo reconhecer que isso mudou, não sei se porque chegaram à conclusão que isso não era vantajoso ou porque assumiram seu papel de governantes democráticos.

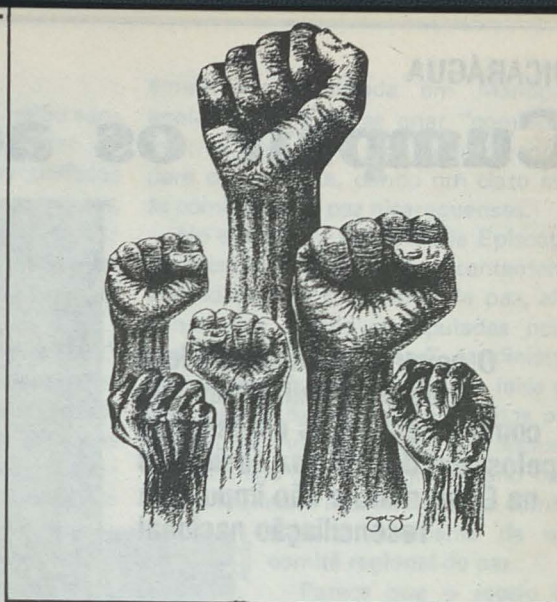
O Uruguai de ontem e o de hoje

Qual a diferença entre o Uruguai anterior à ditadura, no qual seu esposo teve um papel de destaque, e o Uruguai de hoje, no qual as circunstâncias a levaram a assumir uma atividade pública?

– Sinto que atualmente existe nos uruguaios uma espécie de nostalgia do Uruguai anterior à ditadura. Principalmente em relação ao tema do poder



Por todo o país, se organiza espontaneamente a coleta de assinaturas



Jorge Arbach

político. Penso que, naquela época, o poder político tinha respostas ou, pelo menos, as respostas que os políticos davam à população eram aceitas.

Quando houve os primeiros casos de violação da Constituição, a gente encontrava no poder político poucas figuras, é verdade, mas elas denunciavam essa situação com realismo, sem medo. Também é verdade que veio a ditadura e sabe-se que uma das causas das ditaduras é o caos do quadro político. Eu não diria que aquela era uma situação ideal, assim como a atual também não é. Porque agora não há figuras que façam denúncias; existe um medo implícito em todos os dirigentes de dizer as coisas como elas são. Parece que cada denúncia é um ataque à estabilização da democracia. Com esse maldito jogo, estamos todos sempre com a boca fechada.

Quando o povo uruguaio reconquistou a democracia, havia enormes expectativas, principalmente entre os jovens. A frustração que hoje se sente é fruto de um excesso de idealismo em relação ao que se poderia fazer, uma vez instalado o governo constitucional?

— Infelizmente, o poder político não tem estado à altura das circunstâncias. Essa é minha opinião pessoal. Possivelmente não seja fácil, numa primeira etapa, depois de 12 anos de ditadura, refazer a vida política e mudar a herança deixada pelo regime anterior. Mas as pessoas estão começando a deixar de acreditar no governo, na democracia. Isso é muito grave, gravíssimo. Esse

quadro tem que ser revertido o mais depressa possível. Todos sabemos o que ocorre quando a juventude começa a descrever dos políticos.

Temos que sair das cinzas. A ditadura não passou em vão, nem para os mais velhos nem para os jovens. Nem mesmo para os jovens que tiveram a sorte de pertencer a famílias onde se falava de política e onde os valores fundamentais foram preservados; são jovens que lutaram contra a ditadura, que até pertencem a partidos de esquerda, mas têm uma cabeça autoritária e verticalista. Acho que isso leva tempo para mudar.

Nesse sentido, o plebiscito é uma oportunidade única de começar a olhar para a frente sobre novas bases. Do contrário, será difícil dizer à população, e em particular aos jovens, que a democracia é o sistema mais adequado de governo.

Os limites do pragmatismo

Em política, se diz que há uma diferença entre o desejável e o possível. Depois do que aconteceu na Argentina, com o levante da Semana Santa, você pensa que no Uruguai há condições de submeter os militares à Justiça civil, se o plebiscito vencer? Ou se poderia chegar a criar um impasse entre o poder político e o militar?

— Tem-se usado muito esse argumento do pragmatismo político. Nós, que estamos trabalhando pelo plebiscito, somos seres sensatos e sabemos o que queremos. Não desejamos punições escandalosas ou julgamentos polí-

ticos.

O povo uruguaio, durante 11 anos, aguentou em silêncio a arbitrariedade, esperando a restauração da democracia para cumprir com o dever de denunciar o passado, esclarecer o que aconteceu e pretender que algumas responsabilidades sejam assumidas perante a Justiça. Isso foi feito de forma silenciosa, indo cada família apresentar sua denúncia perante a Justiça civil.

Em alguns projetos de lei, alternativos ao que tinha sido votado no Parlamento, se fala em selecionar os delitos mais atrozes, mais graves. Pois é justamente isso o que, de forma espontânea, o povo fez. A "filtragem" já foi feita antes, não é necessário que se decrete uma lei dizendo que vamos julgar os delitos mais graves, porque só foram apresentados perante a Justiça os delitos mais graves.

A sensatez do povo uruguaio fez uma seleção natural. Só foram apresentadas denúncias daqueles casos frente aos quais dizemos: "Este não pode ficar impune porque compromete o futuro dos nossos filhos e do nosso país".

Esse é o pragmatismo que o povo uruguaio está decidido a assumir. Mas quando o pragmatismo significa que se tem que aceitar a prepotência militar, ele não serve. A prepotência militar tem que ser enfrentada na medida de nossas possibilidades. E, de acordo com a Constituição vigente, o que podemos fazer agora é convocar este plebiscito: o povo, trabalhando unido e assumindo sua democracia direta. ●

NICARÁGUA

Cumprir os acordos de paz

Reuter

O governo sandinista adota medidas unilaterais que complementam as estipuladas pelos acordos de paz assinados na Guatemala e dão impulso à reconciliação nacional

Marcio Vargas

Ao completar a metade do prazo estabelecido pelos presidentes centro-americanos no seu plano de paz assinado a 7 de agosto passado, na Guatemala, a Nicarágua é o país que menos dúvidas deixa no cumprimento dos acordos chamados "Esquipulas II". "A Nicarágua se comprometeu a cumprir os acordos e o fará", disse o presidente Daniel Ortega, poucas horas depois de ter assinado o documento, no Palácio Nacional da Guatemala. Desde aí, o governo sandinista, praticamente a cada dia dá um novo passo nesse sentido.

No dia 12 do mesmo mês, Ortega pediu à igreja católica e aos partidos de oposição que escolhessem listas tríplices para integrar a Comissão Nacional de Reconciliação - estabelecida pelo documento de Esquipulas II -, ressaltando a importância dos acordos centro-americanos e pedindo que lutem para seu sucesso.

Antes da Nicarágua, nenhum dos outros quatro países da área (Costa Rica, Guatemala, El Salvador e Honduras) tinha tomado essa iniciativa. E continuou sendo o primeiro a dar forma concreta aos acordos, quando, dez dias depois, foram nomeados os membros da Comissão de Reconciliação. Uma semana mais tarde, instalou-se oficialmente o Comitê para começar a trabalhar pela reconciliação.

Juntamente com essas medidas, es-



Daniel Ortega e o cardeal Obando: juntos, iniciam o processo de reconciliação nacional

tipuladas nos acordos, o dirigente sandinista Bayardo Arce, vice-coordenador do Diretório Nacional do partido governante, anunciou que "serão dados alguns passos adicionais, como atitudes positivas".

Também nesse caso, as palavras se concretizaram, logo após, em fatos. Foi levantada a restrição de que o ex-bispo Pablo Vega e os sacerdotes Bismarck Carballo e Benito Pitito entrassem no país, todos eles acusados, há um ano, de traição à pátria por terem apoiado publicamente a aprovação de fundos norte-americanos em favor dos contra-revolucionários que atacam o país.

Carballo e Pitito voltaram à Nicarágua e, menos de 24 horas depois, já estavam nos púlpitos falando livremente. Inclusive Carballo "benzeu" uma festa organizada pela administração Reagan na residência do embaixador dos Estados Unidos. Quanto a Vega, negou-se a voltar e aparentemente preferiu continuar trabalhando com as organizações contra-revolucionárias com base em

Miami, Flórida.

Os sandinistas também libertaram dois militantes da Coordenação Democrática Sacasa, de direita, que tinham sido condenados a 60 dias de prisão por participarem de conflitos com a polícia durante uma manifestação declarada ilegal pelas autoridades.

A Comissão de Reconciliação (integrada pelo cardeal Obando y Bravo, pelo vice-presidente Sergio Ramírez, o social-cristão Mauricio Díaz e pelo pastor evangélico Gustavo Parajón) já se reuniu em várias ocasiões, tendo sido eleito como presidente, exatamente, o cardeal Obando, um dos bispos católicos do país que mais abertamente faz oposição ao governo sandinista.

O "diálogo de paz"

Pouco mais de um mês depois de assinados os acordos da Guatemala, o presidente Daniel Ortega decretou novas "medidas de paz" unilaterais, entre elas o indulto a 16 contra-revoluciona-

rios de origem centro-americana, que estavam presos, cumprindo penas por suas atividades armadas contra a Nicarágua.

Ortega também revogou uma antiga lei que permitia ao Estado apropriar-se de imóveis abandonados por cidadãos que fugiam do país. Embora essa lei, chamada "dos ausentes", não fosse aplicada há cerca de dois anos, vários partidos de oposição a citavam constantemente como "prova da violação ao direito de propriedade" dos nicaraguenses.

Outra "medida de paz" anunciada por Ortega foi uma convocação pública e oficial a todos os opositores do país, "inclusive os que estão amparados pela anistia", para que participem de um diálogo nacional iniciado a 5 de outubro, em Manágua. Esse diálogo já foi aceito por todos os partidos políticos (11 no total) de oposição que existem na Nicarágua.

Quanto ao jornal diário *La Prensa*, fechado em junho de 1986 por causa do seu apoio à ajuda norte-americana aos "contras", depois de "alguns contatos iniciais" entre os diretores do jornal e as autoridades, o governo autorizou sua reabertura, em 19 de setembro passado. Quatro dias depois, o presidente Daniel Ortega anunciou a volta ao ar da Rádio Católica, fechada desde janeiro de 1986 (quando tinha se negado a transmitir uma mensagem oficial). O anúncio foi precedido por uma reunião do presidente com o cardeal Obando y Bravo.

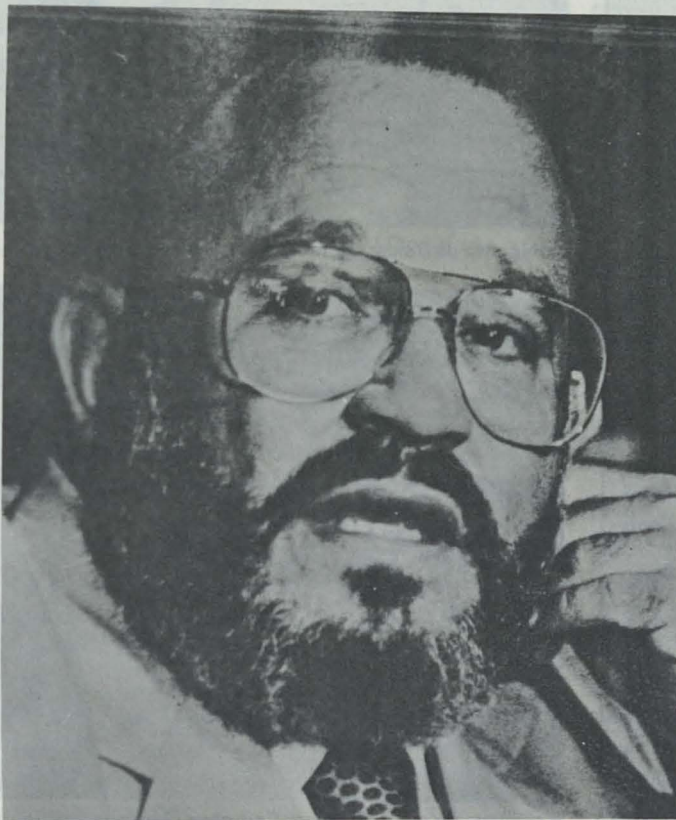
Apesar da importância de todos esses passos, começou a ocorrer em algumas regiões do país um fenômeno que parece ter tanto ou ainda maior peso que os fatos mencionados anteriormente.

Trata-se da formação de cerca de cem "comissões de paz" nas áreas mais afetadas pelas atividades contra-revolucionárias, principalmente nos departamentos (estados) nortistas de Matagalpa, Jinotega e Estelí, e nos departamentos de Boaco e Chontales, no centro

do país.

Essas "comissões de paz" estão sendo integradas por representantes da Cruz Vermelha e dirigentes políticos opositores de cada região, sacerdotes, líderes locais e até mesmo alguns ex-"contras". Eles têm a missão de facilitar o amparo da lei da anistia aos rebeldes que desejarem depor armas.

Além disso, as "comissões de paz" poderiam desempenhar um papel fundamental na eventualidade de se decidir cessar fogo parcialmente em algumas zonas da Nicarágua, facilitando o contato com forças contra-revolucionárias



O chanceler Miguel D'Escoto: "Continuaremos a lutar pela paz"

que operam no interior do país. Essa possibilidade foi insinuada pelo dirigente sandinista e vice-ministro do Interior, Luis Carrión, que lembrou que um fato semelhante aconteceu com os índios misquitos da costa atlântica nicaraguense, há dois anos.

As comissões de paz, que são procuradas diariamente por parentes de "contras", se multiplicam rapidamente nas chamadas "zonas de guerra" e parecem ser um instrumento fundamental no processo de reconciliação na Nicarágua.

Uma reunião de chanceleres centro-

americanos, realizada em Manágua, apoiou a idéia de se criar "comissões internas" em cada país onde se considere conveniente, dando um claro aval às comissões de paz nicaraguenses.

No entanto, a Conferência Episcopal da Nicarágua questionou recentemente a validade das comissões de paz, alegando que "estão manipuladas pelas organizações de massas" sandinistas. Essa afirmação foi considerada falsa ou pelo menos exagerada por muitos observadores independentes, pois inclusive um bispo católico, o jinotegano Lisfmaco Vilches, é membro dessas comissões e presidente de um comitê regional de paz.

Parece que o receio da Conferência Episcopal é provocado muito mais pela possibilidade das comissões de paz diminuírem a autoridade do cardeal Obando como presidente da Comissão Nacional de Reconciliação. À margem desses detalhes, poucos duvidam que os comitês regionais de paz estejam destinados a ocupar um lugar de destaque no esforço nicaraguense em cumprir os acordos da Guatemala antes do prazo de 90 dias.

Falta de resposta

Paradoxalmente, apesar de ser óbvio que os nicaraguenses estão na dianteira do cumprimento de Esquipulas II, a Nicarágua é, ao mesmo tempo, o país mais prejudicado pela falta de respostas positivas aos seus

gestos de paz.

Principalmente no caso do governo norte-americano, os acordos de paz, ao invés de produzir alguma distensão, parecem ter provocado uma exacerbação tanto da retórica como das ações agressivas da administração do presidente Ronald Reagan.

Washington não só se negou a suspender a ajuda aos "contras" como também, conforme a nova solicitação de fundos anunciada para o período fiscal que se iniciou no mês passado, se propôs a aumentá-la até um total de 270 milhões de dólares. Essa quantia é pou-

Oposição apóia medidas

□ O ex-dirigente dos "contras", Edén Pastora, mais conhecido pelo seu nome de guerra da época da luta contra Somoza, "Comandante Zero", afirmou em seu exílio na Costa Rica que "a abertura demonstrada pela Nicarágua e o cumprimento dos acordos de paz significam o fim da contra-revolução financiada pelos Estados Unidos".

"Acabaram-se as armas para a 'contra'", disse Pastora, para quem um eventual veto de Reagan ao processo de paz "seria uma estupidez".

Desta vez, no entanto, a Casa Branca não concorda com Pastora; qualificou de "vaga e não-comprovável" a declaração unilateral de cessar-fogo que o governo de Manágua anunciou, enquanto o presidente Reagan continua sua ofensiva contra as iniciativas de paz sandinistas, além de conseguir que o Congresso norte-americano aprovasse a lei que autorizou a entrega imediata de três milhões de dólares em ajuda aos "contras".

Entre os membros do Congresso, a atitude para com as medidas adotadas pelo governo de Manágua é mais objetiva. "Trata-se de uma evidência de que a Nicarágua quer implementar o plano de paz da Guatemala e cumpri-lo", afirmou à imprensa o deputado democrata Jim Wright, porta-voz da Câmara Baixa norte-americana.

Por sua vez, os diferentes setores da oposição legal nicaraguense consideraram "positivas" as medidas governamentais. Representados na Comissão Nacional de Reconciliação pelo presidente do Partido Popular Social Cristão, Maurício Díaz, esses setores acham que as iniciativas do governo contribuirão "para unificar a família nicaraguense".

"A Nicarágua procura viver em paz e harmonia, sem ingerência norte-americana", declarou o deputado Luis Sánchez, do Partido Socialista.



O ministro da Defesa, Humberto Ortega: autorização para a volta dos opositores



A chegada do padre Bismarck Carballo a Manágua: medida positiva do governo

co menos da metade do que os Estados Unidos entregam anualmente a El Salvador, um dos países do mundo que mais ajuda recebe dos norte-americanos.

Somado a isso, o governo hondurenho não tem tomado atitudes claras para evitar a presença dos contra-revolucionários no seu território, um dos pontos chaves para a paz centro-americana. Pelo contrário, de forma descarada, as forças "contras" continuam mantendo acampamentos e desenvolvendo atividades militares na fronteira daquele país com a Nicarágua.

O ministro da Defesa da Nicarágua,

general Humberto Ortega, denunciou em setembro passado que os Estados Unidos continuam fazendo vôos de espionagem sobre território nicaraguense e mantendo frotas de guerra em frente às costas do país. Forças "contras", por sua vez, continuaram atacando objetivos civis e inclusive assassinaram uma jornalista nicaraguense que viajava para um povoado onde ia ser constituída uma comissão de paz.

"Mas continuaremos lutando pela paz; é uma decisão dos nicaraguenses", declarou o chanceler Miguel D'Escoto, numa reunião de ministros centro-americanos em Manágua.

A componente indígena

Tradições indígenas ancestrais convivem com a sociedade moderna nesse país sul-americano, identificado culturalmente com algumas das ilhas do Caribe

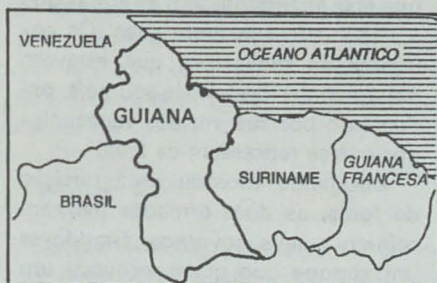
Serguei Trofimienko

A Guiana dispõe apenas de três estradas asfaltadas. Duas delas, razoáveis, correm ao longo da costa. A outra, embrenhando-se no interior do país, é engolida pela selva tropical, não possibilitando mais do que 100km de trânsito suportável.

Para se ir de Georgetown, a capital, ao povoado indígena de Kabakaburi, a apenas 200km, junto à nascente do rio Pomerun, é necessário sair de madrugada e tem-se de vencer obstáculos que atrasam muito a viagem, como o trecho do percurso que é feito de barco no caudaloso Essequibo. Só que o carro não é transportado num *ferryboat* e sim num arcaico e pitoresco *mali*, um barco de duplo convés que vem dos tempos da colonização britânica e serve de ilustração das cédulas nacionais de 20 dólares. Trata-se, aliás, do mais respeitável meio de transporte do "país das grandes águas", como os indígenas sempre chamaram o território que os atlas geográficos denominam de Guiana (ex-Inglesa).

São necessárias quatro horas de *mali* para se chegar a Adventuri. Nas muitas paradas do percurso, pode-se comprar de tudo nos ancoradouros: bolinhos de milho quente, relógios de quartzo, cigarros ou candeeiros a querosene. Em Adventuri, uma cidadezinha já com sinais dos tempos atuais, pode-se ficar num hotel que tem o nome impossível de "Noites Árabes".

Não há grandes extensões desérticas, mas o calor úmido torna o clima opressivo. Leva-se mais algumas horas de estrada, margeada pelo verde luxuriante da mata, para se chegar a Charity, conhecida na região como "a capital do



Com pouco mais de 200 mil km², a Guiana tem um milhão de habitantes, descendentes de índios (maioria), africanos, indígenas, chineses e portugueses

contrabando". É daí que partem lanchas pequenas e muito velozes para o litoral da vizinha Venezuela, lanchas com às vezes dois ou três motores de popa que podem naufragar nas frequentes tempestades ou serem apreendidas pelos guarda-fronteiras. Dizem que o risco compensa, porque, se a viagem tiver êxito, a riqueza é rápida. O contrabando vai dos chicletes às barras de ouro. Para se seguir viagem a partir de Charity, é necessário voltar a navegar no rio Pomerun, só que dessa vez numa canoa a motor.

O peso da cultura indígena

A população de origem indígena da Guiana está representada por várias grandes nações: os caribes, os aruaques, os uapichanas e outras. Em 1591 foi fundada a primeira povoação holandesa no rio Pomerun. O pequeno grupo de plantadores que se instalou na região viu-se na necessidade de respeitar as fortes e belicosas tribos aruaques. Os colonos holandeses não tiveram outro remédio senão ter os índios como aliados para se defenderem dos espanhóis e para capturarem e manterem os escravos negros, trazidos da África. Ou

seja, atribuíram funções policiais aos índios. Foi precisamente por essa razão que a política adotada nesta parte do mundo em relação aos indígenas se diferenciou da dos colonizadores espanhóis e portugueses. Era proibido reduzir os indígenas à condição de escravos e os seus chefes recebiam presentes com regularidade. Assim os colonos pagavam dez machados aos índios pela captura de um escravo fugitivo.

As autoridades britânicas, que tomaram o lugar dos holandeses no século XIX, mantiveram esse tipo de relação. No entanto, após a abolição da escravatura, em 1834, os índios deixaram de ser necessários e foram praticamente esquecidos. As doenças trazidas da Europa e o álcool concorreram para que o número de nativos diminuísse.

A independência do país, ocorrida em 1970, veio alterar esse quadro. O governo da República passou a ter uma atitude mais atenta em relação à população indígena: foi introduzida a escolaridade obrigatória e foram instituídas bolsas de estudo para os índios poderem frequentar os estabelecimentos de ensino. Atualmente, por exemplo, há quatro chefes indígenas fazendo parte do Parlamento da Guiana.

Conversamos com um deles, Nevil Calistro, na viagem até a nascente do Pomerun. A certa altura, na curva do rio, surgiu uma canoa conduzida por dois remadores, na qual ia um índio nu até a cintura e com ar hierático. Seguindo uma tradição aplicada nos rios de pouco tráfego, o ritmo dos motores foi reduzido e houve saudações recíprocas. Ficamos sabendo que Nevil Calistro – membro do Parlamento, representando aquele distrito – voltava a Charity depois da caça. Ele não deixou passar a oportunidade de se gabar dos seus troféus de caça – um exemplar de uma variedade local de lebre e um *pecari* (ou *caïtutu*, um porco selvagem). Depois de votos mútuos de "boa viagem", nos separamos.

Por fim, avistamos numa das margens um ancoradouro e um animado grupo de crianças índias. Era a "Missão" Kabakaburi. Essa designação vem dos tempos dos missionários ingleses, os primeiros europeus a penetrar nessas regiões indígenas. Assim, a primeira coisa que reparamos em Kabakaburi foi o monumento a Cornelius, o primeiro índio dessa região a ser aceito no seio

da igreja, em 1840, monumento erguido bem no centro do povoado. As cabanas dos índios quase não têm paredes. São lares abertos, com redes. Os atuais habitantes de Kabakaburi, prestando o devido tributo à mudança dos tempos, vestem calças de linho e às vezes também camisas, em vez da antiga tanga. No entanto, continuam andando descalços, apesar da enorme quantidade de cobras e insetos venenosos.

Os aruaques

O chefe do povoado (tradicionalmente chamado de "capitão") nos fala da vida dos aruaques: "O trabalho principal que existe aqui é a pequena agricultura, a colheita de frutas e legumes silvestres, a caça e a pesca", declara o "capitão". "Nos últimos tempos, começou a renascer o artesanato popular, cujos artigos têm boa venda em Charity e Georgetown: redes, esteiras, peças de cerâmica etc."

Os índios nos guiaram numa visita em volta do povoado e nos mostraram as plantações de mandioca - uma cultura com fins tão variados como a batata, depois de europeizada. Mostraram-nos com orgulho a escola - um edifício totalmente moderno, onde se reúnem para as aulas todas as crianças do distrito.

No dia seguinte, fomos à caça com eles. As oito horas que passamos andando pelos pântanos, sob um sol ardente, à procura de veados, deram-nos uma idéia bastante completa do que é a caça na selva. Quando já praticamente não conseguíamos andar e nos arrastávamos por aquela densa e fétida massa líquida, nem mesmo uma "viúva negra" - terrível espécie de aranha venenosa -, que se encontrava perto de nós quando paramos para descansar por um momento, nos assustou: já nada fazia diferença. Nossos guias índios continuavam, entretanto, frescos e sorridentes. Apenas lamentavam não terem tido oportunidade de mostrar aos visitantes como eram capazes de abater um veado em fuga, com um disparo certo de flecha. Da próxima vez, conseguiremos", repetiam com invejável serenidade.

À noite, ficamos todos sentados ao pé da fogueira, comendo o famoso peixe carnívoro, a piranha, assada no espeto.

COLÔMBIA-VENEZUELA

Perigosa disputa fronteiriça

□ A Venezuela e a Colômbia quase vão à guerra depois de um violento incidente entre navios de guerra das duas nações sul-americanas, nas disputadas águas do golfo da Venezuela. O fato ocorreu nos dias 14 e 16 de agosto passado, quando a canhoneira venezuelana "Libertad" surpreendeu duas corvetas porta-mísseis colombianas, "Caldas" e "Mariscal Sucre", e ordenou que elas abandonassem as águas que a Venezuela considera suas. Os colombianos replicaram que estavam em águas territoriais de seu país, ordenando por sua vez aos venezuelanos que se retirassem da área.

Desejando mostrar uma posição de força, as duas armadas pediram reforço a seus governos, criando-se um choque que quase provoca um conflito militar.

Segundo o governo de Bogotá, que solicitou uma reunião de emergência do Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA), as corvetas colombianas foram hostilizadas por navios venezuelanos. "A lancha-patrolha venezuelana 'General Salom' cruzou duas vezes pela proa da 'Caldas', dando-lhe ordens para sair das águas venezuelanas. Enquanto isso, a 'Mariscal Sucre' era sobrevoada por helicópteros do navio 'Independiente'", afirmou o embaixador colombiano perante a OEA.

A Venezuela, por sua vez, acusou o governo de Bogotá de fazer uma provocação ao colocar seus navios militares, "pela primeira vez", em águas ao sul do paralelo de Castillete, "procurando internacionalizar o conflito", que os dois países vêm tentando resolver em vão há várias décadas. Historicamente, a Venezuela rejeita a participação de terceiros na solução do conflito, exigindo uma solução negociada apenas entre os dois países interessados.

Durante os críticos quatro dias de tensão, ambos os governos decretaram o "estado de alerta geral" de suas forças armadas, colocando de prontidão seus soldados, mobilizan-

do tropas para a fronteira comum e preparando seus aviões e tanques para a guerra.

A primeira consequência foi a situação de emergência que os povoados colombianos da fronteira se viram forçados a declarar, os quais, diante do fechamento da fronteira decretado pela Venezuela, ficaram sem alimentos e remédios, devido à sua dependência dos produtos que vêm do país vizinho. "Chegou um momento em que tivemos medo do pior", comentou uma alta fonte colombiana. "No terceiro dia, a marinha venezuelana suspendeu as comunicações conosco, o que em linguagem militar significa a ante-sala da entrada em ação; mas, passadas algumas horas, venceu o bom senso".

Além da questão da soberania sobre a área, o conflito tem um fundo econômico: os dois países disputam a rica jazida petrolífera da região. O antagonismo latente mudou de tom há um ano, quando ao assumir, o presidente Virgilio Barco, do Partido Liberal colombiano - e um conservador na forma de governar - colocou na chancelaria não um diplomata, mas um militar reformado considerado pela opinião pública do seu país como um "duro": o ex-coronel Julio Londoño. Nos meios diplomáticos colombianos é bem conhecida a sua decisão de "recuperar" o golfo.

O novo chanceler mudou substancialmente os conceitos e a linguagem da política externa colombiana. O presidente anterior, Belisario Betancur - um liberal do Partido Conservador -, tinha assinado com a Venezuela a chamada "Declaração do Arauca", na qual se promovia o "diálogo bilateral" para se chegar à solução dos assuntos pendentes. Com sua nova visão das coisas, o atual governo de Bogotá desfez o caminho trilhado pelo seu antecessor. Agora tem-se que esperar para ver como o conflito vai ser encaminhado, depois desse perigoso precedente.

As dificuldades da integração

Depois da reunião de cúpula de chefes de Estado, realizada em Santa Lúcia, renasce o otimismo em relação ao futuro comércio regional

Andrés Serbin

O comércio inter-regional da Caricom (Mercado Comum do Caribe ou Comunidade do Caribe) caiu 30%, ao mesmo tempo que as importações inter-regionais decresceram, em 1986, 50% em relação ao nível de 1981, causando o fechamento de indústrias e um incremento expressivo do desemprego em toda a região.

“Nesse contexto, os observadores não vacilaram em qualificar a VIII Reunião de Cúpula de Chefes de Estado do Caribe de língua inglesa, realizada em St. Lucia em 3 de julho passado, como a mais positiva dos últimos anos. Para alguns analistas, esse otimismo é fruto do acordo a que chegaram os respectivos representantes dos 13 países de expressão inglesa membros da Comunidade do Caribe, de eliminar, até fins de setembro, qualquer tipo de medida que possa restringir o comércio inter-regional.

Em primeiro lugar, decidiu-se criar o *Caricom Enterprise Regime*, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico na área, com a participação do setor estatal e do setor privado, com base nos investimentos provenientes tanto do exterior como da própria região. Pretende-se tentar introduzir essa proposta já em 1988.

Em segundo lugar, a criação do *Caribbean Export Bank*, que complementa a

medida anterior, com o propósito de contribuir para financiar a produção de bens exportáveis, tanto para os mercados de fora da área como a nível regional. O Banco de Exportação Caribenho será gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe.

O peso da dívida

Essas medidas, orientadas no sentido do desenvolvimento e da integração econômica, se articulam com uma das preocupações centrais da reunião: a



Setores estatal e privado promovem o desenvolvimento regional

crescente dívida externa que afeta principalmente os estados mais desenvolvidos do Caribe de língua inglesa. De fato, para a Jamaica, Guiana e Trinidad-Tobago, a dívida externa se tornou um problema fundamental.

Não é por acaso que Edward Seaga, o primeiro-ministro jamaicano (país cuja dívida ultrapassa os três bilhões de dólares), tenha feito uma proposta sobre a possibilidade de rever a mesma e que essa proposta tenha sido transformada em documento oficial da reunião

de St. Lucia.

No entanto, outros pontos que mereceriam um interesse especial para os participantes não deram origem a acordos semelhantes, e ficaram esperando futuros estudos. Ficaram pendentes, a possibilidade de estabelecer acordos para o desenvolvimento pesqueiro conjunto, a criação de uma linha aérea para o Caribe oriental e o estabelecimento de um Tribunal Caribenho de Apelações e de uma Comissão Caribenha de Direitos Humanos. Essa última idéia, defendida principalmente por Trinidad-Tobago e Barbados, apesar das reticências da Guiana e da Jamaica, provocou uma discussão preliminar na reunião. No final, decidiu-se avançar no estudo de sua implementação.

Essa iniciativa, significativamente, mostrou as diferenças políticas que historicamente marcaram a Caricom. Nesse sentido, chama a atenção a postura do primeiro-ministro de St. Lucia, John Compton, em seu discurso de boas-vindas aos chefes de estado, no qual fez comentários críticos ao conceito de “pluralismo ideológico”, princípio tradicionalmente aceito pela Comunidade. Essa observação não está dissociada da tentativa de unificação política, proposta no organismo sub-regional da Organização dos Estados do Caribe Oriental (Oeco). Essa idéia conta, segundo recentes declarações do secretário geral da Caricom, Roderick Ransford, com um grande apoio nesse organismo mais abrangente.

As dificuldades da Oeco

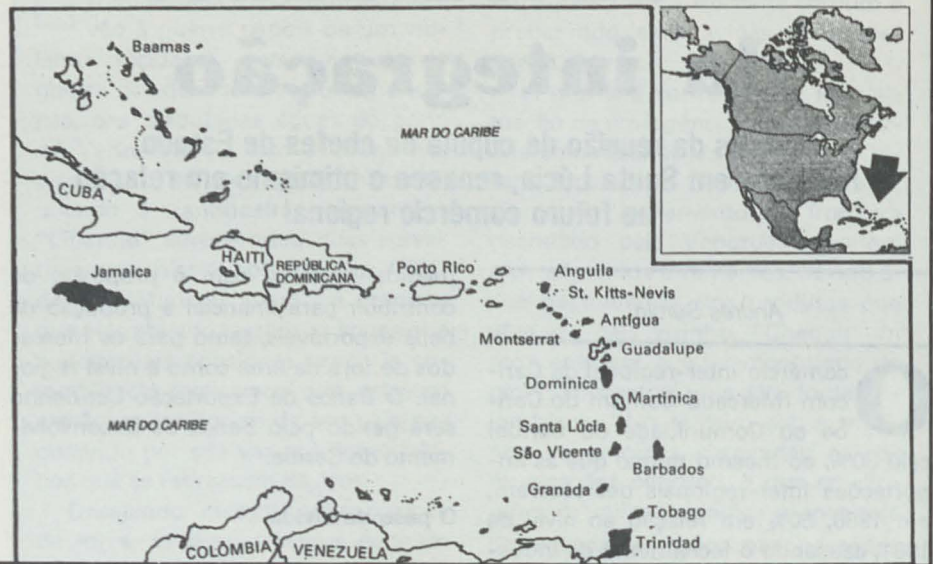
Apesar de Ransford ter assinalado que a tendência à integração regional é mais forte entre os sete microestados que constituem a Oeco – Antígua e Barbuda, Dominica, Granada, Montserrat, St. Kitts-Nevis, St. Lucia e St. Vincent –, onde a criação de uma moeda comum e de um Banco Central se associa a uma crescente homogeneização social, a proposta original de Compton, referendada pelo primeiro-ministro de St. Vincent, James Mitchell, na reunião da Oeco, em junho passado, tem encontrado junto a esses países cada vez maiores obstáculos, principalmente de ordem política.

Os críticos dessa proposta – que, em princípio, corresponde às aspirações de muitos setores no Caribe oriental – qua-

Um mercado comum regional

□ A origem da Caricom (Comunidade do Caribe) está na Associação de Livre Comércio do Caribe (Carifta), fundada em setembro de 1966 pelos representantes dos governos de Antígua, Barbados e Guiana, depois se incorporando a Jamaica, Trinidad-Tobago, St. Kitts-Nevis, Anguila, Dominica, Granada, Montserrat, St. Lucia e St. Vicent.

Com o objetivo de transformar a zona de livre comércio num mercado comum regional, a Carifta se tornou, a 1º de agosto de 1973, o Mercado Comum do Caribe (Caricom), com a participação das ilhas Baamas.



lificam-na de "decisão unilateral" dos governos, sem uma consulta popular em seus respectivos países. Se levarmos em consideração as limitações atuais à migração e à livre circulação de pessoas no Caribe oriental (que, entre outras coisas, deram origem a um recente incidente, quando o governo de St. Lucia não quis conceder visto de entrada a um dirigente da oposição de Dominica), fica difícil falar de um estado unificado que consiga se constituir em menos de dois anos, prazo proposto para a unificação pelos chefes de estado reunidos em junho passado. Em consequência, situa-se nessa mesma linha a crítica de um deles, o primeiro-ministro de Antígua e Barbuda, Vere C. Bird, que declarou recentemente que seu país não cederá sua "independência adquirida à custa de muitos sacrifícios, em troca de uma fictícia unidade política sub-regional".

Por outro lado, a posição de Mitchell foi aceita com reservas, pois ele declarou que uma Oeco unida politicamente poderá garantir melhor os interesses de segurança dos Estados Unidos na região.

Apesar de Mitchell não ter voltado a abordar esse aspecto da segurança como um ingrediente importante da unidade política da Oeco, a frase dita por Compton na reunião da Caricom, criticando o pluralismo político, ao mesmo tempo em que despertou suspeitas, feriu algumas suscetibilidades na comunidade caribenha de língua inglesa. Esse

princípio sempre foi assumido historicamente como um elemento fundamental para os processos de integração regional, muito antes dos acontecimentos de Granada.

Debate pluralista

Por sua vez, a falta de consulta a nível popular para decidir sobre a unificação política deu lugar a outras críticas. Nesse sentido, a 11 e 12 de julho passado, representantes dos partidos de oposição dos estados do Caribe oriental se reuniram, por iniciativa do dirigente do Partido Trabalhista de St. Lucia, Julian Hunte, e formaram um grupo sub-regional denominado Scope, cujo principal objetivo é garantir que a unidade política ocorra como consequência de uma consulta popular efetiva.

A oposição aí representada cobriu um amplo espectro político: desde partidos com representação parlamentar até partidos sem representação, numa extensa gama de posições ideológicas, qualificadas de "verdadeira mostra do pluralismo ideológico" da oposição nos sete estados da Oeco. O Comitê Coordenador do Scope, constituído na ocasião, refletiu totalmente as diferentes posições. Durante a instalação desse comitê, Julian Hunte não teve dúvidas em dizer que a idéia da federação procedia dos Estados Unidos, impulsionada pelo Partido Republicano, ansioso por

conseguir uma consolidação da direita na região.

Nesse contexto, apesar da decisão de se proceder à unificação de forma gradual e a partir de consultas populares a serem realizadas em cada uma das ilhas, o grupo promotor dessa iniciativa no interior da Oeco ficou reduzido principalmente a St. Lucia, St. Vincent e Dominica.

Antígua mantém seu ceticismo diante da iniciativa, provavelmente ligado aos seus próprios problemas com a corrupção e o tráfico de drogas, enquanto Granada se debate em sua própria crise política interna, com a polarização entre o partido de Herbert Blaize no governo e a nova organização política criada por Brizan e Alexis, o Congresso Nacional Democrático. De forma muito significativa, no entanto, nenhum desses dois dirigentes da oposição em Granada participou do Scope, tendo Phinsley St. Louis assumido a representação granadina.

Em consequência, não está clara a viabilidade do esquema de integração política iniciado pela frustrada Federação das Índias Ocidentais, em 1958. Da mesma forma, as possibilidades de se avançar nesse sentido, no interior da Caricom, encontram novos obstáculos, enquanto o esquema de integração econômica mais desenvolvido do organismo sub-regional não dá lugar a esse primeiro passo unificador. ●

Um golpe para o nacionalismo

A morte do primeiro-ministro Errol Barrow pode significar uma mudança de rumo no Caribe anglófono, que busca sua autonomia

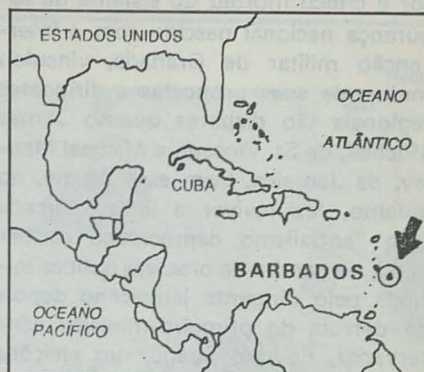
A morte, no início de setembro passado, do primeiro-ministro de Barbados, Errol Barrow, pode vir a ser um golpe para a onda de nacionalismo que ressurgiu no Caribe, segundo comentários de fontes diplomáticas da região.

Barrow, reeleito em 1986, depois de ter ficado afastado do poder durante dez anos, tinha sido o primeiro chefe de governo de Barbados, depois que essa ilha caribenha se tornou independente do Reino Unido em 1966.

Um ano depois da vitória eleitoral, o primeiro-ministro, um severo crítico da política externa norte-americana, contava com um sólido apoio político no Caribe de língua inglesa, continuando com uma política externa orientada para o não-alinhamento, apoio às iniciativas de integração e um pragmatismo caracterizado por uma clara postura em prol da autonomia política da região, sem fugir das críticas às fraudes eleitorais na Guiana e à fácil submissão dos países da área à política dos Estados Unidos.

Esses temas remetem às características da política externa dos países caribenhos de língua inglesa da década de 60, quando Trinidad-Tobago, Guiana, Barbados e Jamaica resolveram estabelecer relações diplomáticas com Cuba, em 1972, aceitando, por sua vez, a presença hegemônica dos Estados Unidos na região como um fato da *realpolitik*.

A nova tônica política que Errol Barrow implantou no Caribe de língua inglesa, juntamente com o primeiro-ministro James Mitchell, de St. Vincent, foi iniciada na conferência anual organizada em Miami pelo Comitê de Ação do



Errol Barrow: parar de mendigar ajuda aos Estados Unidos

Caribe e da América Central (Caribbean and Central American Action - CCAA).

A "maré conservadora"

Vários fatos marcaram a orientação pró-norte-americana predominante na região durante os últimos anos: a intervenção militar norte-americana em Granada, que contou com o apoio entusiástico do antecessor de Barrow, "Tom" Adams, e dos governos dos países do Caribe oriental; o desmantelamento da esquerda caribenha surgida na década de 70; o início de um drástico processo de desideologização e a consolidação da "maré conservadora" entre

os governos caribenhos que viam com esperanças a Iniciativa da Bacia do Caribe.

Num contexto tão pouco propício, Barrow não teve dúvidas em assinalar que os países do Caribe insular não deviam continuar mendigando ajuda dos Estados Unidos, e sim que deviam utilizar seus próprios recursos para resolver seus endêmicos problemas de desemprego e pobreza. Ao mesmo tempo, diante do persistente clima de euforia diante da Iniciativa da Bacia do Caribe, o falecido líder não titubeou em declarar que

esta só seria efetiva se os Estados Unidos eliminassem os impostos aos produtos da região.

Esses questionamentos deram projeção internacional a esses dirigentes do Caribe de língua inglesa que, sem aderir ideologicamente ao Poder Negro nem ao marxismo, defenderam desde a década de 60 uma margem de autonomia não só perante a ex-metrópole colonial, como também frente à crescente influência dos Estados Unidos na região.

Nesse sentido, Barrow, um dos mais enérgicos adversários das fórmulas impostas pela *Reaganomics*, questionador do processo de militarização do Caribe iniciado e promovido por seu antecessor

Reuter

sor e crítico mordaz do sistema de segurança nacional nascido com a intervenção militar de Granada, vinculou muitas de suas propostas a dirigentes regionais tão díspares quanto James Mitchell, de St. Vincent, e Michael Manley, da Jamaica. Com esse último, no entanto, fez reviver a linha marcada pelo "socialismo democrático caribenhinho", no quadro da ofensiva política iniciada pelo dirigente jamaicano depois da derrota do primeiro-ministro conservador, Edward Seaga, nas eleições municipais.

Esses vínculos e essas propostas nunca estiveram dissociados de uma história política pessoal, numa sociedade que, por seu conservadorismo e sua orientação pró-metrópole, foi denominada de *Little England* ("Pequena Inglaterra").

Durante 350 anos, a ilha de Barbados – capital, Bridgetown – foi ocupada pelos britânicos, constituindo uma das colônias mais estáveis do Caribe, de marcada orientação conservadora e anglófila, dominada por uma elite de plantadores brancos com estreitos vínculos culturais com a Inglaterra vitoriana. Nesse contexto, a transição para a autogestão e a independência, iniciada depois da Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se pela moderação. As mobilizações operárias que agitaram o Caribe insular entre 1935 e 1937, deram origem em Barbados ao primeiro partido político, a Liga Democrática, da qual surgiram posteriormente os dois partidos majoritários atuais.

A articulação entre o movimento sindical e uma nascente elite política local propiciou o aparecimento, em 1941, do Partido Trabalhista de Barbados (BLP), com Grantley Adams como presidente. O crescimento do BLP levou-o, em 1951, a uma expressiva vitória eleitoral que fez de Adams, três anos depois, o primeiro-ministro de Barbados. Uma nova vitória em 1956 o manteve no poder enquanto avançavam com a Grã-Bretanha as negociações pela independência.

No entanto, as crescentes divergências entre Grantley Adams e um jovem dirigente do BLP, Errol Barrow, originaram uma divisão no partido, que levou à criação do Partido Trabalhista Democrático (DLP), sob a liderança deste último. Nas eleições de 1961 e 1966, o DLP tomou completamente o



Membros do Parlamento transportam o corpo do ex-primeiro-ministro Errol Barrow

lugar do BLP, de forma que a transição para a independência política, concretizada em fins de 1966, foi realizada no governo de Errol Barrow.

A disputa entre os dois partidos pelo controle do governo, no entanto, não parou aí e ganhou um tom familiar quando, em 1976, o BLP perdeu as eleições para o DLP, liderado pelo filho de Grantley Adams, "Tom" Adams. Apesar de, praticamente, não existirem diferenças ideológicas entre as duas organizações – identificadas como "social-democratas" –, o governo de "Tom" Adams começou a estreitar seus laços com os Estados Unidos.

Essa aproximação se deu no plano econômico, incentivando a "estratégia de industrialização por convite", baseada na afluência de capitais norte-americanos e na expansão do turismo. No plano político, enquanto isso, procurou-se converter Barbados numa base de militarização regional impulsionada por Washington, diante do surgimento do governo revolucionário de Granada em 1979.

Crescimento das forças armadas

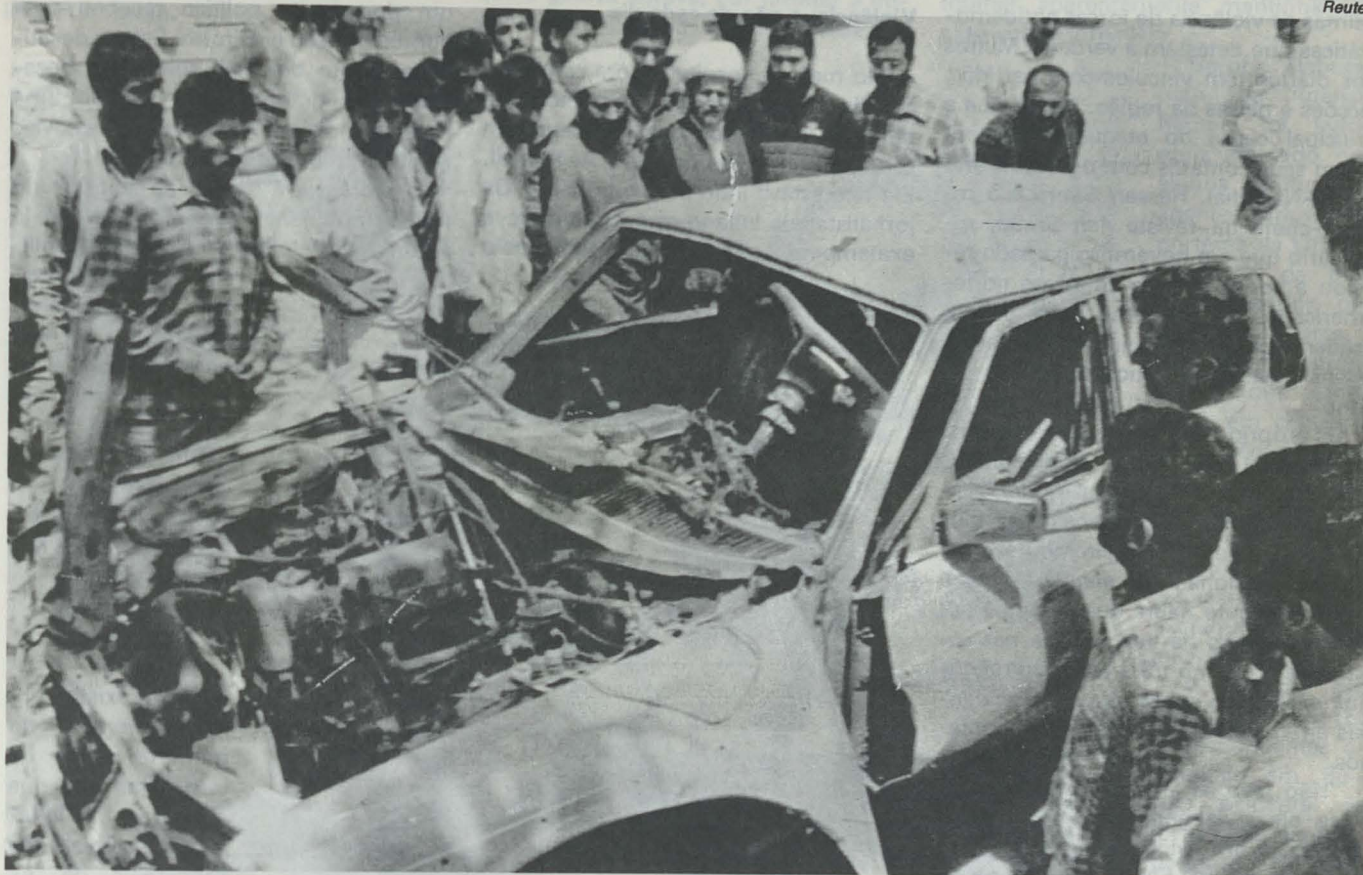
Esse processo de militarização conduziu ao crescimento das forças armadas, com um aumento nos seus gastos militares de 3,5 milhões de dólares barbadianos, no período 1970/76, para 73 milhões em 1976/83, além de uma crescente intervenção na política interna dos

países vizinhos (em St. Vincent, em 1979, na Dominica, em 1981, e em St. Lucia, em 1983), até culminar com a intervenção de Granada em outubro de 1983.

Apesar dessa identificação com os interesses norte-americanos no Caribe, a economia barbadiana, tradicionalmente estável e em franco crescimento em consequência do fluxo turístico, começou a sofrer os embates da recessão mundial. O movimento turístico caiu 5% em 1981 e 17% em 1982, situação que, combinada com os baixos preços do açúcar e com o fechamento de algumas fábricas norte-americanas, fez aparecer, pela primeira vez em duas décadas, índices negativos de crescimento. Paralelamente, a estratégia seguida por Adams de transformar a ilha num "centro empresarial internacional", para onde pudessem convergir bancos, companhias de seguros e manufaturados, aproveitando as isenções de impostos e os baixos custos da mão-de-obra local, não trouxe os resultados esperados. O crescimento de 2,9% conseguido em 1984 coincidiu com um aumento do desemprego, que chegou a 18,3%, o nível mais alto em uma década, e uma alta substancial dos impostos para diminuir o déficit público.

É nesse quadro que se situa a vitória eleitoral do DLP de Barrow, em maio de 1986, que abriu novas expectativas ao prometer uma drástica diminuição do desemprego e dos impostos. ●

A.S.



Os atentados contra jornalistas aumentaram, como os que quase matam Hassan Sabre e Elie Maalouf, com menos de uma semana de diferença

Culpados até prova em contrário

Os poucos jornalistas que ainda cobrem a guerra civil estão sendo acusados pelos extremistas de serem espões e contra eles se fecha o cerco do terrorismo

Juan Carlos Gumucio

Recostado numa poltrona no décimo andar do hospital da Universidade Americana, Hassan Sabra faz um esforço supremo para não desmaiar e cumprimenta, com leves movimentos da mão direita, os amigos e colegas que o observam da antecâmara. É o primeiro dia em que recebe visitas e ainda não lhe avisaram que, a

poucas quadras dali, Elie Maalouf, outro jornalista, tinha sido gravemente ferido nesse mesmo dia, 18 de setembro, numa das emboscadas nas ruas de Beirute ocidental. Maalouf era o segundo jornalista atacado em menos de uma semana.

Sabra tem o pescoço e a cabeça desfigurados por uma horrível inchação. Perde os sentidos intermitentemente, o que determina que as visitas sejam breves. Os botões superiores do pijama de

listas estão desabotoados, talvez para evitar que o inchaço e os curativos manchados o estrangulem nos momentos de inconsciência. Ali deitado, com os olhos vermelhos como brasas, que tornam maior essa grotesca deformidade facial, Hassan Sabra é o retrato de um feliz jornalista libanês: dois pistoleiros de Beirute tentaram assassiná-lo com dois tiros no rosto. E falharam.

“Por causa do que escrevi – balbucia. É por causa do que escrevi. Mas voltarei a trabalhar”. Do lado de fora, numa salinha repleta de ramos de flores, jornalistas libaneses fumam e conversam em voz baixa, como se estivessem num velório. Num grosso livro de visitas, registraram sua indignação com a mesma veemência com que escrevem diariamente sobre a tragédia de um país que sangra há 12 anos. Ninguém diz, mas muitos estão com medo.

O atentado contra Elie Maalouf, um dos redatores internacionais do jornal diário independente *An Nahar*, aumen-

tou os maus presságios. Seria ingênuo pensar que os jornalistas dos 13 jornais diários e das 12 revistas libanesas são vítimas da violência de forças antidemocráticas que detestam a verdade. Muitos dos diários têm vínculos com partidos, facções e países da região. Diz-se que a principal causa do ataque a Maalouf foram seus contatos com o partido sírio Social-Nacional. Hassan Sabra é o redator-chefe da revista *Ash Shiraa*, semanário que em novembro passado revelou a venda secreta de armas norte-americanas ao Irã como parte de um esquema para conseguir a liberdade dos reféns norte-americanos presos no Líbano.

O próprio Sabra é um intelectual progressista que abraça os postulados do panarabismo de Gamal Abdel Nasser e mantém bons contatos com círculos leais ao aiatolá Hussein Montazeri, o sucessor designado do aiatolá Komeini. Foi exatamente Sabra que divulgou aspectos inéditos da luta política nas esferas de poder no Irã e publicou relatórios exclusivos sobre os reféns ocidentais em mãos de extremistas pró-iranianos.

"Não levo as ameaças a sério", me disse ele jovialmente há três meses, quando já era evidente que o que era publicado na *Ash Shiraa* colocava Sabra na lista negra de muita gente, entre eles, algumas facções muçulmanas fundamentalistas.

Dias antes do atentado, Sabra tinha publicado um editorial no qual criticava o Irã e a impassível atitude do Mundo Árabe diante do "expansionismo" do governo de Teerã.

Obviamente, o jornalista, cuja gordura, calvície precoce e os grandes bigodes negros lhe fazem aparentar mais do que os seus 39 anos, foi mudando de opinião com relação às ameaças. Debaixo do assento dianteiro do Mercedes-Benz branco em que viajava na segunda-feira, 14 de setembro, estava um fuzil automático Kalashnikov. O motorista mal teve tempo de sacá-lo quando os dois pistoleiros fugiram numa moto, depois de abrirem fogo através do pára-brisas. Uma bala destroçou a mandíbula de Sabra. Outra atravessou-lhe a garganta e feriu levemente sua filha Nisrin, que estava no banco de trás.

"Minha filha está bem, *ilhamudulillah*, *ilhamudulillah* (graças a Deus, graças a Deus)", diz ele, levantando os olhos para

o teto. "Ontem, eu a vi. Está bem. Eu já estou melhor, *ilhamudulillah*".

Violência: o pão-de-cada-dia

No mesmo hospital, agora convalescente Elie Maalouf, ferido a tiros no peito por três pistoleiros que interceptaram seu carro no bairro de Tallet Al-Khayat. Ele não estava indo para o trabalho. Os jornalistas do Líbano estavam em greve exatamente para protestarem pelo



Terry Anderson, da AP: há mais de dois anos está sequestrado

atentado a Sabra. Como muitas outras medidas inócuas no Líbano, a greve é uma mera convenção, porque ninguém consegue parar com a ação dos pistoleiros.

Nos últimos anos, editores e repórteres libaneses encontraram a morte violenta enquanto cobriam a guerra civil. Vários deles foram sequestrados ou ameaçados. A autocensura é um código que poucos se dão ao luxo de ignorar. Os comunicados de sequestradores e

grupos clandestinos são publicados minuciosamente. Há alguns meses, um editor que tinha se negado a publicar um documento político recebeu uma bomba em seu escritório. Estava desativada. Junto dos fios soltos do mecanismo de detonação, encontrou uma nota que dizia: "Da próxima vez, vais receber um presente de verdade..."

A violência é o pão-de-cada-dia do jornalismo libanês. Há repórteres que já viram mais batalhas do que muitos milicianos da guerra civil. O preço tem sido alto não só para os profissionais locais como também para os correspondentes estrangeiros que vieram a Beirute - vários deles, para morrer - nos últimos 12 anos.

Os estrangeiros

Não existe um levantamento do número exato de jornalistas que morreram no Líbano, mas diz-se que são mais de 30. Muitos deles trabalhavam para agências ocidentais de notícias. Edward Saab, do *Le Monde*, foi morto por um franco-atirador quando atravessava a "linha verde", que divide os setores cristão e muçulmano da capital libanesa. Bahij Metni e Tufic Ghazzawi, da cadeia norte-americana

CBS News, morreram destroçados por disparo de um tanque israelense no sul do Líbano em 1985. Todos eles eram de nacionalidade libanesa.

Mas, pelo menos quatro jornalistas estrangeiros também encontraram a morte no Líbano: um repórter da revista alemã *Stern* foi assassinado quando investigava o contrabando de armas. Um câmara francês morreu num bombardeio da aviação israelense em Beirute, dias antes da invasão de 1982. Clark

Todd, da televisão canadense (CTV), morreu por causa dos ferimentos provocados pelos morteiros da milícia falangista. Sean Toolin, do semanário

londrino *Observer*, parece que foi vítima de fatores pouco ligados à guerra, mas que a guerra agrava, por facilitar a impunidade: conta-se que um assassino

profissional recebeu o equivalente a uma libra esterlina de um homem cuja mulher aparentemente mantinha um caso com o jornalista.

Reuter

Bernt Debussman, da Agência Reuter, foi ferido num atentado que alguns atribuem a agentes sírios. Repórteres da UPI, da Reuter e da BBC foram feridos por franco-atiradores. Dos reféns estrangeiros que ainda estão em cativeiro, cinco são jornalistas. Terry Anderson, o correspondente-chefe da Associated Press, foi seqüestrado há exatamente dois anos e meio.

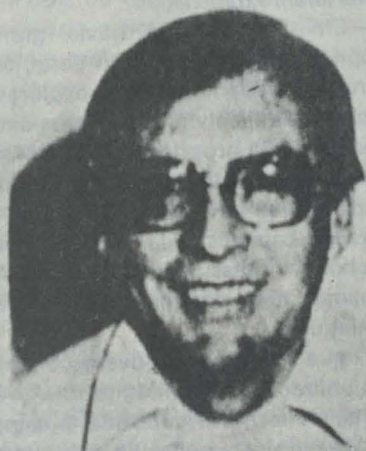
A situação dos últimos quatro correspondentes ocidentais em Beirute ocidental se torna cada dia mais perigosa. No mês passado, o xeque Nasrallah, uma das principais personalidades do partido pro-iraniano, o *Hezbollah*, ou "Partido de Deus", declarou publicamente que "todos os jornalistas que vêm ao Líbano são espiões e agentes dos serviços secretos, ... enquanto não provarem o contrário". Culpado até que se prove a inocência é um princípio comum na guerra do Líbano. Agora, esse princípio se aplica ao reduzido grupo de pessoas que ainda se esforçam em explicar a tragédia do Líbano ao mundo exterior. ●



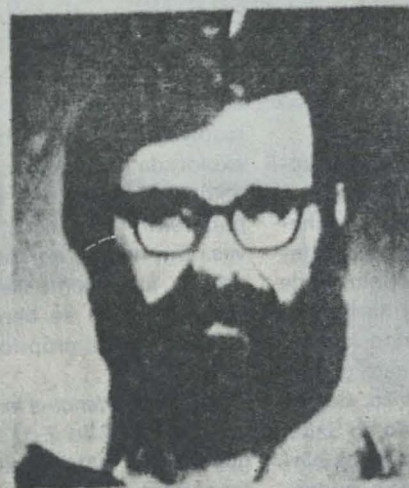
ROBERT POINILL



NIHILISHWAR SINGH



ALANN STEIN



JISSI TURNER

ساعدونا على اطلاق سراح اساتذتنا المخطوفين

HELP US to secure the RELEASE of our four
idnapped PROFESSORS

جمعية الأصدقاء
FRIENDS OF BU

Os reféns são de diversas nacionalidades e profissões: este cartaz se refere aos professores seqüestrados

BURKINA FASO

A justiça popular

As mudanças na estrutura judicial levam o povo burquinês a adquirir uma consciência ética revolucionária

Micaela Ramada

Com a mudança de nome de Alto Volta para Burkina Faso, em 1983, esse país – que faz parte do Sahel africano e sofre um agudo processo de desertificação – inaugurava uma etapa diferente da sua breve vida independente. Essa “pátria de homens dignos” – segundo a tradução do neologismo *Burkina Faso*, criado pelo governo revolucionário do capitão Thomas Sankara – se propunha a superar a herança da época colonial francesa e dos primeiros governos da etapa independente, representantes da burguesia importadora e das lideranças políticas tradicionais, para realizar uma experiência revolucionária com ênfase no social no plano interno e uma postura independente a nível internacional.

Passados agora quatro anos da tomada do poder pelo capitão Sankara, mesmo os críticos do processo reconhecem que embora as mudanças não tenham se desenvolvido com a velocidade prometida, moralizou-se a vida pública e promoveu-se um profundo debate sobre os caminhos a tomar para garantir uma vida digna à população. Com a seca que assolou toda a região do Sahel nos últimos anos, era difícil que os planos do governo revolucionário pudessem ser realizados sem atrasos.

Entre as “novidades” do processo de Burkina Faso – que mês passado completou quatro anos –, talvez uma das mais importantes seja a renovação dos quadros políticos. A velha geração, formada pela escola colonial e inclinada a dar continuidade ao modelo de exploração econômica imposto pela ex-metrópole, foi substituída por um grupo jovem, com uma média de 20 a 35 anos de idade, que concebe seu país como integrado à luta africana atual por uma economia cada dia menos dependente do exterior e politicamente mais com-

prometido com as aspirações dos seus povos.

O doutor Sambo Antoine Komy, atual secretário de Estado (ministro) de Justiça de Burkina Faso, é um representante dessa geração jovem que está no poder. Numa entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, o dr. Komy relatou algumas das experiências revolucionárias que estão sendo implantadas no país, em particular a dos Tribunais Populares, por meio dos quais a população participa das decisões judiciais.

Foram estas suas principais declarações:

Há quase quatro anos do início do processo de mudanças no seu país, como avalia essas conquistas obtidas, em particular, do ponto de vista jurídico?

– Havia muito que fazer e definimos prioridades. Uma delas era a questão agrária, por exemplo. E, nesse nível, já resolvemos o problema. Hoje, a terra é explorada diretamente por quem a trabalha. Acabou aquela coisa de os donos poderem manter suas terras improdutivas. Em todos os casos em que isso ocorria, atualmente há famílias assentadas que estão se beneficiando com o produto do seu próprio trabalho.

A quem pertence a terra?

– Pertence ao Estado. A decisão do governo de estatizar a terra nos permitiu enfrentar alguns dos problemas mais angustiantes do nosso país, que é vítima de um processo crescente de desertificação. A população das regiões menos favorecidas, que trabalha solos de baixa produtividade, está sendo transferida para terras melhores, com mandato judicial. Nosso país está empenhado em chegar à auto-suficiência alimentar, e para isso necessitamos de todos os braços, da contribuição de todos os cidadãos. E os camponeses têm que ter boas terras para cultivar.

Durante o regime anterior, existia a propriedade privada. Quais foram os passos



Komy: chegar à auto-suficiência alimentar

dados para se chegar à situação atual? As terras foram expropriadas?

– Em Burkina não havia grandes proprietários de terras. Em geral, eram os membros da família que exploravam a terra, que lhes vinha dos seus ancestrais. Isto é, a propriedade era transmitida de geração a geração por herança. Ainda não se havia chegado a uma exploração capitalista da terra. Por isso, não houve necessidade de confisco. Não tomamos nem um centímetro de terra de ninguém.

O que interessa ao governo é garantir a utilização racional da terra e levar à frente, de forma organizada, a campanha de reflorestamento do país, um dos únicos caminhos que temos para deter o processo de desertificação. Plantar uma árvore, hoje, em Burkina Faso, é cumprir um dever patriótico. É cumprir com uma de nossas prioridades.

Mas, voltando ao assunto da propriedade da terra, para nós a estatização foi uma contingência, para poder planejar melhor. Mas é possível que no futuro adotemos outros sistemas de propriedade, privatizando novamente toda a terra, ou parte dela.

Ou seja, que o Estado, ao ser dono de toda a terra, o que faz é dar as diretrizes

para sua exploração. Mas as formas como se concretiza a produção podem ser muitas. Por exemplo, pode haver uma cooperativa de camponeses, uma cooperativa de produção?

— Claro, há muitas cooperativas em Burkina. Nas aldeias, há camponeses que se organizam em cooperativas. E se suas terras não são boas, podemos transferi-los para outras melhores, a fim de facilitar-lhes a produção.

Qual é a principal produção de Burkina Faso, no setor agrícola?

— Produzimos essencialmente arroz, sorgo, milho, assim como o Mali, Níger e o Chade. Mas a produção de arroz, que é uma das bases da alimentação de nossa população, é insuficiente, temos que importar. Por essa razão, estamos nos esforçando para aumentar a produção, inclusive por meio da irrigação, para ganharmos novas áreas agrícolas. Se conseguirmos alcançar a meta de não ter que importar mais arroz, poderemos economizar divisas e tornar nossa economia menos dependente.

Em nosso país, houve muita fome, devido à total ausência de chuvas durante dois ou três anos. Mas o clima se normalizou e nos permitiu voltar a defender a meta da auto-suficiência agrícola. Nossa aspiração é que, no caso das chuvas continuarem normais, a ajuda alimentar externa seja dispensável. Ou ao menos que deixe de constituir, como atualmente, a parte substancial do que comemos.

Os Tribunais Populares

Quais são as prioridades do seu ministério, atualmente?

— No Ministério da Justiça, estamos fazendo profundas transformações, desde o início da revolução de 1983. Creio que a mais importante de todas elas foi a criação dos Tribunais Populares Revolucionários, que estão funcionando desde 1984. Eles nos permitiram conscientizar, numa grande escala, nossa população e lutar contra todos os que, durante o regime anterior, malversaram os fundos do Estado. Numa palavra, nos permitiram moralizar a administração pública. Agora, nem um só centavo é utilizado contra o povo ou em algum projeto que não garanta à população um benefício direto.

Esses tribunais existem em todas as

idades, inclusive nas aldeias, onde são chamados Tribunais Populares de Apeiação. Eles também existem a nível dos diversos departamentos (estados) do país, e aí são chamados de Tribunais Populares Departamentais. Esse mecanismo nos permitiu ampliar a ação da Justiça. Agora as pessoas confiam e ao mesmo tempo fazem parte dela. Porque são as massas populares que exercem a justiça, são os membros das aldeias, os habitantes do interior, os novos agentes da vida jurídica de nosso país.

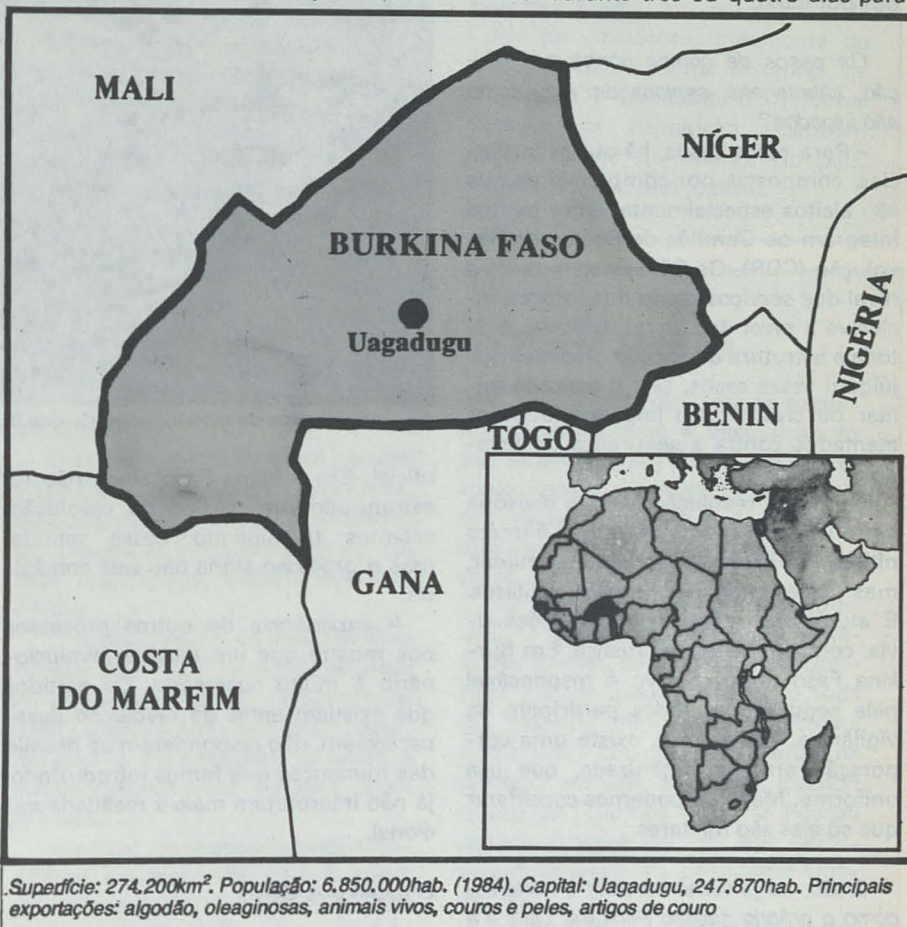
Essa iniciativa foi bem recebida pela população?

— Já fizemos um primeiro balanço da experiência. Foi altamente positiva e recebida com entusiasmo pela população.

Quais são as causas julgadas pelos

frações que entram nessa categoria, por exemplo, casos de agressões com ferimentos, abandono do domicílio conjugal — o que ocorre muito em nosso país —, brigas entre vizinhos etc. O que mais nos interessa é educar as massas, para que adotem um comportamento revolucionário.

Se a esse nível de base não se consegue a conciliação, o caso passa para o Tribunal Popular Departamental. A esse nível não se podem adotar sanções, justamente porque o objetivo é formar politicamente a população. A "pena", uma vez obtida a conciliação, é fazer algum trabalho que redunde em benefício de toda a comunidade. Pode acontecer que o trabalho a ser feito não seja diretamente na localidade onde o caso foi julgado. Se isso ocorrer, a pessoa julgada vai durante três ou quatro dias para



Tribunais Populares?

— Isso depende da estrutura. A nível das aldeias, ou daquilo que chamamos de "setores" — porque os povoados estão divididos em setores —, trata-se de tribunais de conciliação. Como seu nome indica, a esse nível nós optamos por dar ênfase na conciliação. Há várias in-

o lugar onde deve cumprir sua "pena".

E crimes mais graves, como um assassinato, por exemplo?

— Esse tipo de caso não é julgado, por enquanto, a esse nível. Estamos tentando, ainda experimentalmente, ampliar a ação da Justiça Popular, mas

em geral crimes mais graves são julgados pela Justiça Civil, organizada de acordo com os padrões que herdamos da época da colonização francesa.

Por que o governo deposita tanta confiança no poder dos tribunais do ponto de vista de sua função, digamos, pedagógica, formadora de uma consciência política?

— Porque, ao atuar num Tribunal Popular, a população vai sentindo como deve ser o comportamento ético de um revolucionário, vai vendo, em problemas que se apresentam no cotidiano, como se deve agir vivendo numa comunidade que aspira a superar a herança colonial e construir outro tipo de sociedade. Vão se descobrindo, na prática, os deveres e direitos do povo, assegurados pelo governo revolucionário a todos por igual.

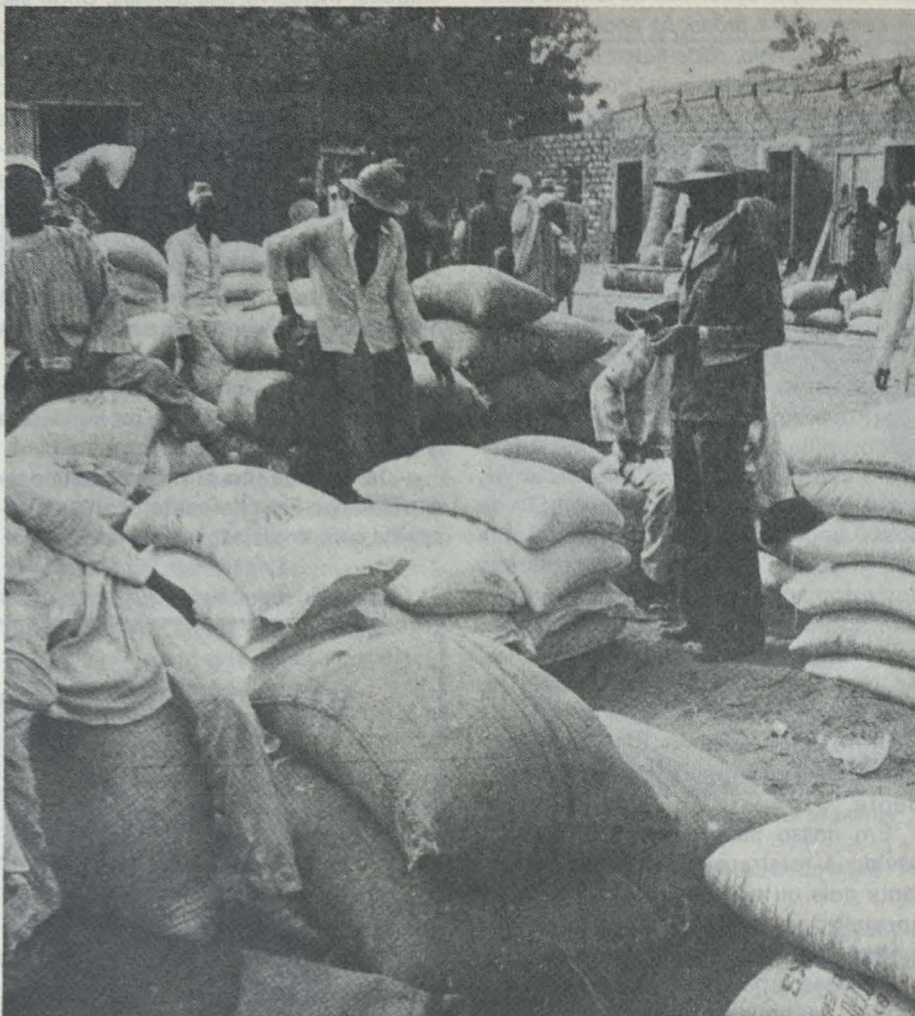
Os casos de crimes contra a revolução, sabotagens, espionagem etc., como são julgados?

— Para esses casos, há outras instâncias, compostas por companheiros que são eleitos especialmente, entre os que integram os Comitês de Defesa da Revolução (CDR). Os CDR existem tanto a nível dos serviços como dos setores, inclusive a nível das forças armadas e de toda a estrutura do Estado. São eles que julgam esses casos, seja o acusado militar ou civil. Af são julgados todos os atentados contra a segurança do Estado.

Na nossa revolução, a linha divisória entre um civil e um militar não é muito nítida. Por exemplo, eu não sou militar, mas já desempenhei funções militares. E atualmente desempenho funções civis, como ministro da Justiça. Em Burkina Faso, todo o povo é responsável pela segurança e todos participam da vigilância. Além disso, existe uma corporação armada organizada, que usa uniforme. Mas não podemos considerar que só eles são militares.

Então, no governo há civis e militares, como o próprio capitão Sankara. Qual é a relação entre os membros do gabinete, isto é, os ministros do governo, e o Conselho Nacional da Revolução (CNR)?

— Pessoalmente, sou civil e sou membro do Conselho Nacional da Revolução, a máxima instância dirigente de nosso país. Mas nem todos os membros do governo pertencem ao CNR, que atualmente age como um partido



A ajuda alimentar do exterior permitiu que Burkina Faso enfrentasse a violenta seca

oficial. Em Burkina Faso ainda não foi estruturado um partido da revolução; estamos trabalhando nesse sentido, mas o processo ainda não está concluído.

A experiência de outros processos nos mostra que um partido revolucionário é muito necessário. Os partidos que existiam antes da revolução desapareceram, não responderam ao desafio das mudanças que fomos introduzindo, já não interpretam mais a realidade nacional.

O papel dos CDRs

Como define a ideologia do processo de Burkina Faso?

— Nós ainda não a definimos, é parte das responsabilidades do novo partido aprofundar o estudo dessa questão. Mas há certos princípios, como o patriotismo, que estão muito marcados em nossa revolução.

Do ponto de vista da organização, há

atualmente, como instância suprema do poder, o Conselho Nacional da Revolução, que define toda a política do Estado. Depois, vem o governo, a um nível mais abaixo, que aplica as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional da Revolução. Mas existe uma outra estrutura, os já mencionados Comitês de Defesa da Revolução, que trabalham em estreita relação com o CNR; são as estruturas de base emanadas do CNR.

Quais são os poderes dos Comitês de Defesa?

— Suponhamos que se esteja debatendo um problema nacional. As massas expressam seu ponto de vista por intermédio dos comitês e, a partir dessas recomendações, o Conselho Nacional da Revolução adota medidas concretas.

Os comitês podem exigir e conseguir a renúncia de um ministro?

— Esse caso, concretamente, nunca

ocorreu até o momento. Mas o que não deixa margem a dúvidas é que o Conselho Nacional da Revolução ouve e leva em consideração a opinião das bases, expressas pelos comitês.

A nível sindical, que tipo de legislação existe?

- Não temos nenhuma legislação específica. Mas nosso povo sabe que os sindicalistas desempenharam e continuam desempenhando um grande papel na vida de nosso país. Em 1976, todos os patriotas, e entre eles um elevado número de sindicalistas, convocaram o povo a sair às ruas contra o regime, que tinha se tornado antipopular. E o povo saiu em massa às ruas.

Mais tarde, em 1980, os sindicatos, os patriotas e todos os militantes revolucionários do país se organizaram para derrubar o regime. E venceram.

Em Burkina Faso, todos sabem que o papel dos sindicatos é decisivo. O direito dos sindicatos está assegurado na prática.

Em nosso país existe liberdade de reunião, de participação, liberdade religiosa, de expressão, de organização. •

“Tive o privilégio de estudar”

□ Magistrado de profissão, o doutor Sambo Antoine Komy, secretário de Estado da Justiça, ocupa esse posto há um ano. “Como acontece com todos os membros da pequena burguesia que tiveram oportunidade de estudar, pude ler muito, escrever, e isso me permitiu ganhar uma certa ‘bagagem’ cultural”, explica ele. Mas acrescenta, imediatamente: “Isso nos obriga a aplicar o que sabemos em favor do nosso povo, já que tantos outros não tiveram os mesmos privilégios que nós”.

“Em nosso país, todos os membros do Conselho da Revolução têm

que ser ministros em algum momento”, afirma o secretário de Estado. Efetivamente, os cargos no ministério são rotativos. E, por isso mesmo, a substituição de um ministro não significa que sua gestão não tenha sido satisfatória. “Achamos que, ao saber que terá que sair do cargo num prazo não excessivamente longo, cada responsável se vê obrigado a refletir, a fazer um balanço do seu trabalho e a se esmerar em ser eficaz. Ao deixar o cargo, passando a ocupar outra responsabilidade, cada um tem oportunidade de conhecer vários campos de atividade”.

Antes de ser ministro, Sambo Antoine Komy foi presidente da Corte de Apelações, presidente do Tribunal de Primeira Instância de Uagadugu e presidente do Tribunal Popular da Revolução. Também ocupou cargo no interior do país, sempre no aparelho judicial.

Do Alto Volta a Burkina Faso

□ Em agosto de 1960, o Alto Volta obteve a independência, deixando de ser colônia francesa. Maurice Yameogo, o primeiro presidente do Alto Volta, começou aproximando-se dos governos nacionalistas de Gana, Guiné e Mali, mas depois mudou de orientação e se ligou aos interesses econômicos franceses. Yameogo foi reeleito em 1965.

Um ano depois, foi derrubado por um golpe militar que dissolveu o Parlamento, revogou a Constituição e proscreveu os partidos políticos. O novo presidente, o coronel Sangoulé Lamizana, chefe do estado-maior do exército, governou com poderes ditatoriais até 1969, quando a vida política do país se normalizou através do retorno dos partidos tradicionais.

Em 1974, Lamizana acabou com a breve experiência democratizante e voltou a governar com apoio exclusivamente militar até 1978. Não conseguiu escapar de um golpe de estado, em novembro de 1980, quando mais

uma vez o país voltou a viver sob o autoritarismo.

O ex-ministro do Exterior, coronel Saye Zerbo, assumiu plenos poderes, num momento em que a economia do Alto Volta havia chegado ao seu nível mais crítico desde a independência.

O agravamento da crise política causou profundas divergências entre os militares, que, em novembro de 1982, promoveram um novo golpe de estado, para colocar no poder o major médico Jean-Baptista Ouedraogo.

Em meio ao ceticismo geral, Ouedraogo, em janeiro de 1983, nomeou primeiro-ministro o jovem capitão Thomas Sankara, líder dos militares que haviam perdido as ilusões com a alta oficialidade corrupta e desmoralizada.

Descontente com as medidas progressistas de Sankara, em maio de 1983, o presidente Ouedraogo mandou demiti-lo e prendê-lo, marcando

uma nova virada direitista na tumultuada política local. A destituição do primeiro-ministro contou com aberto apoio francês e precipitou uma divisão ainda mais profunda entre os militares progressistas e conservadores.

As profundas divergências surgidas, no começo de 1983, entre os militares jovens, de tendência progressista, e a alta cúpula do exército, toda ela comprometida com o sistema tradicional e corrupto, explodiram na primeira semana de agosto, quando o capitão Thomas Sankara liderou um movimento golpista que derrubou o governo do presidente Ouedraogo.

As mudanças na orientação política do novo regime foram expressas na troca de símbolos pátrios, realizada na comemoração do primeiro aniversário da tomada do poder. A partir desse momento, o Alto Volta passou a se chamar República Popular Democrática de Burkina Faso.

ILHAS FIJI

O "castelo de cartas" começa a desmoronar

O complicado sistema constitucional deixado pelos colonos ingleses não consegue mais impedir conflitos étnicos e políticos no arquipélago

Lopeti Senituli*

Quando o tenente-coronel Sitiveni Rabuka invadiu o Parlamento das ilhas Fiji em meados de maio, o episódio foi considerado bizarro pela maior parte da imprensa ocidental, que viu nele uma ação impulsiva do militar. Mas, independentemente dos desdobramentos políticos da crise provocada pela invasão do Parlamento dessa ex-colônia inglesa no Pacífico, o episódio abalou o complicado sistema constitucional deixado pelo colonialismo britânico e que foi montado para evitar conflitos entre os diversos grupos étnicos que compõem a população do país. E isso lança uma série de dúvidas sobre o futuro dessa nação de quase 800 mil habitantes espalhados em 840 ilhas, das quais apenas 100 são habitadas.

A Constituição das Fiji, vigente desde a independência em 1970, prevê um Parlamento de 52 membros, 22 dos quais são de origem melanésia, 22 de origem indiana e 8 dos chamados Eleitores Gerais, que reúnem europeus, mestiços com sangue europeu e, finalmente, os de origem chinesa. Vinte e sete dos 52 membros do Parlamento são eleitos pelo voto comunal, na seguinte proporção: 12 indianos, 12 melanésios ou fijianos e três eleitores gerais. As vinte e cinco vagas restantes são preenchidas pelo voto nacional, com uma repartição de 10 fijianos, 10 indianos e cinco eleitores gerais.

Cada cidadão do arquipélago, ao



A manobra golpista de Rabuka (foto) foi criticada tanto dentro quanto fora do país

comparecer às urnas, vota quatro vezes. Um eleitor fijiano vota, por exemplo, num candidato fijiano de sua comuna, em outro fijiano de outra comuna, em um indiano de outra comuna e finalmente num eleitor geral também de outra comuna. Teoricamente, esse complicado sistema procura impedir a predominância absoluta de uma das duas principais etnias do país, mas na prática ele dá aos eleitores gerais o poder de decisão, já que estes acabam funcionando como fiel da balança política.

Mas o sistema que os ingleses criaram com tanta meticulosidade está em conflito com a realidade demográfica e étnica do país. Se forem tomados como base os números do censo realizado em 1980, os eleitores gerais formam apenas 4% da população, mas têm 15,4% das vagas no Parlamento. Em compensação, os vários grupos de origem melanésia formam 44% da população global e controlam 42,3% das cadeiras no Poder Legislativo. Os indianos compõem 50% da população e também controlam 42,3% do Parlamento. Por esses dados, fica claro que os eleitores gerais têm um poder político quase quatro vezes maior do que o seu poder numérico.

A questão agrária

Além dessa divisão de cargos no Poder Legislativo, a Constituição das ilhas Fiji tem ainda um rígido dispositivo para controlar as leis sócio-econômicas do arquipélago. Cada emenda constitucional ou lei referente aos direitos do cidadão deve ser aprovada com no mínimo 3/4 dos votos do Parlamento eleito pela Câmara Alta (Senado), cujos integrantes são nomeados pelo Conselho de Chefes Tribais, pelo primeiro-ministro e pelo líder da oposição.

Todas as questões ligadas à propriedade da terra, política agrícola e fundos de desenvolvimento devem, além dos 3/4 dos membros das duas Câmaras Legislativas, ter o apoio de seis dos oito membros do Senado, nomeados por chefes tribais. Com isso, os fijianos controlam tudo o que se refere à agricultura, onde além do poder político, eles possuem 82,1% de todas as terras férteis do arquipélago. Da parte restante, 8,1% são de livre propriedade, 9,4% são considerados terras da Coroa britânica (a rainha Elizabeth II é a chefe de Estado das ilhas) e 0,2% pertencem a grupos étnicos menos importantes. Da parte de livre propriedade, os europeus

controlam 80% e os indianos os outros 20%, mas ambos juntos possuem apenas 1,7% da área agrícola total.

O sistema deixado pelos ingleses atendia, basicamente, às necessidades de manutenção do equilíbrio étnico na época da independência, mas não previu os desdobramentos posteriores. Os fijianos continuaram, basicamente, agricultores, mas os indianos foram se concentrando cada vez mais nas cidades, inicialmente como comerciantes, depois também como empresários das poucas indústrias, para, finalmente, passarem a ser hegemônicos também no serviço público e no próspero setor ligado ao turismo. Daí, resultaram choques de interesses econômicos, uma vez que os indianos passaram a pressionar por uma modernização da estrutura produtiva do país enquanto os fijianos não querem a alteração de seus hábitos tradicionais.

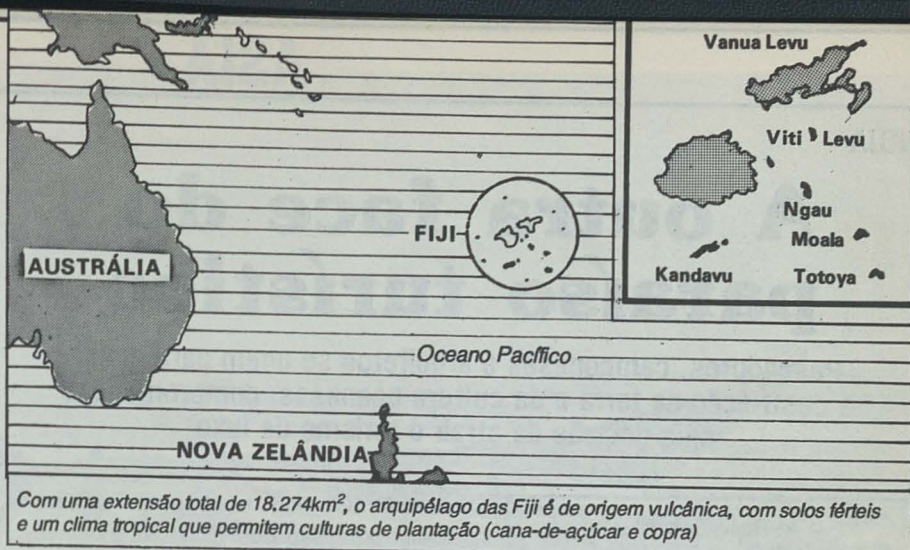
A própria ampliação do capitalismo no arquipélago gerou tensões, uma vez que os turistas querem ver o lado exótico e tradicionalista da sociedade local, enquanto os que lucram com a vinda dos estrangeiros querem a modernização. O sistema também não previu o surgimento de sindicatos fortes e reivindicativos.

Os indianos, especialmente, começaram a desenvolver a indústria do açúcar e seus derivados, através do cultivo intensivo da cana. A ampliação desse próspero empreendimento esbarrou, no entanto, na rígida distribuição de terras, o que acabou levando a questão para o Parlamento, onde a extensão de 10 para 30 anos no *leasing* das terras de livre propriedade acabou sendo vetada pelo Conselho de Chefes Tribais.

As tensões cresceram ainda mais depois de 1982, quando os fijianos, temerosos do avanço econômico dos indianos, apresentaram no Parlamento uma proposta de que eles passassem a controlar constitucionalmente não só o cargo de primeiro-ministro, como também 2/3 das cadeiras do Parlamento e 70% das bolsas para estudantes secundários e universitários. Como era inevitável, o problema passou para os partidos políticos.

Os partidos e a crise

Na época da independência, os dois maiores partidos eram o Partido da



Aliança (AP), dominado pelos fijianos, e o Partido da Nova Federação (NFP), pelos indianos. Nas eleições de 1977, surgiu uma dissidência da AP, o Partido Nacionalista Fijiano (FNP), com uma posição antiindiana. Cinco anos mais tarde, apareceu mais um grupo, a Frente Única Ocidental (WUF), também formado por fijianos, num momento em que dentro do NFP se consolidaram duas facções, uma "moderada" e outra "dura", basicamente antifijianas. Em 1985, foi fundado o Partido Trabalhista (FLP), cujos membros eram em sua maioria dirigentes sindicais sem que o grupo tivesse características raciais. O FLP passou a ocupar o lado esquerdo do espectro político do arquipélago, defendendo em sua plataforma alguns princípios socializantes. Nas últimas eleições, realizadas em abril de 1987, os partidos AP, FNP e WUF fizeram uma aliança conservadora.

O surgimento do FLP marcou uma mudança profunda no quadro político-ideológico do arquipélago, pois sua plataforma entrou em choque direto com a direita, ao propor a defesa dos direitos dos jovens, das mulheres trabalhadoras, dos desempregados, ao mesmo tempo em que adotava uma política de não-alinhamento em questões de política externa e favorável à desnuclearização do Pacífico Sul.

Essas posições liberais e socializantes do FLP acabaram aproximando os trabalhistas da velha plataforma do NFP (indiano) que no período pré-independência reuniu os grupos mais ativos na luta contra os privilégios coloniais. A aliança FLP-NFP venceu as eleições de abril, levando ao poder o primeiro-ministro Timoci Bavadra, 52 anos.

Bavadra, de origem melanésia, compôs um ministério onde os indianos eram maioria, provocando com isso a irritação da aliança conservadora, que passou a acusá-lo de traição étnica. Em represália, o líder do FLP começou a investigar o governo anterior, tornando públicos vários atos de corrupção e prepotência, o que aumentou a sua popularidade entre os sindicatos e funcionários públicos.

A resposta conservadora foi a conspiração golpista, que se materializou na intempestiva invasão do Parlamento pelo tenente-coronel Rabuka. A manobra golpista foi condenada de forma quase unânime tanto dentro como fora do país, com exceção apenas dos ex-ministros acusados de corrupção.

Diante do impasse, o representante da rainha Elizabeth II assumiu o poder e nomeou um ministério provisório composto por figuras neutras, para tentar ganhar tempo e esfriar os ânimos. O delegado real Penaia Ganilau conseguiu o que queria, mas a situação está longe de ser resolvida (ver Panorama). Os trabalhistas ganharam definitivamente um lugar ao sol na política do arquipélago, ao mesmo tempo que os indianos do NFP, mesmo não aceitando muitas das propostas reformistas de Bavadra, vêem nele a tão esperada chance de "modernizar" a economia de Fiji. Assim, numa nova eleição, os dois partidos voltarão a vencer, mantendo a crise, que está evoluindo de um confronto racial para um choque ideológico, entre uma burguesia urbana e setores oligárquicos rurais. ●

* Lopeti Senituli é secretário geral do movimento a favor da desnuclearização do Pacífico (Nuclear Free and Independent Pacific). O texto final foi editado por Carlos Castilho.

ÍNDIA

A outra face do paraíso turístico

Pescadores, camponeses e arquitetos se unem para evitar a destruição da terra e da cultura goanesas, comprometidas pela decisão de atrair o turismo de luxo

Rajiv Tiwari

Esta foto das Baamas foi tirada em Goa, na Índia", anuncia uma propaganda turística do governo indiano para promover a imagem de praias ensolaradas e frescas águas azuis do estado de Goa, a ex-colônia portuguesa situada na costa oeste da Índia. Mas, ultimamente, nem tudo é tão plácido como apresentam.

A foto, com um típico panorama "turístico" de mar calmo, areias douradas, barracas de praia e estrangeiros estirados ao sol, é parte da campanha "Na Índia, você verá o mundo", lançada no ano passado para atrair as sonhadas divisas do mercado turístico internacional e incentivar o turismo de luxo interno.

No entanto, desde junho último, as coisas em Goa não estão sendo tão paradisíacas como os promotores tentam convencer os visitantes em potencial. Os 105km de praias e palmeiras da costa goanesa já estão repletos de balneários e muitos dos seus habitantes parecem insatisfeitos com os planos do governo local de transformar seu litoral num cinturão de luxuosos hotéis "cinco estrelas".

Pescadores, fabricantes de cerveja de palmeira de baixa fermentação - conhecida como *Toddy* - e camponeses se uniram a arquitetos, advogados, educadores e jornalistas para evitar o que consideram "uma apropriação da terra, da cultura e da ecologia goanesas".

Uma ativa organização chamada *Jagrut Goemakaranchi Fauz-JGF* (Exército de Goaneses Acordados) começou a reivindicar a total proibição de novos hotéis de luxo em Goa, diante do projeto de se construírem 20 novos estabelecimentos até o ano 2000, anunciado em maio passado pelo governo esta-

dual. O JGF exige também que se paralise a expansão dos 15 hotéis e balneários de luxo já existentes.

No norte de Goa, furiosos fabricantes de *Toddy*, que perderão seu meio de vida se for construído um complexo balneário de 15 milhões de dólares projetado para a cidade de Canacona, conseguiram paralisar o projeto depois de diversos choques com os trabalhadores trazidos de Bombaim.

Em Majorda, Goa central, formaram-se comitês nas aldeias para protestar contra a projetada apropriação das praias, onde seus pescadores trabalham, para o complexo hoteleiro da cadeia norte-americana "Hollyday Inn". "A principal causa do conflito foi a tentativa de despojar a população local dos seus direitos tradicionais aos recursos do ecossistema costeiro, do qual sua vida depende há séculos", disse um militante do JGF.

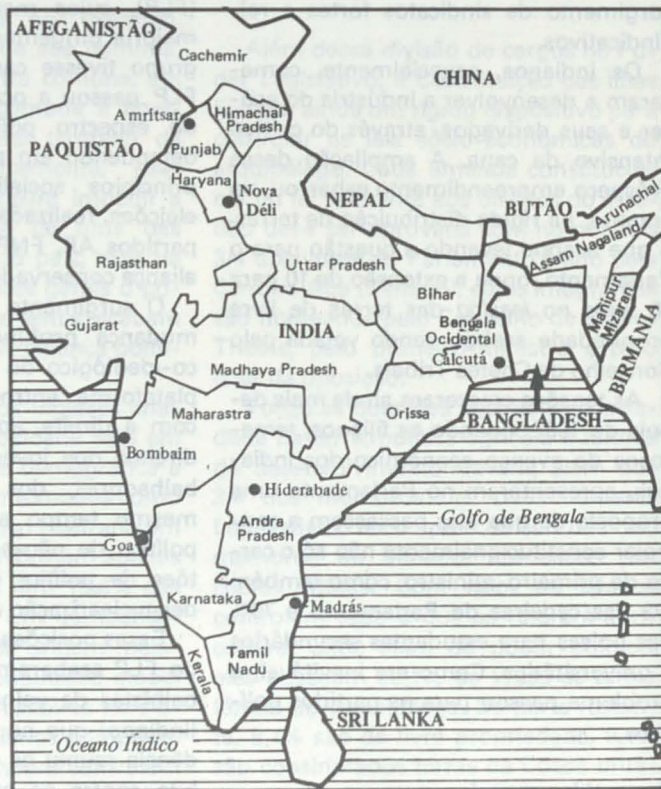
O "despojamento" a que ele se refere inclui a perda do acesso às praias e às palmeiras de *Toddy* que aí crescem, limitações ao processo de secagem de peixe na areia - trabalho que provoca mau cheiro, mas é indispensável para que os pescadores possam conservar e vender

o pescado - e o fim do direito a usar as praias para encostarem suas embarcações.

"Fora, forasteiros"

Enquanto esses problemas afetam a população rural da costa, os goaneses que vivem nas cidades sentem o peso da demanda dos complexos turísticos sobre os já escassos recursos de água e eletricidade da região. O arquiteto Lúcio de Miranda (cujo nome e sobrenome refletem os quatro séculos de domínio português em Goa) diz que "cada hotel de cinco estrelas usa uma quantidade de água equivalente ao consumo de quatro povoados goaneses. Por isso, os goaneses se opõem aos planos de construção de novas piscinas, jardins e recintos com ar condicionado".

Cerca de 500 mil turistas visitam Goa a cada ano, 50 mil dos quais vindos do exterior. Para 1990, espera-se que pas-



Goa foi colônia portuguesa desde princípios do século XVI até ser anexada à União Indiana em 1961, depois de rápida operação militar. Foi administrada diretamente pelo governo central de Nova Déli até que a 30 de maio passado tornou-se um estado federativo de pleno direito



A decisão oficial de transformar as praias numa sucessão de hotéis de luxo enfrenta a resistência dos pescadores

Roberto Bissio

sem de um milhão. Goa é um dos últimos refúgios dos *hippies* dos anos 60, que começaram a chegar desde a guerra do Vietnã, atraídos pela calma tropical e pela facilidade em adquirir drogas leves e pesadas.

O plano de urbanização está sendo realizado por técnicos de outros estados da Índia, razão pela qual a reação local contra o desenvolvimento turístico adquire em muitos aspectos a característica de um confronto entre goaneses e "forasteiros". Mas o pai do plano turístico que se pretende promover no estado é o próprio ministro estadual de Turismo, Proto Barbosa, alvo principal do movimento antiturbístico.

O caricaturista Alexyz, muito popular em Goa, publicou uma série de desenhos intitulados "Fábulas de cinco estrelas", satirizando os planos do governo.

"Temos que lutar contra todos os que querem vender Goa por algumas moedas de prata aos turistas, aos urbanizadores e hoteleiros de fora do estado", declara Rajan Narayan, diretor do jornal diário *The Herald*. "Os goaneses não vêm problema em compartilhar com outros cidadãos do país os dons que a natureza lhes deu, mas o que está

acontecendo nos faz temer que nos tornemos estranhos em nossa própria casa", acrescentou.

Com menos de 10 milhões de habitantes, a economia de Goa tem uma grande dependência de suas reservas minerais e de sua pequena indústria. No entanto, ambas não chegam a gerar receitas suficientes para que o estado possa sobreviver sem depender do governo central.

Remédio de pronta ação

O plano de Barbosa de potencializar o turismo é considerado como um "remédio de pronta ação" para resolver os problemas financeiros do estado e também atrair divisas para a Índia. Mas os goaneses não aceitam ser descritos como "sempre prontos a cair na música e na dança, a comer e beber, a qualquer hora", como dizem os folhetos turísticos.

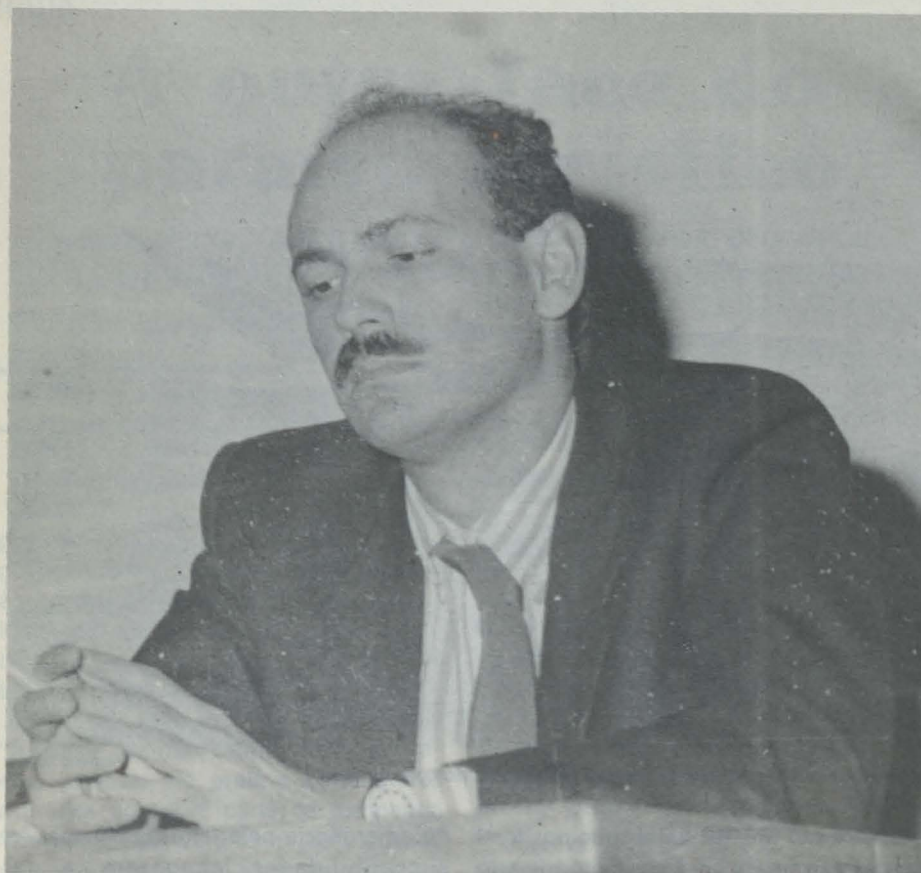
O militante da JGF denunciou um folheto de um hotel que diz que seu bem-abastecido bar também tem cerveja de barril, mas por um erro ortográfico a frase em inglês fica algo assim como "cerveja da seca", exatamente quando Goa acaba de ser declarada em estado

de emergência pela falta de chuvas. As suscetibilidades chegaram a tal ponto que um simples erro tipográfico joga mais lenha na fogueira.

Os opositores do plano turístico afirmam que suas origens remontam a um estudo realizado em 1973 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Segundo a JGF, "o relatório é um exemplo da forma como a indústria do turismo de luxo vê o mundo: como uma mercadoria que pode ser alterada para satisfazer o gosto dos ricos e ser entregue embrulhada para presente, sem considerar o ponto de vista da população local".

O arquiteto Sarto Almeida sugere uma alternativa: desenvolvimento turístico a nível das aldeias e povoados, com complexos hoteleiros administrados por cooperativas locais, auxiliadas com créditos e assistência técnica do governo. Mas essa idéia não parece ter o beneplácito das autoridades.

Enquanto isso, os aldeões de Goa estão organizando a resistência à compra de terras com o lema: "Hoje é comigo, amanhã vai ser contigo", uma popular inscrição nos túmulos dos cemitérios goaneses. ●



Hélio Santos

Chamorro: "Queremos fazer um jornal de massas com importante carga informativa"

A palavra como arma

A experiência do jornal "Barricada", seu papel na revolução sandinista e suas limitações, nas reflexões do seu diretor, Carlos Chamorro

Aldo Gamboa

Na época de Somoza, o sandinismo não tinha nenhuma possibilidade de expressão legal, mas mantinha uma publicação clandestina, iniciada pelos próprios dirigentes da revolução (Fonseca, Ortega, Borge). O jornal inicialmente se chamou *Trinchera*, depois, *Unidad Revolucionaria*, *El Sandinista*, *Rojo y Negro*.

"Quando, em 1979, se criou *Barricada*, procurou-se fazer coincidir duas tradições: a da imprensa clandestina e a que se poderia chamar de 'jornalismo

profissional, honesto e democrático da Nicarágua'. Muitos jornalistas que começaram a fazer o *Barricada* vinham da rádio e alguns tinham trabalhado no velho jornal diário *La Prensa*, que era dirigido por Pedro Joaquín Chamorro, assassinado pela ditadura de Somoza, e que nessa etapa tinha posições políticas progressistas e democráticas.

"*Barricada* surgiu como tudo na revolução: de um dia para o outro, tomou-se a decisão de fazer um jornal. Convocou-se um grupo de companheiros para que se encarregassem dessa tarefa; os equipamentos do jornal de Somoza foram recuperados, mas não se

definiu nada, nem que tipo de jornal devia ser. Simplesmente, fizemos". Quem explica isso é Carlos Fernando Chamorro de Pedro Joaquín Chamorro), atual diretor de *Barricada*, órgão oficial da Frente Sandinista da Nicarágua.

Durante sua recente visita ao Rio de Janeiro, Chamorro esteve na redação central de *terceiro mundo* e fez um minucioso relato da história e do papel de *Barricada* no processo nicaraguense.

Os primeiros passos

"Nos primeiros tempos, o diretor ficava uns dias no jornal e logo era transferido para outra atividade. O primeiro diretor foi Carlos Carrión, que depois foi responsável pela Juventude Sandinista e agora é o responsável pelo Partido em Manágua. Em seguida, foi Julio López, que atualmente é chefe de Relações Internacionais da Frente. Depois, foi Leonel Espinoza.

"A missão de *Barricada* nos primeiros tempos era contribuir para o estabelecimento da ordem. Tinha-se que começar a informar as pessoas quais eram as novas regras do jogo, quais eram as leis que estavam sendo estabelecidas, o Estatuto da República. Sobretudo, tinha-se que construir uma revolução, organizar-se, trabalhar, produzir. Tínhamos que procurar criar uma nova mentalidade e nova consciência. Mas nós aprendemos rapidamente que, em termos de comunicação, esse primeiro impulso político vai se esgotando. Chegou um momento em que a retórica estava por demais carregada e o tom do jornal era muito dirigido a nós mesmos, panfletário demais.

"Nessa época, em 80 ou 81, o *La Prensa* já estava nas ruas, com uma orientação muito forte de direita. Foi o *La Prensa* que nos colocou o desafio de fazer um jornalismo partidário muito diferente. Tivemos que enfrentar uma luta muito dura com o novo *La Prensa*. Primeiro tivemos uma fase em que esperávamos para ver o que o *La Prensa* dizia e aí víamos como responder. Depois, fomos aprendendo que isso não adiantava nada, que precisávamos de uma posição ofensiva na luta ideológica, onde pudéssemos mostrar as realizações da revolução e não ficar respondendo aos ataques da direita. Creio que

foi por volta de 1982 que essa idéia foi amadurecendo, uma concepção diferente do jornal, não dirigido exclusivamente aos militantes da Frente e sim um jornal de massas. E para ser de massas, um jornal tem que ter uma carga informativa importante. As pessoas têm que sentir a necessidade de ler esse jornal e de procurá-lo para poder se informar e também se formar."

A guerra e a cobertura jornalística

"Quando começam a acontecer as primeiras agressões contra-revolucionárias maciças, por volta de 82/83, dá-se uma situação nova na Nicarágua: como enfocar as notícias da guerra. Obviamente, a informação militar exige um certo grau de centralização, de direção coordenada por quem dirige a guerra, que é o exército. Era o exército que enviava os relatórios militares, que emitia os comunicados - e ainda faz isso - onde os fatos eram registrados. Mas isso não dava idéia para as pessoas da gravidade da situação.

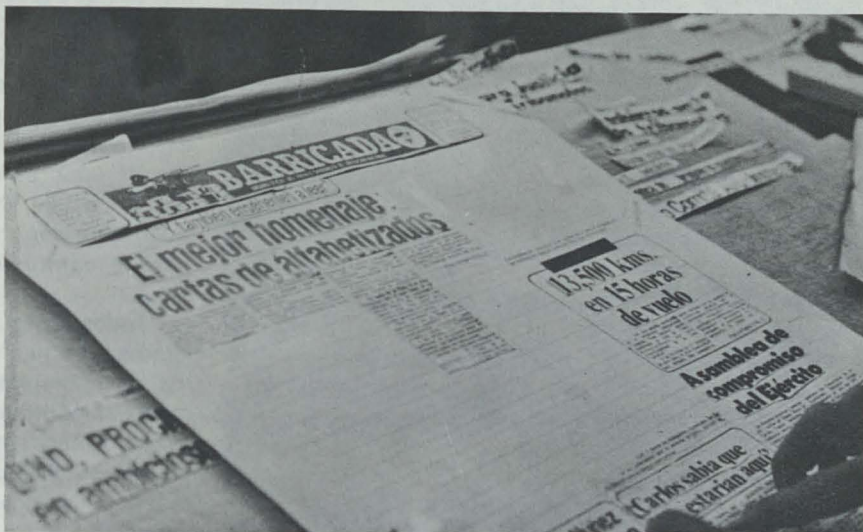
"Então, quatro ou cinco dos melhores jornalistas da redação se tornaram correspondentes de guerra e passaram um mês e meio na frente de combate. Foi esse fato - poder transmitir às pessoas as vivências dos combatentes, as ações de guerra, as limitações materiais que passa o combatente - que permitiu que o trabalhador da cidade se informasse sobre a situação nacional. Essa tarefa foi uma das que mais marcou a personalidade do jornal.

"Em 1982, o jornal já tinha uma tiragem de 30 a 40 mil exemplares, e esse número foi crescendo até que em 1985 ultrapassou os 100 mil exemplares. Mas o crescimento da circulação não pode ser atribuído exclusivamente aos méritos de *Barricada*. Ele está ligado ao desenvolvimento da consciência e à politização do povo.

"Nessa época, além de imprimir *Barricada* e o suplemento de cultura *Ventana* ("Janela"), também criamos um semanário esportivo, que circula como publicação à parte, *Deportes*, que tem muita penetração. Também imprimimos *La Semana Cómica* e publicações de organizações populares, de sindicatos, das forças armadas e milhões de exemplares de livros didáticos, como parte de um programa do Ministério da Educação."

A cobertura internacional

"Em relação à informação internacional, para nós fica muito difícil nos abstrairmos do conflito Nicarágua-Estados Unidos. Existe no *Barricada* um



O diário "Barricada" é montado na oficina local: uma experiência inovadora

volume muito grande de informações sobre a política externa da Nicarágua e sobre a problemática que a cerca, mas muito pouca sobre o restante do mundo. Nos últimos anos, porém, ao perceber esse fato, ampliamos conscientemente o espaço de informação internacional, procurando aproximar um pouco mais os nossos leitores da luta de outros povos, aproximá-los da África, da Ásia, do restante da América Latina. Inclusive dos próprios países socialistas, com os quais, apesar de existir uma operação importante, fica difícil estabelecer um processo de intercâmbio informativo que seja atraente para o leitor.

"Um dos desafios que tivemos e ainda temos de enfrentar é o colocado pe-

los Estados Unidos com a sua 'agressão radiofônica' contra nossa revolução. Na Nicarágua são captados mais de 70 sinais de rádio e nove de emissoras estrangeiras de televisão. A isso some-se a transmissão das rádios que não são comerciais e estão dirigidas contra a Nicarágua, instaladas pelos 'contras' em Honduras, El Salvador e Costa Rica. Elas têm grande potência e podem ser ouvidas em muitas partes do nosso território. Mas a principal desvantagem que eles têm é que estão fora do país e não têm possibilidade de acesso a informações verdadeiras; não sabem o que as pessoas pensam, dizem, sentem e querem opinar ou criticar. A estratégia para contrabalançar isso não foi impedir que esses sinais penetrem - inclusive

porque não temos como fazer isso em termos técnicos - e sim desenvolver fundamentalmente uma rádio participativa, onde as pessoas possam se expressar, onde a programação não é fechada e sim aberta, onde o povo possa opinar, criticar, trocar experiências e se comunicar entre si.

"Em relação à televisão, na Nicarágua não tivemos nenhuma experiência anterior de televisão nacional, mas já temos feito muita coisa, algumas de qualidade, como documentários, programas dramáticos, infantis, políticos e de debate, algumas séries nacionais. Mas eu acho que a televisão é o espaço de mais difícil transformação porque se tem de descobrir as leis do entretenimento e de que maneira, através desse instrumento, podem ser recriados novos símbolos, novos valores revolucionários sem que se faça um panfleto na televisão. Na Nicarágua, já avançamos muito nesse campo, mas não é uma tarefa fácil, com resultados imediatos."

Os meios diante da crise

"No seminário do qual participei re-



A luta política do povo nicaraguense se reflete nas páginas de "Barricada"

centemente, eu disse que os mídias na Nicarágua foram mais úteis para a luta política do que para a ideológica e atribuí isso a um problema de desenvolvimento: é mais fácil enfrentar e travar a luta política (que também é ideológica) quando os conceitos são formulados por sujeitos políticos visíveis do que quando se trata de debater problemas ou conceitos que estão no próprio interior da revolução. Por exemplo, enfrentar problemas como o da crise econômica exige evitar

que se desenvolva no povo a mentalidade do 'salve-se quem puder'; é necessário que surja uma concepção de solidariedade popular e coletiva: 'enfrentemos todos juntos a crise econômica'.

"Esse trabalho educativo, de formação do povo, requer um esforço explicativo e também um esforço ideológico para desenvolver novos comportamentos, novas atitudes sociais nas pessoas. Até certo ponto, o fato de se ter decretado o estado de emergência e de terem sido impostas restrições às ex-

pressões políticas da direita, colocou um desafio diferente para a imprensa. Vamos continuar desenvolvendo a luta ideológica, mas agora as coisas não são tão visíveis, as posições que podem retardar o avanço da revolução não são expressas tão facilmente. E isso requer um nível tanto político quanto profissional na imprensa, que eu acho que estamos adquirindo.

"Mas isso traz um outro ponto interessante para reflexão: a concepção dos meios de comunicação na Nicarágua como um instrumento complementar de poder, e como um instrumento de apoio à condução política das forças partidárias. Porque também houve uma tendência à autocomplacência. Isso não é um problema só dos jornalistas, é um problema das instituições governamentais que recorrem – e na Nicarágua isso existiu – à utilização dos meios como instrumento de divulgação das coisas boas que determinado ministério fez. Os meios ficam girando em torno das atividades dos organismos dirigentes. Há uma grande distância entre ter essa ênfase de 'meio divulgador de atividades' e ser meios que contribuam para a condução política das massas.

"Todos esses temas políticos, ideológicos, que têm relação com o problema da comunicação foram discutidos num seminário de dois dias de trabalho com o comandante Bayardo Arce (aliás, um ex-jornalista). Não foi uma discussão que tivemos exclusivamente, nós, jornalistas: foram convocados dirigentes do Partido das diversas regiões do país, dirigentes sindicais, membros do governo, responsáveis pela política externa e pelo exército, para que o tema fosse analisado não como um problema dos jornalistas e sim de todo o país.

"Os resultados imediatos dessas reuniões foram a criação de uma nova consciência nos diferentes setores em relação ao papel dos meios de comunicação e a formulação, a partir de alguns documentos discutidos, de uma série de propostas que estão na agenda do Diretório Nacional para serem estudadas em breve. Aí é analisado um conceito comum sobre os meios de comunicação, são definidas suas prioridades para o momento e são colocados problemas organizacionais, materiais e de quadros, que têm que ser resolvidos para se poder alcançar os objetivos propostos." ●

SUPLEMENTO BRASIL

E stá se constituindo em fenômeno a presença crescente de brasileiros em Portugal, numa inversão de mão do tradicional fluxo migratório entre os dois países. Hoje, mais de 20 mil brasileiros vivem em Portugal e a lista de pretendentes a se estabelecerem lá cresce a cada dia.

Acima da simples curiosidade, vale tentar definir as condições que determinam a saída de tantos brasileiros para as terras lusas, em busca de uma nova vida. O vasto, múltiplo e potencial Brasil estará apresentando alguma faceta de limite que abala o ânimo e os planos de tantos jovens? Haverá alguma parcela de descrença nessa viagem, que muitos definem como uma busca de futuro, provavelmente sem retorno?

Já se lembrou muito a evasão dos futebolistas, como uma consequência da crise que ronda nosso esporte mais popular e que se mostra, de corpo inteiro, agora nos campeonatos nacionais das divisões coloridas e na baixa frequência aos estádios. Em Portugal, há um time com oito brasileiros e não existe equipe sem ao menos um brasileiro. Mas, o drama do mundo da bola era coisa sabida há muito tempo.

Era desconhecida, porém, uma tensão que propiciasse o êxodo de profissionais de outros setores – de pintores da construção civil a engenheiros e industriais – e de jovens que se sentem desesperançados em sua própria terra.

A reportagem especial, que nos traz a novidade, é uma contribuição à reflexão, pois acreditamos que a descoberta de Portugal pelos brasileiros, mais do que um acontecimento capaz de produzir boas anedotas – agora, naturalmente, dos portugueses com os “brasucas” – é uma das cenas de um “filme” chamado Brasil, que, por sorte, ainda está sendo rodado e pode – e deve – chegar a um final feliz.

Outras cenas desse filme são apresentadas ao leitor neste **Suplemento**: os efeitos da moratória, que parecem estimular, pela primeira vez, o ânimo de negociação dos credores; a configuração que vai adquirindo o sistema financeiro brasileiro, caminhando para a oligopolização; as tempestades que sacodem, quase a cada dia, a Constituinte; o passo à frente no domínio da tecnologia nuclear e sua advertência, o dramático acidente à Tchernobyl de Goiânia, com dezenas de pessoas atingidas pela radiação, e as razões das estatais. No âmbito cultural, o leitor conhecerá o pensamento de Leon Hirszman sobre a crise do cinema brasileiro e verá como o cinema pode ajudar a causa indígena, uma luta pela identidade continental.



Os efeitos da moratória

Negociações parecem passar a novo estágio

Pág. 48-51

Bancos, a oligopolização

O sistema financeiro torna-se malha estreita

Pág. 52-52

Constituinte, idas e vindas

Bernardo Cabral fala do seu malfalado texto

Pág. 54-56

O grito das estatais

Primeira resposta à campanha de privatização

Pág. 57-59

Setembro

Fatos importantes que valem ser lembrados

Pág. 60-61

O Brasil no Clube Atômico

O avanço nuclear põe questões novas ao país

Pág. 62-63

Hirszman vê a crise no cinema

O pensamento do cineasta recém-falecido

Pág. 64-65

Mitos, lendas e realidades

O cinema reflete sobre o Índio no continente

Pág. 66

Os brasileiros descobrem Portugal

Atrás de vida nova, muitos cruzam o Atlântico

Pág. 69-71

Opinião

Neiva Moreira comenta as voltas da história

Pág. 72



Fernando Perreira/Ag. JB

Bresser: fim da moratória só com acordo pleno



Reuter

Baker: já levando em consideração as propostas

Credores começam a negociar

Os efeitos da moratória

As negociações retomadas em setembro vão se estender até o final de outubro, mas não se aguarda avanço significativo antes de março próximo. Por enquanto, os banqueiros já admitem pensar nas propostas do Brasil, que consegue formar uma frente de devedores com o México e a Argentina

Álvaro Queiroz

Ao voltar ao Brasil no final de setembro passado, o ministro da Fazenda Bresser Pereira pôde classificar de avanço os contatos e as negociações realizados com os credores brasileiros, nos Estados Unidos, e no âmbito do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Como uma espécie de troféu, que o reabilitava do confronto negativo entre os dois, no início do mês, Bresser exibiu as declarações ainda quentes do secretário do Te-

souro norte-americano, James Baker III, favoráveis, pela primeira vez, embora com algumas reservas, à proposta de conversão de parte da dívida em títulos.

As declarações de Baker foram interpretadas como um sinal de que a comunidade credora passará a examinar o assunto e a considerar também os aspectos políticos, envolvendo a crise da dívida externa que sacrifica o Terceiro Mundo. A sustentação da moratória pelo Brasil, aliada a um quadro internacional, que aponta o agravamento da situação de todos os países endividados

a romper a moratória, efetuando o que classificam de pagamento simbólico de juros atrasados (algumas centenas de milhões de dólares, dos quase três bilhões de dólares não-pagos desde fevereiro).

Na declaração entregue no início de outubro ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, em Nova Iorque, o Comitê de Assessoramento da Dívida, formado pelos 14 principais dos mais de 600 bancos credores do país, aponta, como um dos princípios de negociação, o pagamento integral dos juros atrasados, o que daria parcelas mensais supe-

que ainda não fizeram tal opção, parece estar ajudando a abrir caminhos novos na análise da questão. "Eles parecem muito confusos", constatou Bresser, admitindo ser isso um bom sinal.

Pagamento simbólico?

O quadro não deve ser visto com um otimismo superficial. Na realidade, a quebra inicial do gelo às posições brasileiras pode decorrer de um jogo, em que estão sendo considerados aspectos de extrema gravidade e no qual ressalta a inflexibilidade do governo brasileiro, como decorrência da impossibilidade concreta em saldar os compromissos.

Ao mesmo tempo, não existe ainda uma posição firmada por parte dos credores privados, que indique uma abertura concreta. Eles continuam a pressionar o Brasil

riores a 400 milhões de dólares. Isso poderia tornar passável, numa segunda etapa, a idéia de um único pagamento simbólico.

Mas, que condições teria o país de suspender a moratória para tornar-se, como argumentam diversos analistas, bem visto pela comunidade financeira internacional?

Uma eventual retomada do pagamento dos juros da dívida externa atenderia a objetivos nada coincidentes com a situação real do país. Em primeiro lugar, seria bom para os bancos credores, que resolveriam o problema da reclassificação de seus empréstimos, deixando de registrá-los como prejuízos, como ocorreu no mês passado com bancos japoneses e deverá acontecer com os norte-americanos no próximo dia 26 de outubro.

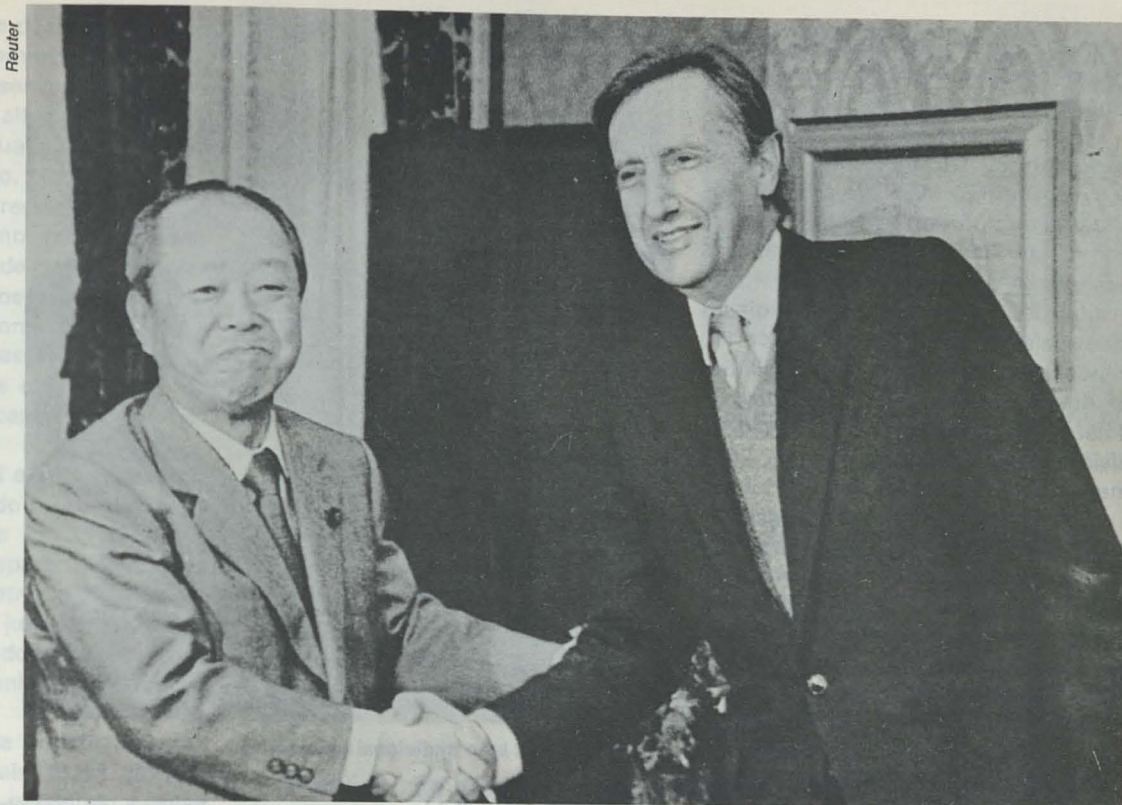
Ao mesmo tempo, as casas bancárias recuperariam o poder de fogo nas negociações com os devedores, com capacidade para impor a esses países o receituário ortodoxo do FMI, reconhecido como danoso, sob os pontos de vista social e econômico.

Os defensores da suspensão da moratória, ao criticarem a busca de fórmulas não convencionais para a questão da dívida externa, tomam o partido dos interesses de grupos ligados ao capital internacional, deixando de considerar o conjunto das necessidades do país e desconhecendo que se abre a possibilidade de o governo recuperar a capacidade de formular políticas ajustadas à realidade nacional, após a neutralização das variáveis externas, completamente fora de controle interno.

Os defensores da suspensão da moratória, ao criticarem a busca de fórmulas não convencionais para a questão da dívida externa, tomam o partido dos interesses de grupos ligados ao capital internacional, deixando de considerar o conjunto das necessidades do país e desconhecendo que se abre a possibilidade de o governo recuperar a capacidade de formular políticas ajustadas à realidade nacional, após a neutralização das variáveis externas, completamente fora de controle interno.

Ainda demora

Banqueiros norte-americanos estimam que nada de mais significativo se



Reuter

Funaro: em março, não obteve mais que sorrisos forçados, como o de Kiichi Miyazawa



Walter Santos

Citibank: grande credor, negociador duro

alcançará antes de março próximo, mas as negociações que se estenderão ao longo de outubro indicam um avanço, na medida em que os credores já admitem analisar a questão da conversão parcial da dívida em títulos, proposta responsável pelo mais recente anglicismo da língua portuguesa, a "securitização".

Essa proposta está longe de ter um consenso dos próprios banqueiros e,

muito menos, no Brasil. Poderosas correntes políticas, não só na esquerda mas no PMDB e até no PFL, se opõem a essa fórmula, pelo temor de que seja um instrumento de desnacionalização da economia brasileira.

O essencial é que o governo brasileiro mantenha uma posição de firmeza baseada em duas premissas: manutenção da moratória e o princípio da corresponsabilidade dos banqueiros no processo da dívida.

Ao Brasil, como aos demais países do Terceiro Mundo, não interessa a suspensão da moratória. Só interessa aos banqueiros e a seus ativos agentes no país.

No entanto, os banqueiros ainda insistem em que o país volte à fórmula clássica de acumular reservas para atender ao serviço da dívida (e nesse ponto entram em ação variáveis fora do controle nacional, como os preços internacionais) e considere uma política econômica inspirada no FMI, embora já admitam a possibilidade de que o tal pagamento simbólico permitiria dispensar, como base de uma renegociação global, um acordo prévio com o Fundo.

Não se deve descartar, porém, o esforço dos bancos em reassumir o con-

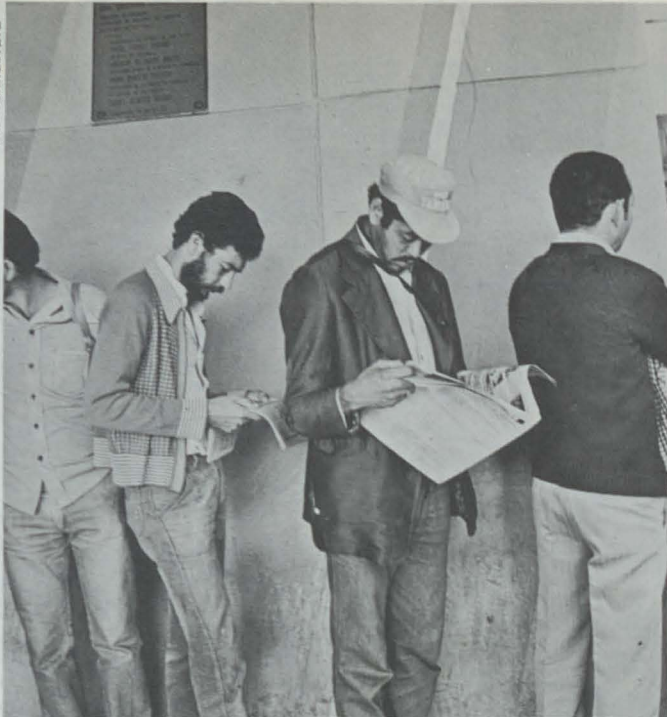
trole da situação, após o período daquela "confusão" nas fileiras credoras captada pelo ministro Bresser Pereira.

Nesse aspecto, é de importância capital o início das operações conjuntas entre o Brasil, o México e a Argentina, efetivo embrião de um clube de devedores, um dos grandes temores dos banqueiros, governos dos países ricos e instituições multilaterais controladas pelos países industrializados. Brasil (110 bilhões de dólares), México (100 bilhões de dólares) e Argentina (52 bilhões de dólares) representam cerca de 70% da dívida externa latino-americana. (Veja matérias sobre o assunto às pp. 51 e 72).

A Argentina e o México já conseguiram *spreads* reduzidos a 0,81% e extensão de prazo para 20 anos, mas, de resto, enfrentando difíceis situações econômicas internas, estão em barco semelhante ao brasileiro, tentando tapar outras brechas, por onde se escoam a saúde econômica nacional e se inviabiliza o avanço. A Argentina está propondo a capitalização dos juros que superarem as taxas reais históricas, a desagregação da dívida antiga em relação à nova, além da diminuição dos juros, e a redução do principal da dívida, através de títulos com ou sem garantia oficial de organismos intergovernamentais ou de países industrializados.

Novo clima

É uma linguagem parecida com a brasileira, pois o ministro Bresser Pereira propõe aos credores *spread* zero, prazos mais longos para pagamentos e maior carência, redução da dívida mediante a transformação em títulos, taxas de juros fixas de 4% a 5% para o principal da dívida, acordo plurianual com os bancos privados, conversão de parte da dívida em investimentos, novos instrumentos de financiamento, capazes de impedir o



Fila de emprego: ação tradicional agrava crise

crescimento da dívida, e pagamento ajustado à capacidade real dos devedores, conforme pôde definir no discurso durante a assembléia anual do FMI. O Brasil pede ainda um total de 10,4 bilhões de dólares, em parcelas distribuídas até 1989.

O entendimento entre os três gran-

des devedores do continente, a aceitação da argumentação brasileira por Baker e por setores dos banqueiros privados, o reconhecimento de que a situação internacional impede os endividados de encontrarem uma saída convencional, além da firmeza em torno da moratória, são componentes de uma realidade, que se poderia definir como um novo clima entre os dois lados.

"Essa rodada de negociações marcou uma nova etapa da história da dívida" - disse Bresser

Pereira, ao desembarcar de Washington, como a celebrar a vitória da insistência brasileira na moratória e na recusa em submeter-se ao FMI.

O próprio peso da dívida brasileira lhe dá um alto poder de barganha. Por maior que seja a pressão dos credores, será improvável - como tanto se temia -



Favela: o sofrimento social é um dos principais componentes do drama da dívida do Terceiro Mundo

que radicalizem suas posições, a ponto de prejudicarem o comércio entre devedores e o mundo desenvolvido. Estrangular os países com altos débitos significaria inviabilizar qualquer saída para um futuro pagamento.

Da proposta de Bresser Pereira, dois itens ressaltam como neutralizadores dos efeitos nocivos de políticas monetárias e comerciais dos países desenvolvidos sobre a economia brasileira: as pretendidas taxas fixas de juros sobre o principal da dívida e o pagamento do serviço ajustado à capacidade real de desembolso.

Como se sabe, foi a brusca elevação dos juros no mercado internacional de capitais, chegando a 21%, na década passada, que fez disparar a dívida do Terceiro Mundo, contraída a juros flutuantes. A alta dos juros decorreu de políticas monetárias do governo norte-americano, ditadas unilateralmente pelos Estados Unidos.

Enquanto a dívida crescia, os produtos exportados pelo Brasil sofriam sensível depreciação, reduzindo a capacidade do país de dispor de divisas para atender aos compromissos financeiros externos. Essa deterioração de trocas favoreceu o combate à inflação nos Estados Unidos, que atingira níveis considerados perigosos para os padrões de lá.

São essas duas armadilhas que a proposta brasileira pretende evitar, através dos pontos acima citados. Foram condições, como os juros flutuantes e a queda dos preços dos produtos do Terceiro Mundo, que fizeram o Brasil e o México, por exemplo, já terem pago mais do que devem, nos últimos 10 anos, sem que a dívida tenha diminuído, e a um pesado custo social, representado por políticas recessivas e de privilégios às exportações.

A aceitação das teses brasileiras vai permitir o rompimento do ciclo que prende a economia dos países do Terceiro Mundo aos ventos das políticas monetária e comercial dos países ricos.

Ao começarem a refletir também sobre os aspectos políticos que cercam a crise da dívida externa de tantos países, os governos do Norte industrializado certamente vão influir sobre os bancos credores privados, de modo a tornar improvável que continuem a insistir em renegociar a questão sob critérios e regras convencionais, que só poderão produzir a inadimplência definitiva. ●



Iturbe: desajuste da economia internacional



Sourrouille: sem sacrificar o desenvolvimento

Brasil-México-Argentina Os maiores devedores se unem

A dívida não deve ser paga à custa do desenvolvimento e os credores precisam assumir suas responsabilidades na solução do problema, gerado pelos desajustes da economia internacional

Reunidos em Nova Iorque no dia 24 de setembro passado, os ministros da Fazenda do Brasil, Argentina e México decidiram constituir um grupo ("o Grupo dos Três") para discutir os problemas da dívida externa. Bresser Pereira, Juan Sourrouille e Gustavo Petricioli Iturbe se reunirão regularmente pelo menos uma vez a cada seis meses e, excepcionalmente, toda vez que seja necessário.

Depois da reunião, os ministros divulgaram um comunicado com alguns pontos do acordo, que questionam as formas tradicionais de renegociar a dívida externa: "As medidas de reajuste interno não são suficientes, por si próprias, para resolver o problema da dívida, que tem graves repercussões sobre o crescimento, o déficit público e a estabilidade dos preços", afirmaram.

Co-responsabilidade

O documento atribui a crise da dívida "ao desajuste da economia internacional". Portanto, assinalam, o problema deverá ser enfrentado com a "co-responsabilidade dos países devedores e

credores em um contexto de crescimento compartilhado": ou seja, um conceito parecido ao do presidente peruano Alan García.

Os ministros concordaram também na necessidade de limitar a transferência líquida de recursos para o exterior, como única forma de assegurar uma taxa de investimento adequada às necessidades de desenvolvimento dos respectivos países. Expressaram também que, para se encontrarem soluções de longo prazo para o problema da dívida, é preciso estabelecer novos critérios em matéria de prazos e taxas de juros. Houve também definições no que se refere ao papel dos organismos financeiros multilaterais que, segundo os três ministros, deverão desembolsar novos empréstimos, em quantias superiores ao montante que os devedores pagam em juros e amortizações.

Nos meios diplomáticos e políticos latino-americanos, atribuiu-se grande importância à decisão do Brasil, Argentina e México - os três maiores devedores do Terceiro Mundo - em coordenar periodicamente suas políticas em relação à dívida. ●

BANCOS:

O dinheiro em poucas mãos

Economista analisa a concentração que caracteriza o setor financeiro no país e alerta sobre as consequências para a sociedade e o Estado

Em 25 anos, os bancos comerciais brasileiros passaram de 350 a 82, num movimento que destacou a predominância de um processo de oligopolização do sistema financeiro, no qual se registra um recuo da força estatal, simultâneo à expansão de alguns poucos grupos, cujo gigantismo alcança áreas não-financeiras e rende, além da própria influência econômica, poder político determinante.

Oligopolização

"Os 10 maiores grupos financeiros privados controlam 12% das empresas do setor no país, detêm 30% do patrimônio líquido e 61% do lucro líquido de todas as instituições", assinala o professor Marcos Arruda, economista, coordenador do Programa Alternativas para o Cone Sul-PACS e docente da Fundação Getúlio Vargas, que acaba de concluir o estudo "A Estrutura Oligopólica do Sistema Financeiro Brasileiro: Uma Visão Crítica", sobre a evolução do sistema bancário brasileiro, no qual aponta uma série de características, capazes de aguçar distorções e afetar ainda mais o sistema produtivo e o próprio poder do Estado em traçar políticas exigidas pelas grandes necessidades nacionais.

"Hoje, quando se falar em poder de decisão, em definições estratégicas sobre crédito, financiamento, investimentos, temos que levar em conta os grupos financeiros e não mais simples empresas isoladas, pois o predomínio efetivo desses megabancos, sobre o capital que circula em determinados mercados, permite-lhes influir sobre os próprios valores e remunerações das operações", diz Marcos Arruda, preocupado com o fato de que o poderio de tais organizações não se manifesta em benefícios à produção, mas antes decorre da crescente renda que consegue extrair dos resultados alcançados pelo setor produtivo.

Ao definir o sistema financeiro brasileiro atual, Arruda destaca, em seu estudo, que se apresenta "como um sistema relativamente autônomo do resto da economia, com uma dinâmica própria, capaz de acumular capital independentemente e com maior vigor que o setor produtivo; esse vigor, porém, só se explica pela sua ativa interação com o resto da economia, nas suas dimensões nacional e internacional". Segundo ele, vem ocorrendo crescente articulação com o sistema financeiro internacional, via aumento dos bancos estrangeiros (eram 8 em 1960 e chegaram a 25

em 1985), expansão dos bancos brasileiros no exterior e captação de recursos externos por estes "e que hoje constituem o que consideramos o principal fator de transnacionalização financeira do Brasil: a dívida externa".

A tais consequências da concentração do controle no setor, deve-se destacar outra, a absoluta predominância de S. Paulo, como centro de circulação e concentração de capitais: em 1980, lá estavam 45% das sedes bancárias privadas, e em 1985 eram 56%. "Isso significa - diz Arruda - uma extraordinária concentração de capital financeiro nesse estado, à qual está associada a hegemonia sobre as decisões estratégicas do próprio sistema bancário e o poder de influir nas estratégias político-econômicas do país".

O desaparecimento, entre 1960 e 1985, de 257 instituições financeiras, já seria um indicador da concentração ocorrida, mas o quadro se torna mais completo, quando se sabe que muitos desses desaparecimentos se transformaram, na verdade, em incorporações por grupos mais fortes, que se multiplicaram no interior do sistema. Assim, por exemplo, o que era originalmente um banco comercial transformou-se em um conglomerado de mais sete empre-

OS DEZ MAIORES GRUPOS FINANCEIROS CONCENTRAÇÃO POR PATRIMÔNIO E LUCRO LÍQUIDOS BRASIL - 1985						OS DEZ MAIORES GRUPOS FINANCEIROS CONCENTRAÇÃO POR PATRIMÔNIO E LUCRO LÍQUIDOS EM DÓLARES/EUA* - BRASIL 1985		
Grupo Financeiro	Nº Empr.	Patr. L.		Lucro L.		Grupo	PL	LL
		% sobre 10 mai.	% sobre ttl. SF	% sobre 10 mai.	% sobre ttl. SF			
1. Bradesco	25	31,7	9,3	38,0	26,5	BRANDESCO	2.059,8	682,3
2. Itaú	14	17,6	5,2	21,1	14,8	ITAÚ	1.145,9	379,5
3. Real	12	9,9	2,9	7,5	5,2	REAL	641,2	134,6
4. Unibanco	10	8,4	2,5	6,6	4,6	UNIBANCO	548,6	117,9
5. Bamerindus	14	8,2	2,4	5,2	3,6	BAMERINDUS	533,7	92,9
6. Merc. de SP	9	6,9	2,0	2,7	1,9	MERCANTIL SP	435,7	48,8
7. Nacional	15	5,4	1,6	4,3	3,0	NACIONAL	350,3	77,1
8. Econômico	11	5,4	1,6	4,0	2,8	ECONOMICO	350,4	71,4
9. Safra	8	4,3	1,3	5,8	4,0	SAFRA	276,8	103,5
10. Citibank	6	2,3	0,7	4,8	3,4	CITIBANK	151,5	86,8
TOTAL	124		30,0		61,0	TOTAL	6.496,9	1.794,7

Fonte: PACS/PRIES-CO, a partir de dados do Quem é Quem da Visão, 1986.

Fontes: PACS/PRIES/CS, a partir dos dados de Quem e Quem da VISÃO, 1986.
* Valores de 31/12/85.

Em 1987, mais ainda

Os resultados do primeiro semestre deste ano foram extraordinários para os dez maiores bancos comerciais privados, que alcançaram lucro bruto real de 32,1 bilhões de cruzados, superior ao obtido em todo o ano passado (Cz\$ 30,9 bilhões), segundo estudo do Departamento Inter-Sindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos-Dieese, seção Rio de Janeiro, que atualizou pela OTN os resultados apresentados pelos principais bancos nos últimos cinco anos.

O estudo, elaborado para servir de base às negociações salariais da categoria dos bancários, demonstra

que se verificaram quedas no volume de depósitos (Cz\$ 400 bilhões a menos que no segundo semestre de 1986) e nos empréstimos (Cz\$ 200 bilhões a menos que no segundo semestre do ano passado), comprovando o rigor da crise econômica.

Apesar disso, as altas taxas de juros do primeiro semestre permitiram ao setor obter os resultados excepcionais apontados, em função dos recursos manipulados no mercado aberto. Ao lado disso, os bancos reduziram em cerca de 60% suas despesas administrativas, incluída a área de pessoal.

Segundo Arruda, "os megabancos obtiveram um alto grau de concentração de lucros no ramo bancário e são, na verdade, os agentes mais ricos entre os ricos de toda a economia e os que maior proveito têm tirado da crise econômica brasileira nos anos recentes. E isso não somente em virtude de economias de escala e de avanços na informatização e na rentabilidade, mas principalmente pelo poder financeiro e político que conseguiram concentrar, através de uma massa de operações desvinculadas da produção e das facilidades com que foram agraciados pelas políticas econômicas do governo federal no período".

Poder

Na análise de Marcos Arruda, consequências econômicas, sociais e políticas, de grande repercussão, decorrem da nova situação, na qual o sistema financeiro brasileiro passa a ser dominado pelos grandes conglomerados, os megabancos, ao mesmo tempo em que se registra o recuo do poder do Estado no setor.

O economista registra que a concentração na área bancária destina ao Estado um papel de devedor. "Esse fato confere aos bancos privados um poder extraordinariamente grande, não só sobre o sistema financeiro, mas sobre ou-

tros setores da economia e sobre o próprio Estado", assinala.

Ao mesmo tempo, o quadro permite que se faça insistente a pressão pela abertura total do sistema financeiro e de outros ramos da economia nacional ao capital externo, com a consequente liberalização da remessa de lucros. Igualmente ocorrem condições que distorcem ou anulam as leis de mercado e põem em segundo plano as necessidades sociais e produtivas, ante os interesses particulares do capital financeiro. Assim, "a estrutura do sistema bancário-financeiro continua a fazer dos bancos o agente econômico que mais se beneficia das crises da economia brasileira. Toda tentativa séria de saneamento econômico - como ocorreu no início do Plano Cruzado - encontra, como um dos principais obstáculos, a oposição ativa da quase totalidade dos grupos bancário-financeiros".

Por isso, Marcos Arruda entende que "uma política oficial - especialmente a que vai ser incorporada à nova Constituição - que ignore a urgência de uma profunda reforma bancária e financeira, orientada segundo a lógica das necessidades das maiorias e para o fortalecimento e democratização do setor produtivo e da demanda efetiva, será danosa para a economia brasileira e para os interesses não apenas conjunturais, senão também estratégicos da Nação". ●

sas de crédito imobiliário, dez seguradoras, uma corretora, uma distribuidora de títulos, uma financeira, uma empresa de capitalização e outra de arrendamento mercantil, totalizando um grupo de 25 empresas financeiras, como é o Bradesco, que cresceu também em direção à agropecuária e outros ramos não-financeiros.

Os resultados desse processo indicam, segundo os dados coletados por Marcos Arruda, que somente os dez maiores bancos privados controlavam 34,4% dos depósitos totais em 1977, chegando a 41,2% em 1985. Levando-se em consideração o aspecto regional, os bancos com sede em S. Paulo controlavam os depósitos referentes ao setor privado, na proporção de 63,3% em 1977 e de 68,3% em 1985, ou seja, apresentavam "um poder de captação e de disposição de recursos maior que o dos bancos privados de todos os outros estados reunidos."

Lucros

No caso dos empréstimos, Arruda constatou a predominância dos bancos oficiais, apesar de uma queda no período de 1977 a 1985, quando o percentual total baixou de 68% a 57%. A manutenção da predominância, porém, apresenta alguns detalhes, entre os quais o mais curioso é que aos bancos estatais tem sido destinado o financiamento dos setores menos dinâmicos da economia, como o agropecuário, por exemplo, onde somente o Banco do Brasil respondeu pelo total de 53% dos empréstimos realizados em 1985, enquanto todos os privados não ultrapassavam a faixa de 12%. Já nos setores mais dinâmicos, como o industrial, os bancos privados concederam 51% dos créditos.

Tal tendência, se mantida, tornará os bancos oficiais menos competitivos e destinados a uma atuação complementar à dos megabancos.

No item dos lucros, torna-se ainda mais evidente o avanço destes, enquanto os bancos estatais regrediram 22%. Em 1985, os dez maiores bancos comerciais detinham 86% do total dos lucros das 100 instituições existentes, e os três maiores privados (Bradesco, Itaú, Real) ficavam com quase 50% dos lucros alcançados por todas as instituições privadas. (Ver tabelas)

SISTEMATIZAÇÃO

Esboçar o provisório

Os 93 da Sistematização terão outubro inteiro para uma operação delicada: fazer de um anteprojeto, definido como Frankenstein, uma razoável Branca de Neve que conquiste o plenário e atenda ao gosto dos cidadãos. No centro do debate, o sistema de governo e o restabelecimento do ditatorial colégio eleitoral. O pensamento do relator Bernardo Cabral você avaliará em matéria especial

Procópio Mineiro

O segundo substitutivo elaborado pelo relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), saído à luz no dia 19 de setembro, poderia ter sido saudado como um rebento primaveril, se as mais diferentes vozes não o tivessem identificado, de imediato, com um monstro semelhante ao Frankenstein das histórias de terror. Dos 264 artigos costurados por Cabral – notável enxugamento da proposta inicial, que ultrapassava os 500 artigos – reclamaram crentes e ateus, trabalhadores e patrões, parlamentares de direita e de esquerda, militares e até o presidente da República.

Na esteira do anteprojeto, não faltou sequer uma crise no esquema de sustentação partidária do governo, com a troca de chumbo grosso entre o PFL e o PMDB e a renúncia do ministro pefelista Jorge Bornhausen, da Educação, num gesto com sentido de senha. Culpa de quem? Ora, de Bernardo Cabral, dizem,

porque ele acerta uma coisa e escreve outra, ou pensa uma coisa e acaba por se render às pressões mais díspares.

O que destoa

Os trabalhos da Comissão de Sistematização, previstos para terminar no dia 8 de outubro, acabaram prorrogados até o final do mês.

Na área da sistematização, muitas das questões mais polêmicas deverão ter uma solução parcial, deixando-se a definição para os debates e as decisões do plenário da Constituinte, onde a correlação de forças poderá determinar significativas mudanças no projeto a ser encaminhado.

Assim, poderão ficar para o plenário sinuosidades do substitutivo, particularmente o sistema de governo – a tendência parlamentarista seria irrefreável, segundo as lideranças – e a eleição indireta do chefe do executivo, em segundo turno, além da definição da duração

do atual mandato presidencial, mantido no texto em seis anos, fórmula inaceitável para a quase totalidade dos constituintes, divididos entre os cinco e quatro anos.

Além desses aspectos polêmicos, o relator Bernardo Cabral produziu, em seu segundo substitutivo, definições referentes à implantação do parlamentarismo clássico já em março próximo (rompendo acertos de véspera), menor centralização tributária (o que irá enfraquecer o poder central de modo acentuado), proibição de demissão imotivada (levantando protestos das lideranças patronais), liberação dos sindicatos da tutela estatal (lançando dúvidas nos meios trabalhistas), possibilidade de mais impostos (alarmando os mais variados setores), aborto como assunto de

legislação ordinária e concessão de divórcios múltiplos (afetando setores religiosos e as camadas de tendência moralista), abertura para a formação de novos partidos (vista como algo contraditório com a intenção parlamentarista, que pressupõe estabilidade partidária), e destinação militar de velar também pela "lei e ordem" (consagrando uma confusão de conceitos, decorrente de má tradução do preceito constitucional norte-americano, mas agradando a militares).

Descontentamento

O pemedebista alagoano José Costa considerou o trabalho de Cabral como dotado de "erros imperdoáveis", que provocarão trabalho dobrado, na fase final de plenário, enquanto a maioria dos governadores assinalava percalços à administração com o parlamentarismo receitado pelo relator, embora reconhecendo que, na questão tributária, o texto



RELATOR CONFIA NO PLENÁRIO CONSTITUINTE

Bernardo Cabral se justifica

O homem, a quem está confiada a tarefa de organizar, num texto básico, as múltiplas e conflitantes aspirações constitucionais dos brasileiros, como responde às críticas a seu segundo substitutivo?

Agência-JB

Clovis Sena

Deputado Bernardo Cabral, por que o mandato do presidente José Sarney de seis anos, em seu novo texto?

— Desde que aqui cheguei, tinha conhecimento de que o mandato do presidente Sarney estava fixado pela atual Constituição. É a Constituição em vigor, a mesma que convocou a Assembléia Nacional Constituinte. Está lá fixado: seis anos. Dentro dessa vertente jurídica, a mim só competia a fixação do mandato em seis anos.

**Nem presidencialismo imperial,
nem parlamentarismo
de fantasia**

Seu modelo de parlamentarismo suscitou críticas...

— Que se tranquilize a nação, quanto ao que pretendemos: não se quer reduzir poderes do presidente Sarney ou excluí-lo da chefia do executivo. O Congresso busca é fortalecer a atuação do Parlamento. O novo sistema de governo não poderá mais ser aquele presidencialismo imperial, em vigor desde a proclamação da República, nem um parlamentarismo de fantasia. (...) Há, contudo, um aspecto em que concordo com você: o presidencialismo pode gerar um dinamismo administrativo maior. Mas, cabe a pergunta: isso é melhor? Por outro lado, no substitutivo, estamos procurando corrigir aquela falha da morosidade parlamentar, atribuindo às comissões da Casa o poder de decidir as matérias de seu âmbito de atuação, o que acabará com aquele arrastar-se de anos e anos, na apreciação de matérias.

Por que não a jornada de trabalho de 40 horas?

— Foi porque, nas negociações que manteve com trabalhadores e líderes patronais, ambos os lados ficaram em



Cabral: montando um quebra-cabeças

posições rígidas: uns querendo 40 horas, outros exigindo 48 horas semanais. Pensou-se no meio termo das 44 horas, mas como disposição transitória. Então, resolvi manter a jornada diária de trabalho não superior a oito horas, orientando os interessados a requererem destaque — os deputados da área sindical vão fazê-lo — o que permitirá que o plenário decida de uma vez por todas.

Deputado, caiu a conceituação de empresa nacional. A crítica é que as transnacionais vão entrar em tudo, desde que disponham de um testa-de-ferro.

— Não, não é verdade. O que se fez, e isso, aliás, foi parte do trabalho de que participou o senador Severo Gomes, ao lado do senador Virgílio Távora e do deputado Euclides Scalco e outros parlamentares, foi considerar empresa nacional a pessoa jurídica constituída e sediada no país, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e constitucional, sob a titularidade direta e indireta de pessoas físicas domiciliadas no país, ou por entidade de direito público interno.

O que ocorreu é que, no substitutivo anterior, dizia-se "sob titularidade direta de brasileiros domiciliados no país".

beneficia os estados e municípios.

Os parlamentaristas gradualistas mostravam-se indignados com a opção clássica do anteprojeto e com a data de implantação prevista para março próximo, o que anulou pacientes acertos com diversos setores. Já o presidente da Constituinte, deputado Ulisses Guimarães, disse que "o terreno está minado de problemas", prevendo o surgimento de grandes dificuldades.

Enquanto o petista Edmilson Valentim via em tudo uma manobra de Cabral para dar seis anos a Sarney e, na verdade, fulminar o parlamentarismo, classificando o trabalho de reacionário, seis líderes divulgavam uma nota com reparos a aspectos da proposta parlamentarista, sobretudo negando qualquer apoio ao segundo turno de votação com colégio eleitoral. Os deputados Euclides Scalco, Lufs Henrique e o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB), Roberto Freire (PCB), Jamil Haddad (PSB), e Haroldo Lima (PC do B), também se disseram contrários à extensão da forma parlamentar aos estados (nas atuais administrações) e municípios.

O nível de descontentamento pôde ser medido pelo número de emendas e pedidos de destaque encaminhados: cerca de 10 mil, levando parlamentares a comentar que o trabalho não iria acabar antes de uma década.

Indefinições

O relator Bernardo Cabral atribui à própria forma escolhida para a montagem da nova Carta as discordâncias verificadas, que ele considera normais. (Veja entrevista do relator, a seguir).

A expectativa, porém, é que dificilmente a Comissão de Sistematização poderá levar ao plenário um projeto de acabamento satisfatório. Isso implicará acesos debates na fase final de elaboração da Constituição, o que certamente elevará a temperatura política, particularmente nas discussões em torno de temas, como o sistema de governo, duração do mandato presidencial e destinação constitucional das forças armadas, reforma agrária e vida econômica em geral. ●



Mônica Leme

Constituinte: não mais o grande remédio?



Filipe Santos

Ariros: sistematização em ritmo lento

Lembrou-se, então, da figura do italiano, do português, do espanhol, que têm aqui as suas empresas e aqui vivem até há 30 ou 40 anos, constituíram famílias aqui, e não poderiam ser considerados como empresas brasileiras.

Então, a definição que se deu é que é empresa brasileira, de capital estrangeiro, a pessoa jurídica com sede e direção no país, mas que não preenchesse os requisitos exigidos de empresa nacional. Agora, é bom que se diga, os investimentos de capital estrangeiro só serão admitidos no exclusivo interesse nacional. Além disso, a Lei vai dispor sobre os lucros do capital estrangeiro, favorecendo seu reinvestimento no país e regulando as remessas para o exterior. O que se fez foi, sem xenofobia, disciplinar e garantir o reinvestimento e a remessa de lucro para o exterior, ape-

nas com essa cinta constitucional.

O monopólio estatal está sendo mutilado em algumas áreas...

— Não, o monopólio está sendo assegurado. Um exemplo: fica mantido pela União o poder de explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza, exercer monopólio sobre a pesquisa, lavra, enriquecimento, reprocessamento, industrialização e comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos alguns requisitos. Também os estados, distrito federal e municípios têm participação na exploração econômica e no aproveitamento dos recursos minerais em seus territórios, bem como na plataforma continental e no mar continental.

Sendo esta uma fase de transição, por que ficam de fora da anistia, discriminados, os cabos, soldados e marinheiros?

— Bem, essa questão vem desde a comissão temática e permanece nos dois substitutivos da sistematização. Estamos esperando que as emendas sejam levadas ao plenário, para que se decida a respeito, pois eles são os únicos ainda não beneficiados, porque se diz que foram punidos de forma administrativa. Assim, foi um assunto que não considerei, porque sei da existência de um número imenso de emendas, o que permitirá que o plenário vote naquela que melhor atender ao assunto.

É preciso modernizar com justiça social e equilíbrio regional

Deputado, seu segundo substitutivo mexeu profundamente no sistema tributário, diminuindo a fatia da União...

— Ao longo desses 20 anos, o sistema tributário conseguiu plantar e desenvolver a centralização da União. A União escravizou os estados. Na medida em que concentrava esse poder, tornava arbitrário o sistema econômico, no qual a distribuição de riquezas é uma fantasia, pois a carga tributária pesa mais no bolso do assalariado do que no do rico. Quando o assalariado compra arroz, feijão e outras coisas necessárias à sua manutenção, paga o mesmo índice de ICM que paga aquele que tem mais dinheiro. No meu entender, deveria existir no país, em primeiro lugar, a proibição de transferência das poupanças das re-

giões mais pobres para as mais ricas. No Nordeste e Norte, deveríamos contar com uma regra de competência, de partilha tributária, ajustada ao princípio da regionalização das despesas orçamentárias.

Como seria possível executar esse princípio?

— Por exemplo, seguindo o critério da população. O que ocorre hoje é que o Sul cresce cada vez mais, enquanto o Norte e Nordeste empobrecem. Com a idéia de que o Sul é o Eldorado, o nordestino migra, sobretudo para São Paulo, onde já são milhões. Muitos retornam ao estado natal, decepcionados com a falta de pão, moradia, escola, principais componentes da violência nas cidades, violência que nasce das condições de profunda injustiça social. Creio que deveríamos, primeiro, ajustar o país a uma verdadeira justiça social, para melhorarmos o panorama político, social e econômico.

A terra tem sido bem especulativa e não de produção

Que avanço poderá ocorrer na questão da terra?

— A questão da terra tem gerado conflitos de proporções gigantescas, em estados como, por exemplo, Pará e Goiás. Chegamos a uma encruzilhada, onde não se tem como escapar de uma decisão: ou se escolhe o rumo da reforma agrária ou se opta pelo caminho da imobilidade, que nos trará logo convulsões sociais imprevisíveis. A escolha da reforma agrária coloca uma questão: não se faz reforma agrária sem a posse imediata da terra desapropriada. Ocorre que alguns consideram isso uma violência. Mas, o instituto da desapropriação é antigo no Brasil. A União pode desapropriar à hora que bem entender, mas arcando com as responsabilidades do ato. Por outro lado, não se deve esquecer que, no país, desde o início, a terra tem sido veículo exclusivo de especulação e não de produção. Devo dizer que não concordo com que a terra produtiva, que cumpre sua função social, seja desapropriada. Mas, aquela sem função social não pode ser negada a tantos sem-terra, que precisam possuí-la para ter moradia e plantar. De qualquer maneira, reforma agrária não pode ser conduzida sob o signo da emoção.

Walter Santos



Mesmo sob a chuva, milhares de funcionários das estatais percorreram a Av. Rio Branco, no Rio, fazendo um alerta

O grito das estatais

O avanço das propostas privatizantes, apontadas como o caminho de saída da crise econômica, mobiliza as estatais, uma das bases do desenvolvimento

Um gesto de resposta à campanha privatizante, que corre mundo e tornou-se assunto de manchetes no Brasil, mobilizou milhares de empregados de empresas estatais, no Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro, para uma manifestação que ocupou a Avenida Rio Branco, apesar do tempo chuvoso. Os organizadores consideraram que o movimento atingiu seus objetivos, apesar da pequena cobertura da imprensa, e pretendem realizar novos atos, com vistas a esclarecer a opinião pública sobre as consequências negativas que uma eventual eliminação das empresas estatais causaria ao desenvolvimento nacional.

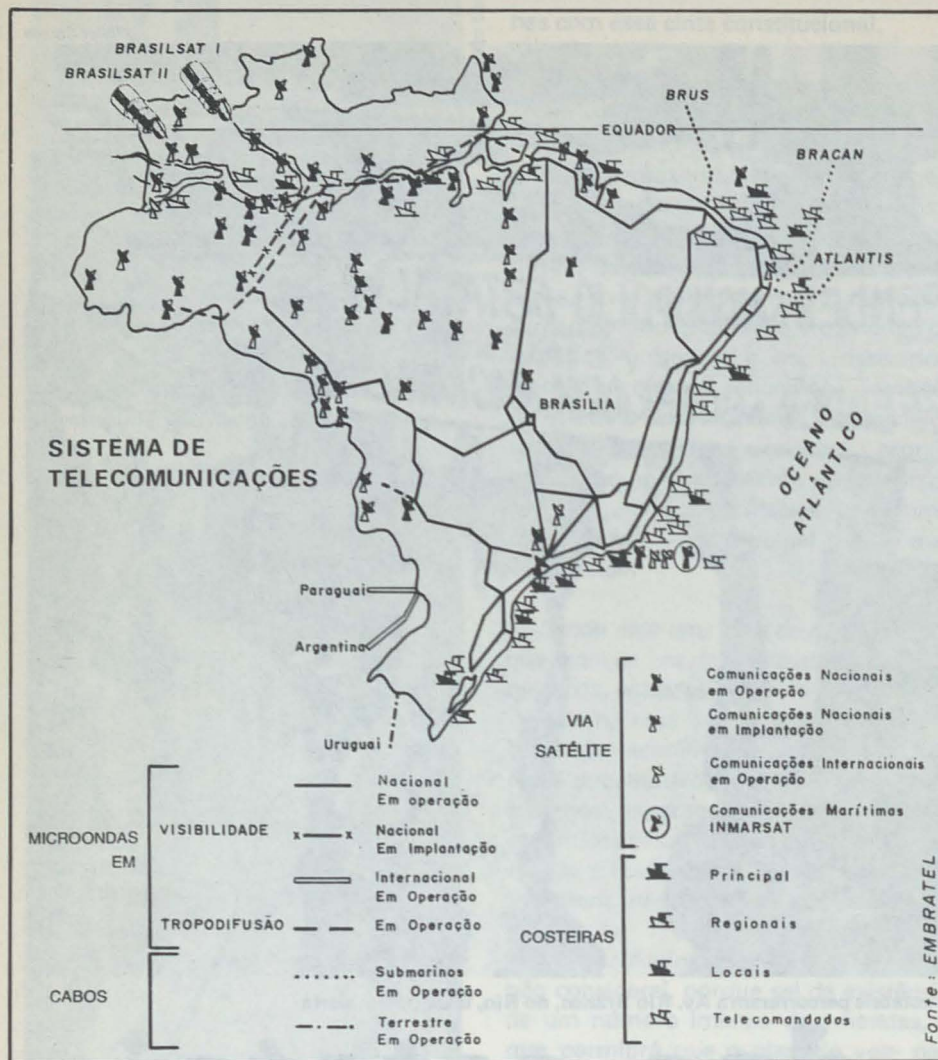
Os manifestantes consideram fundamental a atenção dos integrantes da Assembleia Nacional Constituinte para os aspectos que envolvem a preservação das faixas de atuação das estatais, como seu sentido estratégico e sua atuação voltada para o conjunto da sociedade.

Uma das preocupações expressas na passeata carioca envolveu as dificuldades enfrentadas por diversas estatais para realizar investimentos, em função da conjuntura e dos planos de estabilização econômica, o que afeta o desempenho desses setores e os expõe ao ataque dos interessados em privatizá-los.

Walter Santos



Cada setor, uma mensagem



Telecomunicações, uma questão vital

Entre muitos assuntos em exame na Constituinte, o que envolve o setor das Comunicações tem chamado a atenção, devido aos interesses em jogo e por sua significação estratégica para a nação, o que envolve o debate a respeito da manutenção do monopólio estatal das telecomunicações.

Um dos documentos enviados à Constituinte, subscrito por dezenas de milhares de eleitores e inspirado por associações e sindicatos da área das telecomunicações de todo o país, acentua a importância de se preservar o monopólio estatal no setor, quando se torna claro que as pressões contrárias são "ações estratégicas realizadas por 'aliados' para invadir espaços interessantes aos grupos internacionais".

O nível das telecomunicações brasi-

leiras adquiriu qualidade reconhecida internacionalmente, e o monopólio permitiu tanto a extensão dos serviços a comunidades as mais distantes, em efetiva ação de integração nacional, quanto o desenvolvimento tecnológico na área. Ao conhecido Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico da Telebrás, por exemplo, deve-se a criação de um tipo de central telefônica digital, a CPA Trópico, já industrializada por quatro firmas nacionais, além de uma central eletrônica de telex, um concentrador de telex, aplicação de fibras óticas e antenas de telecomunicações. Segundo técnicos, bastou a existência de uma política definida para o setor, sob a proteção do monopólio, para que o país pudesse em tempo muito curto colher resultados de alta significação política, social, econômica e tecnológica.

Tal política permitiu a formação de uma geração de técnicos, o surgimento de laboratórios e projetos, recursos e continuidade, levando o país a contar com serviços eficientes e a dominar a tecnologia.

Sustentar o monopólio

A preocupação pela sustentação do monopólio, expressa pelo documento "Política de Telecomunicações - Proposições para a Constituinte", envolve o temor de que se percam os avanços já registrados e aumentem as interferências das grandes empresas transnacionais, as quais, no fornecimento de equipamentos, formam um oligopólio a nível nacional, com autênticos monopólios regionais (NEC na área do Rio de Janeiro, Ericsson em S. Paulo e Siemens no Paraná, por exemplo), além de se beneficiarem de desenvolvimentos tecnológicos nacionais.

A reserva de mercado a favor de transnacionais é considerada um dos maiores empecilhos aos avanços da tecnologia nacional, uma vez que essas empresas estrangeiras conseguem impor seus produtos e preços.

O filé

As pressões contra o monopólio visam à privatização de alguns setores mais rentáveis dos serviços, como, por exemplo, a transmissão de dados por satélite, um dos alvos de interesse de uma empresa formada pelos grupos Globo e Bradesco (Roberto Marinho/NEC e Amador Aguiar), sob o nome de Victori.

Especialistas da área chamam a atenção para dois aspectos que envolvem essa questão: primeiro, o Estado estaria financiando a exploração de um serviço para proveito de uma empresa, que deteria, na verdade, um monopólio, uma vez que exploraria sozinha uma atividade, cabendo ao Estado a obrigação de oferecer e manter as instalações físicas; em segundo lugar, todo o sensível setor de transmissão de dados ficaria em mãos de empresas com interesses diretos no assunto, como é o caso do Bradesco, no que se refere aos dados bancários, e do Sistema Globo, no que se refere à informação geral.

Além disso, destinar-se à privatização total ou parcial os setores mais

rentáveis do monopólio das telecomunicações geraria efeitos imediatos: aumento do preço e queda de qualidade dos serviços – aspectos já registrados onde ocorreu essa privatização, como na Grã-Bretanha, o que contrasta com a satisfação dos acionistas pelos lucros obtidos – sem esquecer que, no caso particular do Brasil, são os serviços mais rentáveis que permitem a oferta de telefones às áreas mais carentes ou distantes. A Amazônia, por exemplo, não estaria integrada ao resto do país pelo sistema de discagem direta à distância, com alta qualidade, se não existisse o monopólio estatal.

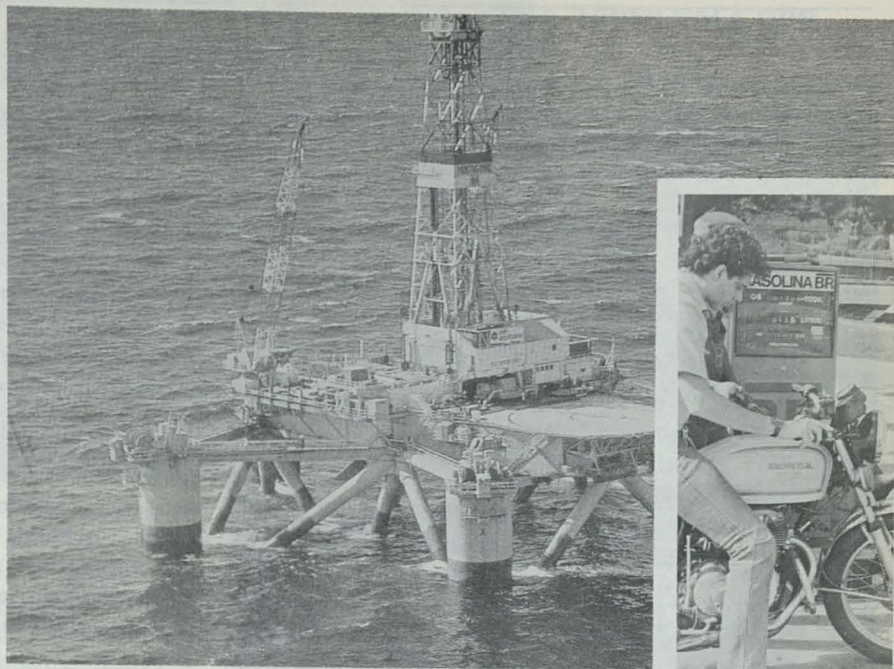
São os serviços mais rentáveis das telecomunicações, ainda segundo os especialistas, que permitem cobrir os custos de alguns benefícios concedidos a bancos e redes de televisão: estas pagam tarifas mínimas e os bancos também recebem tratamento especial para manter seus caixas eletrônicos.

Objetivo social

A experiência brasileira anterior à estatização das telecomunicações comprova que o objetivo privado de lucro impedia a oferta de um serviço sequer próximo do que se conseguiu com o atual sistema.

Em países que fizeram o caminho inverso, passando da estatização para a privatização, os resultados mostraram queda de padrão e encarecimento dos serviços, o que há muito se concluiu nos Estados Unidos. Lá determinou-se que o benefício social é o mais atingido com a privatização, pois o pequeno usuário é sacrificado, a qualidade de serviço decai, aumentam as tarifas locais e prejudica-se a padronização de equipamentos. Saem lucrando, contudo, a grande indústria, especialmente a IBM e ATT, o grande usuário e a tarifa de longa distância.

Na proposta enviada à Constituinte, os setores ligados às telecomunicações acentuam a necessidade de que o monopólio seja mantido, com vistas ao "atendimento de toda a sociedade". Isso torna vital uma política tarifária adequada, de modo a que essa atividade adquira níveis crescentes de eficiência e se possa dinamizar "o seu desenvolvimento tecnológico e industrial, controlado por instituições e empresas genuinamente brasileiras".



No mar, a Petrobrás alarga descobertas, mas o consumo de gasolina está caindo

Hélio Santos

PETRÓLEO

Mais 55 milhões de barris

Numa área a oeste do campo submarino de Marlim, na Bacia de Campos, a Petrobrás confirmou a existência de petróleo no poço 4-RJS-377, que fica a 100km da costa, em lâmina d'água de 610 metros. Segundo informe da Petrobrás, o poço revelou produção de 3.500 barris/dia.

As reservas são estimadas em 55 milhões de barris de óleo, numa área aproximada de 10km² e a empresa se mostra otimista com a descoberta, porque a área apresenta lâmina d'água de 250 a 600 metros, facilitando os trabalhos.

Produção

A produção nacional de petróleo, em agosto, superou em 1,7% a de julho, alcançando 585.636 barris diários, ou seja, quase 10 mil barris/dia a mais que o mês anterior. O resultado foi atribuído à reativação da plataforma de Pampo, na Bacia de Campos, que esteve paralisada para manutenção, em julho.

Em relação ao ano passado, a produção de janeiro a agosto registrou média diária de 585.704 barris, cerca de 12 mil barris/dia a menos que a média do mesmo período de 1986, numa queda

de 2,09%. De janeiro a agosto último, a Bacia de Campos produziu a média diária de 348.020 barris, enquanto a Bahia alcançou 85.061 e o Rio Grande do Norte chegou a 54.563 barris.

Consumo

Ainda pelos números de agosto, o consumo diário de gasolina situou-se em 131 mil barris/dia (-10,9%), menor que em agosto de 1986, quando se consumiu 147 mil barris por dia. Quanto ao gás liquefeito de petróleo (GLP), o consumo diário atingiu 136 mil barris (+2,4%), enquanto o de nafta e de gásóleo petroquímico alcançou 138 mil barris (+5,3%).

Já o óleo diesel, que corresponde a 33% do consumo de derivados, registrou 447,5 mil barris vendidos por dia, com tendência a aumentar, o que vem preocupando a Petrobrás, obrigada já a importar o produto para complementar o gasto nacional. O álcool carburante teve consumo de 187 mil barris/dia, seis mil a mais do que a média diária de agosto do ano passado. O Brasil consumiu, no total, 1,346 milhão de barris diários de derivados de petróleo e álcool, em agosto último.



O BRASILEIRO: RENDE MUITO, CONSOME POUCO

Oficialmente apresentado no início de setembro, o Gurgel 280M é o primeiro carro brasileiro com tecnologia inteiramente nacional, econômico e acessível a camadas populares, pois o preço será quase a metade dos modelos mais baratos no mercado. "É o início da nossa independência tecnológica no setor automotivo, resultado de anos

de pesquisa", anunciou a empresa de Rio Claro (SP), que recebeu suporte da Finep para o desenvolvimento do projeto. O carro 100% brasileiro tem motor de quatro tempos, pesa 550 quilos, admite quatro passageiros e suas inovações tecnológicas permitirão manutenção simplificada e baixíssimo consumo de gasolina: um litro a cada 25km. A partir do final do próximo ano, sua produção será intensificada.



Walter Santos

PELA PAZ

Um dia diferente para algumas dezenas de crianças abandonadas: participaram de atividades musicais, dança e pintura, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, e puderam tocar um sino de verdade, entre brincadeiras. Era o Dia Internacional da Paz, comemorado a 15 de setembro passado. Eventos semelhantes ocorreram também em Belém, Salvador, Belo Horizonte, S. Paulo, Florianópolis e Porto Alegre. Às crianças de rua brasileiras

RIOCENTRO: MAIS UMA RODADA

A morte do general Golbery do Couto e Silva, um dos conspiradores do golpe militar de 1964, criador do Serviço Nacional de Informações e chefe do Gabinete Civil dos presidentes Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo, deu margem a novos debates em torno do atentado do Rio-centro, quando explodiu uma bomba que dois militares do Exército iam utilizar contra a multidão que fes-

tejava o Primeiro de Maio de 1981.

Sepultado Golbery, surgiu uma cópia da carta que ele teria enviado a Figueiredo, dando conta de que, ao contrário das versões oficiais, o atentado era obra do DOI-Codi e fazia parte dos planos dos militares envolvidos com a repressão política e torturas, com o objetivo de impedir a abertura política.

No final de setembro, foi solicitada oficialmente a reabertura do processo pelo Ministério da Justiça.



Michelângelo

coube tocar o sino, na intenção de despertar a consciência dos cidadãos para a questão do abandono social do menor, no país.

Em outras partes do mundo, a cerimônia pela paz chamou a atenção contra a guerra atômica (Japão), pela preservação ecológica da terra (Alemanha), pela cooperação entre os povos (Antártida), pela paz de todas as crianças (ONU), pela preservação da identidade cultural (Indonésia) e contra a fome que flagela a infância na maioria dos países pobres (Moçambique).

POESIA SANDINISTA

Em seu giro pelo Brasil, na segunda quinzena de setembro, o padre Ernesto Cardenal aproveitou para divulgar a cultura sandinista e a poesia revolucionária. Poeta, o sacerdote e ministro da Cultura da Nicarágua participou de um encontro no Teatro Casagrande, no Rio de Janeiro, no dia 21. No convite, trecho de um poema, mostrando a inquebrantável fé do padre-ministro malvisto pelo Vaticano: "... e Sandino dizia aos camponeses: - Algum dia triunfaremos. Se eu não alcançar esse dia, as formiguinhas irão me contar a boa nova debaixo da terra".

ACIDENTE NO MIRAD

Apesar das conclusões iniciais da comissão de investigação da Aeronáutica, que apontaram a possibilidade de defeito numa das turbinas do HS-125 – um jatinho que os ministros costumam temer – talvez em função da sucção de um pássaro, nem todo mundo afastou a idéia de que o desastre que matou o ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, em Carajás, Pará, no dia 8 de setembro passado, possa ter sido resultado de um atentado. Segundo o setor de segurança do ministério, várias sabotagens tinham sido descobertas em aviões do Incra, enquanto se tornava público que o ministro vinha recebendo ameaças de morte por telefone, quase todo dia.



Walter Santos

Marcos Freire, político de destaque de Pernambuco, estava para completar três meses no cargo, por onde já passaram outros dois nomes (Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, e Dante de Oliveira, da esquerda pemedebista). Com Marcos Freire, que naquele dia fora conhecer al-

guns projetos no agitado sul paraense, morreram o presidente do Incra, José Eduardo Vieira Raduan; o secretário geral do ministério, Dirceu Pessoa, e mais três funcionários, além dos três tripulantes, do Grupo Especial de Transportes, da Presidência da República.

CEGO, PADRE VIAJA

Várias vezes, os latifundiários da região de Mossâmedes e Sanclerlândia, em Goiás, tentaram afastar o padre italiano Francisco Cavazzuti do trabalho junto aos agricultores sem terra. Em 1971, o então governador goiano chegou a pedir sua expulsão do país. Leonino Caiado – tio do Jader

da UDR, Ronaldo Caiado – alegava, naquela ocasião, que o padre italiano insuflava posseiros.

No final de setembro, o padre Francisco Cavazzuti voltou à Itália, em definitivo e cego, devido ao atentado que sofreu no final de agosto, a tiros de espingarda, logo após a celebração de uma novena, em Mossâ-

medes. O pistoleiro, Marcelino Antônio, inventou uma história para explicar o crime, mas a população não tem dúvidas de que o atentado foi encomenda de latifundiários da região.

Para a Comissão Pastoral da Terra, da CNBB, uma das próximas vítimas da UDR será o padre Ricardo Rezen-de Figueira, coordenador da

comissão na região do Araguaia-Tocantins, uma das áreas de maior tensão fundiária. Segundo denúncia da CPT, a senha para o assassinato do padre foi dada no dia 14 de setembro passado, quando o presidente da UDR referiu-se a ele como "bandido de alta periculosidade", em declarações à imprensa paulista.

RESERVAS IGUAIS ÀS DO PAÍS

O Brasil tem pelo menos três dos mais ricos homens do mundo, de acordo com as revistas norte-americanas *Fortune* e *Forbes*, que, nas edições de setembro, divulgaram a tradicional lista anual das maiores fortunas mundiais, parte delas localizadas em países petrolíferos do Terceiro Mundo.

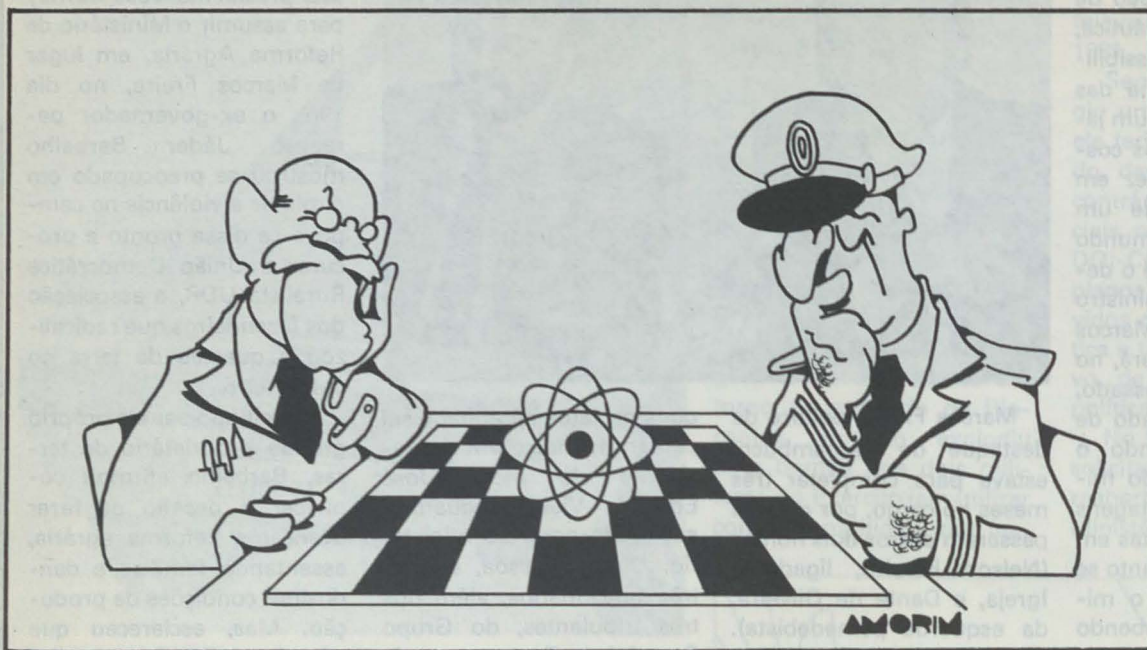
Segundo as publicações, variam de 1,1 a 1,2 bilhão de dólares as fortunas pessoais de Sebastião Ferraz de Ca-

margo Penteado, 79 anos (Empreiteira Camargo Corrêa), Antônio Ermírio de Moraes, 56 anos (Grupo Votorantim) e Roberto Marinho, 82 anos (Sistema Globo). Juntos, os três possuem o equivalente às reservas brasileiras, calculadas em pouco mais de 3 bilhões de dólares.

A Camargo Corrêa lidera um grupo de 33 empresas, que levam os interesses de Sebastião Camargo também às áreas do comércio, finanças, indústria, agropecuária e mineração.



Walter Santos



Amorim

chimbo, na Amazônia – possível campo de eventuais testes atômicos subterrâneos – chegaram a merecer relatório especial, durante a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho último, quando os cientistas demonstraram o temor de que se originasse uma corrida pela bomba, entre Brasil e Argentina.

Enquanto isso, o presidente Sarney visitava seu colega argentino, Raúl Alfonsín, e merecia a especialíssima deferência de visitar a secreta usina de enriquecimento de urânio de Pilcaniyeu, perto de Bariloche, onde nem o próprio Alfonsín estivera antes. O gesto, segundo o presidente argentino, era a prova

O Brasil no Clube Atômico

O temor de objetivos bélicos movimenta a comunidade científica, que reivindica participação e prega o controle civil

As reiteradas afirmações do presidente José Sarney, em seu discurso de 4 de setembro passado, não eliminaram as dúvidas da cabeça de muitos cientistas. Eles continuam a temer o aproveitamento bélico dos avanços conseguidos no programa paralelo de pesquisas nucleares, no qual, segundo o anúncio presidencial, conseguiu-se dominar a tecnologia do enriquecimento do urânio pelo método da ultracentrifugação, no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares-Ipen, da Universidade de S. Paulo, após oito anos de um trabalho coordenado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear-CNEN, ao custo de 37,3 milhões de dólares.

A importância do avanço tecnológico é inegável e o ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, ao comentar a

notícia, ressaltou, além das intenções pacíficas, a superação das dificuldades que os detentores do conhecimento nuclear procuram criar ao desenvolvimento autônomo dos demais países no setor. A reação oficial argentina foi positiva, em decorrência dos acordos bilaterais já existentes.

Recusa à bomba

Nos últimos meses, as preocupações com a área nuclear, no Brasil, tinham deixado de lado as críticas ao acordo com a Alemanha Federal e às paralisações da usina de Angra I, para concentrar-se no programa paralelo, sob a coordenação da CNEN e direção da marinha, interessada no submarino nuclear. O caso das contas secretas da CNEN e os poços profundos na Serra do Ca-

mais clara que o seu país rejeitava a fabricação da bomba atômica.

O clamor dos cientistas brasileiros pela abertura do programa paralelo obteve a resposta no começo de setembro, quando se confirmou o sucesso do projeto em enriquecer urânio por ultracentrifugação, na proporção de 1,2%. Revelado oficialmente, deu-se o passo decisivo para seu acompanhamento pela comunidade científica, ao mesmo tempo em que se colocava em debate a utilidade do programa conjunto Nuclebrás-KWU, que busca o enriquecimento do urânio pelo método do jato centrífugo, ainda experimental e considerado economicamente inviável.

Uma posição final é esperada para os próximos meses, enquanto a comunidade científica obtém do governo eco às ponderações de que o salto tecnológico,

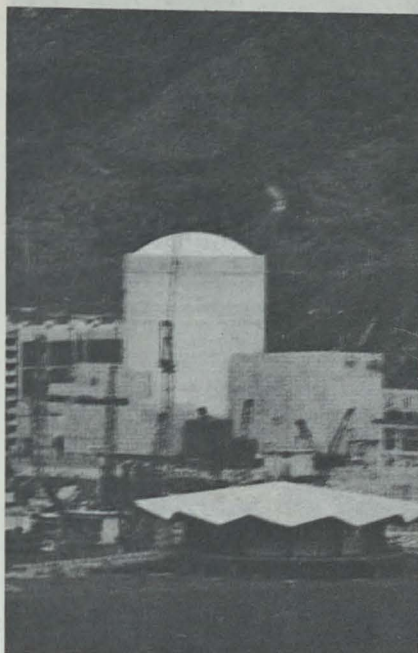
Westinghouse, o troco

na área do átomo, deve objetivar benefícios sociais e usos pacíficos, sem desviar-se para emprego militar. Ao enfatizar que o Brasil se reservava o direito de decidir pelo pleno conhecimento científico e suas utilizações, Sarney fez questão de acentuar "as finalidades exclusivamente pacíficas do programa nuclear brasileiro".

Grande mercado

Dando os primeiros passos autônomos no Clube Atômico, o Brasil abre perspectivas de participação num mercado internacional, que ultrapassa 10 bilhões de dólares anuais e onde funcionam cerca de 350 reatores.

Com a quinta reserva mundial de urânio, o domínio da tecnologia significa também possibilidades comerciais em novas bases para o Brasil, que passa a pertencer ao grupo de 20 países com tecnologia nuclear, dos quais oito (Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha, França, China, Índia, Israel e África do Sul) possuem a bomba. ●



Neir Benedicto/F4

Angra I: projetada para não funcionar

Responsável pelo projeto e equipamentos da central nuclear Angra I, uma usina feita deliberadamente para nunca funcionar – segundo opinião de cientistas brasileiros – a empresa norte-americana Westinghouse acabou colhendo o resultado de seu desastrado comportamento. Já enfrentando um processo movido pelas autoridades brasileiras nos tribunais de Nova Iorque, devido ao fiasco de Angra I, a Westinghouse viu suspenso o contrato para o fornecimento de equipamentos para a hidrelétrica de Ivaiporã, no Paraná, no valor total de 27 milhões de dólares.

A suspensão foi determinada por decisão da juíza Maria Helena Cisne Cid, da 14ª Vara Federal, do Rio de Janeiro, no dia 25 de setembro, atendendo a uma ação popular promovida por Moacyr Nunes de Barros e Afonso Celso Burlamaqui.

Contaminação nuclear

Ninguém poderia supor que, depois da explosão de um reator em Tchernobyl, na União Soviética, o Brasil poderia vir a registrar o que já se considera um dos maiores acidentes nucleares em tempos de paz: 16 pessoas gravemente contaminadas (dez foram transferidas para o Hospital Naval Marclio Dias, no Rio de Janeiro), algumas já declaradas sem chances de sobrevivência, e outras 40 sob observação, sendo ainda prematuro um prognóstico sobre a evolução do mal.

Tudo decorreu da abertura e manipulação de uma cápsula de césio-137, num ferro-velho de Goiânia, em Goiás. O material pertencera ao Instituto Goiano de Radioterapia, já desativado, e o dono do ferro-velho, Devair Alves Ferreira, rompeu a cápsula, cujo brilhante pó de césio serviu de brincadeira às crianças da casa.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear despachou cerca de 30 técnicos para a área do acidente.

Nossa supermáquina

Algumas questões de grande importância sobre capacitação tecnológica foram assinaladas pelo professor Alberto Luiz Galvão Coimbra, fundador da Coppe/UFRJ e professor da pós-graduação de engenharia química, em recente artigo no boletim "C&T Notícias", da Finep.

Segundo o cientista, "inexiste filantropia internacional. Os países desenvolvidos não cedem sua tecnologia e o Brasil não pode esperar por isso para alcançar níveis significativos de desenvolvimento. (...) O desenvolvimento industrial brasileiro somente será alcançado através da reserva de mercado, aplicada e ajustada de acordo com as circunstâncias. (...) Ainda hoje, muita gente fala em transferência de tecnologia, como se fosse a salvação para os nossos problemas. Dizem que tecnologia se compra. Não é verdade. O que se compra são caixas pretas, onde se encontra uma porção de coisas complicadas ou não. (...) Durante um período temos de nos conformar em viver aquém do desenvolvimento do

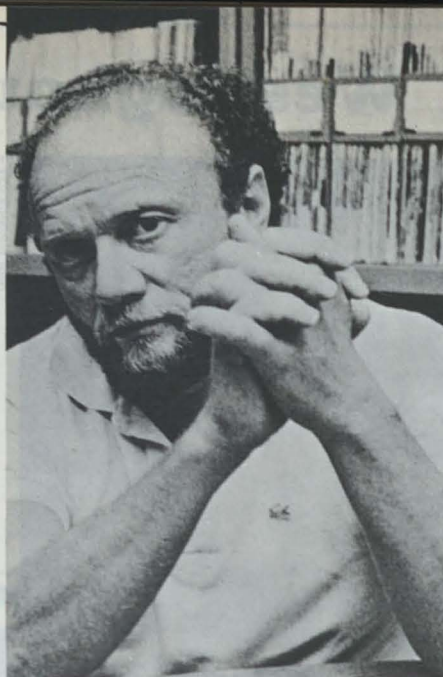
resto do mundo, criando e defendendo o nosso mercado. Só por pouco tempo."

Ele relembra a experiência dos países socialistas, que se fecharam para desenvolver sua própria tecnologia e o fizeram com tanto sucesso que, hoje, podem promover certas aberturas, como as "joint ventures" admitidas pelos soviéticos e a fábrica de coca-cola na China. "Isso, no entanto, não aconteceu na China de Mao Tsé-Tung, nem na União Soviética de Stalin. Naquela época eles estavam se fortalecendo. Com as fronteiras abertas não conseguiriam se industrializar, nem implantar tecnologias de ponta, para o bem do povo", assinala o cientista.

Ele frisa, porém, que, ao lado da extensão do mecanismo da reserva de mercado a setores básicos, como química fina, mecânica de precisão, novos materiais, petroquímica e biotecnologia, é preciso que a indústria nacional ofereça demanda aos setores de desenvolvimento tecnológico e pesquisa.

O pensamento de Leon Hirszman

Com a morte de Leon Hirszman, pode agravar-se a crise do cinema brasileiro, que perdeu um de seus mais brilhantes realizadores e um arguto analista dos impasses da atividade no país



Embrafilme

A crise do cinema nacional

O cerne da questão cultural passa pela comunicação e esta, pela televisão – disse Leon Hirszman, procurando sintetizar a causa básica das dificuldades que estão sufocando a produção cinematográfica, subtraindo centenas de milhares de espectadores, a cada ano, esvaziando e fechando salas de exibição. Tudo isso ocorre, sem que se esboce para o setor uma política coerente, semelhante à que permitiu sustentar o desenvolvimento de diversas outras áreas, como, por exemplo, a televisão, beneficiada de várias maneiras pelo Estado e privilegiada pela grande indústria. Em resumo, a ausência de uma política cultural deixa ao

O modelo cultural, definido pela ESG, sufocou as expressões independentes, ao tentar rimar cultura com seu conceito de segurança e desenvolvimento econômico

relento o cinema, com grave ameaça à sobrevivência dessa forma de expressão como atividade industrial no país.

A seguir, o leitor encontrará a visão do cineasta sobre a atividade, o que considera causas dos problemas e o que propõe como soluções, segundo ex-

pressou na mesa-redonda promovida pela revista "Terra Firme", em fins de 1984, ao lado de Sílvio Tandler ("Jango") e Eduardo Coutinho ("Cabra marcado para morrer"), quando discutiram o tema "O cinema brasileiro, de onde vem, para onde vai" com o jornalista e crítico Flávio Pinto Vieira e os sociólogos Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra.

De acordo com Hirszman, "o objetivo central era assegurar o uso dos meios técnicos de comunicação como canais de produção 'qualificada', cuja palavra-chave foi 'integração'. Com essa base, implementou-se uma Política Nacional de Telecomunicações traçada na Escola Superior de Guerra-ESG e, para que o plano funcionasse, toda a máquina do Estado foi acionada. Investiu-se violenta e arbitrariamente na televisão e o resultado dessa política, que utilizou a questão cultural como eficiente aparelho de dominação, é visível hoje em todos os setores, principalmente naqueles de expressão independente, como o cinema". (...) Para Hirszman, "a indústria cultural no Brasil pós-64 é a televisão, e isso constitui o ponto nevrálgico a ser discutido pelos trabalhadores da cultura, pela sociedade brasileira, para que se possa pensar num projeto alternativo

para o setor cinematográfico e outras áreas culturais".

"Agora, vivemos o tempo da televisão, da chamada cultura de massas, e a situação do cinema, no Brasil, é dramática. No miolo do drama, como já disse, encontra-se a junção Estado-TV-Monopólios que, em grande medida, penaliza aqueles meios de comunicação que não se submetem aos seus ditames. Isso fez, finalmente, com que eclodisse a crise atual que, concretamente, se manifesta em vários níveis e dimensões, sendo que alguns aspectos aparecem coordenados entre si, no tempo, ampliando, portanto, algumas dimensões da crise geral. É o caso da 'crise de bilheteria', que se aprofunda em consequência da 'crise interna de realização' e que, por sua vez, combina seus efeitos com os da primeira e termina beneficiando a televisão, piorando ainda mais a situação do setor cinematográfico.

"O cinema deixou de ser artesanato para ser um investimento que, como qualquer outro, tem que se pagar e, ainda mais, assegurar um retorno em forma de lucro. (...) Cinema enquanto artesanato só acontece num Estado socialista e, mesmo assim, países como Cuba, União Soviética, Hungria, Polônia

A tevê oferece aos anunciantes dezenas de milhões de consumidores potenciais e o Estado reforça essa tendência. Se o cinema rende cada vez menos quem vai investir?

e outros têm uma política econômica definida para a cultura, segundo a qual o Estado investe no cinema e, logo, reinveste o retorno obtido na esfera da circulação em um fundo de financiamento, que realimenta a produção.

"Vive-se num país subdesenvolvido, mas raciocina-se como se estivéssemos na França, onde há uma grande tradição no exercício dos direitos do cidadão, de luta e organização da sociedade; ou na Itália, na Inglaterra ou nos Estados Unidos – paradigma ocidental da defesa do 'livre mercado' – se mantém vigente uma lei antitruste para as comunicações. Desde 1948, a chamada lei Paramount obriga as redes de exibição de tevê a adquirirem pelo menos 50% de seus programas (vídeo-teipe, cinema, séries, peça de teatro, música) de outros produtores dos Estados Unidos. Isso

oxigena o mercado e a produção, porque despadroniza e torna mais diversificada a produção cultural.

"Uma lei antitruste, no Brasil, não só é necessária como deve ser tema para a Constituinte. Se a sociedade não discutir a questão da comunicação, não haverá como analisar a chamada crise cultural.

"A relação de descomprometimento

LEON HIRSZMAN 22.11.1937/16.09.1987

O cineasta morreu vitimado pela Aids, possivelmente contraída em 1984, quando fez uma transfusão de plasma sanguíneo.

Filmografia

Pedreira de S. Diogo, um dos episódios da obra coletiva *Cinco vezes favela* (1962), ao lado de Joaquim Pedro de Andrade, Marcos Farias, Cacá Diegues e Miguel Borges

Maioria absoluta, documentário (1964)

A falecida, primeiro longa-metragem, a partir da obra de Nelson Rodrigues (1965)

Garota de Ipanema, longa-metragem inspirado na música de Vinicius de Moraes (1967)

Sexta-feira da Paixão, Sábado de Aleluia, episódio de *América do sexo* (1969)

Nelson Cavaquinho, documentário (1969)

São Bernardo, longa-metragem a partir da obra de Graciliano Ramos (1972)

Megalópolis, documentário (1974)

Ecologia, documentário (1974)

Cantos de trabalho no campo: Mutirão, documentário (1976)

Cantos de trabalho no campo: Cacau, documentário (1976)

Cantos de trabalho no campo: Cana-de-açúcar, documentário (1976)

Que país é esse?, documentário de longa-metragem, co-produzido pela Rádio Televisão Italiana-RAI (1977)

Rio, carnaval da vida, documentário (1978)

ABC da greve, documentário sobre a greve do ABC paulista (1979)

Cinema brasileiro, cinema ocupado, documentário (1980)

Eles não usam black-tie, longa-metragem, baseado na peça de Gianfrancesco Guarnieri, "Leão de Ouro" do Festival de Veneza (1981)

Imagens do inconsciente - Em busca do espaço cotidiano, No reino das mães, A barca do sol, documentário sobre o trabalho da Dra. Nise da Silveira e a expressão artística dos internos do Centro Psiquiátrico Pedro II (1983-1985).



"Imagens do Inconsciente", trilogia final

Embrafilme



"Eles não usam black-tie", o mais premiado

Embrafilme

da tevê brasileira com o cinema é injusta, porque, se estamos numa economia positiva e real, em que há investimentos que necessitam retorno, o Estado não pode canalizar todos os seus incentivos para um único meio, que recebe todos os benefícios, ao passo que esse mesmo Estado não se preocupa sequer como financiar os cinemas do interior que estão fechando. A atividade cinematográfica não tem isenção de nada: a energia elétrica é cobrada comercialmente, não é industrial; não se tem isenção de ISS, não há favorecimento algum.

"A tevê só pode se desenvolver, no

Brasil, porque foi implementada, fomentada e mantida pelo Estado.

"Nosso papel é articular um elenco de reivindicações que possam servir de base para um projeto político que desemboque no desenho de uma Política Nacional de Cinema, assim como há uma Política Nacional de Telecomunicações e, do mesmo jeito, se está trabalhando para uma Política Nacional de Informática. A situação atual não é estática. Ao contrário, é de transformação a nível da crise, e crise é uma situação de mudança social, de mudança inclusive de mentalidades, para novas conquistas importantes."

Lendas, mitos e realidades

Vindos de todas as partes das Américas, índios e uma centena de filmes e vídeos produziram um encontro de reflexão

O II Festival Latino-Americano de Cinema dos Povos Indígenas marcou mais um passo do indigenismo continental em direção à coordenação de esforços, na defesa dos povoadores originais, ao reunir em setembro especialistas e leigos com representantes de tribos de diversos países e confrontar a todos com obras as mais diversas sobre a problemática do homem americano, ontem e hoje. Do índio recém-contatado das matas amazônicas ao índio já atrelado a uma sociedade moderna, o festival serviu para expressar lendas, mitos e realidades de culturas que tornam o acervo humano das Américas extraordinariamente rico.

Um júri, composto de sete índios — chanka peruano, mapuches argentino e chileno, kuna panamenho, quêchua equatoriano, maya-quiché guatemalteco e um parecí brasileiro — atribuiu menções, menções especiais e reconhecimentos especiais a 11 dos filmes e vídeos participantes, destacando que levou em consideração, entre outros aspectos, "a mensagem e o conteúdo dos filmes e vídeos para a preservação e a promoção da identidade e dos valores sociais, culturais, estéticos, morais e religiosos de nossos povos".

Premiações

Brasil, Equador, México, Colômbia e Peru foram os países com maior número de obras no festival, tanto em filmes quanto em vídeos, tendo sido apresentadas ainda produções da Argentina, Venezuela, Bolívia, Chile, Estados Unidos (sobre mayas atuais), Canadá (sobre esquimós netsilik), Suíça (sobre os shuar equatorianos e os yanomami brasileiros) e França (sobre os mapuches chilenos e seus problemas atuais com a ditadura militar, e sobre a vida dos pia-roa venezuelanos, ritos dos guajiro venezuelano-colombianos e a peregrina-

ção anual dos quêchua peruanos).

As dificuldades de sobreviver como povo, frente à organização avassaladora da comunidade não-Índia, é um tema recorrente em todos os filmes que mereceram destaque, na apreciação dos jurados indígenas.

Causachum Cusco, de Alberto Giudice (Argentina), recebeu menção espe-



Duda Bentes

Índios: porta-vozes da própria cultura



"El Negocio": contra ação estrangeira

cial, enquanto as menções foram para *Povo da Lua, povo do sangue*, de Cláudia Amdujar e Marcello Tassara (Brasil); *Así pensamos*, de Camilo Luzuriaga (Equador) e *Tiag: lo que hay, lo que existe, lo que aún queda y es inagotable*, de Gusta-

vo e Igor Guayasamín (Equador).

Reconhecimento especial foi para os filmes *Gerónima*, de Raul Tosso (Argentina); *Amazonas, el negocio de este mundo*, de Carlos Aspurna (Venezuela), e *República Guaraní*, de Sílvio Back (Brasil).

O filme argentino narra a história de uma família mapuche, da Patagônia, em luta com a civilização circundante para manter suas tradições, já que não possui mais a terra. A incorporação à civilização significa, igualmente, a destruição de sua cultura.

O filme de Carlos Aspurna focaliza as denúncias de genocídio e espionagem industrial e mineral, no território venezuelano de Amazônia, envolvendo a seita norte-americana "New Tribes Missions", em 1979. (A seita norte-americana também atua na Amazônia brasileira, com o nome de "Novas Tribos do Brasil", sendo por diversas vezes também responsabilizada por pesquisas geológicas ilegais e acusada de contrabando de pedras preciosas e minerais estratégicos.)

Quanto ao já conhecido filme de Sílvio Back, focaliza a experiência das reduções guaranis e seus resultados singulares sob direção dos padres jesuítas, na área do rio Uruguai, nos séculos XVII e XVIII, até serem desarticuladas na segunda metade do século XVIII.

Porta-vozes da cultura

Ao lado da realização de debates e exibição de filmes e vídeos, o festival, coordenado por Cláudia Menezes e Daniel Caetano, do Museu do Índio, pôde dar um passo considerado muito importante pelos índios: capacitá-los a utilizar os meios audiovisuais.

Tal preocupação eles acentuaram, numa declaração do júri, segundo o qual "os filmes e vídeos que versam sobre a realidade indígena não devem se limitar a retratar, de forma unilateral, nossas formas de organização social, cultural ou religiosa, mas, pelo contrário, devem sempre ser veículos que nos permitam exercer o legítimo direito ao uso da palavra. Para nós, é importante deixarmos de ser considerados mero objeto de estudo e, com a colaboração de produtores, realizadores e antropólogos, passarmos a representar o papel de porta-vozes de nossas próprias culturas".

Agora você tem mais razões e vantagens para assinar e indicar

CADERNOS DO
terceiro mundo

**Suplemento
BRASIL**

Todos os meses

**PROMOÇÃO
CONTINUA**

**DESCONTOS
DE ATÉ 27%**

Assine já.
Leia sempre.

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. central) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela ao lado, e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Efetuando apenas 1 assinatura, a sua ou de um amigo(a), não deixe de preencher também o cupom do brinde.

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	850,00	850,00	
2	800,00	1.600,00	1 Livro de nossa escolha
3	780,00	2.340,00	1 Disco de "Radamés Gnattali"
4	760,00	3.040,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	700,00	3.500,00	1 Disco de "Radamés Gnattali" mais 2 livros de nossa escolha

1 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

2 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

3 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

4 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

5 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. central

CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela .

De acordo com a promoção, remeto Cz\$ em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal-ag. central, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.guardo o brinde a que tenho direito.

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.

Brasileiros descobrem Portugal

Os ventos da recessão econômica estão levando muitos brasileiros a aportarem em Portugal, onde já formam a segunda maior colônia estrangeira

Carlos Pinto Santos

Recente notícia informava que, apenas no consulado português de S. Paulo, aguardavam resposta favorável 20 mil pedidos de cidadãos brasileiros desejosos de emigrar para Portugal. Por coincidência, é também de 20 mil a estimativa das autoridades portuguesas e dos consulados em Lisboa e no Porto, quanto ao número de brasileiros já residentes em terras lusitanas, embora, nos registros do Serviço de Estrangeiros, do Ministério da Administração Interna, e nos consulados, constassem apenas 7.470, no final do ano passado.

Vários são os motivos que estão produzindo essa migração, mas a maior parte dos que desembarcam neste lado do Atlântico cita um aspecto determinante: a falta de perspectivas no Brasil. Crise social, insegurança, inflação, degradação do nível de vida, descrédito no futuro imediato do país, desilusão com os insucessos dos programas de recuperação econômica são as imagens e os sentimentos que trazem na bagagem, ao desembarcar no aeroporto da Portela.

De domésticas a industriais

A diferença entre as estimativas e os números oficiais decorrem do fato de que as estatísticas não abrangem os que entram em Portugal como turistas, mas acabam permanecendo além dos seis



meses permitidos, sem solicitar a licença de residência e trabalho. Apesar da incerteza dos números, sabe-se que os brasileiros formam hoje a segunda maior comunidade estrangeira em Portugal, depois dos cabo-verdianos (cerca de 27 mil) e estão à frente de espanhóis, britânicos, guineenses, angolanos e moçambicanos.

As inscrições no consulado brasileiro em Lisboa indicam que a tendência é de aumento: em 1980, foram 342, passando a 525, em 1985, e a 680 em 1986. Só nos oito primeiros meses deste ano, o número já ultrapassou a 600.

Daqueles 7.470 brasileiros que constavam das estatísticas oficiais, em fins do ano passado, o grupo mais numero-

so é o de estudantes, com 3.302, seguindo-se 989 domésticas, 517 profissionais de ofício (operários especializados e artesãos), 265 jogadores de futebol, 199 missionários, sacerdotes e religiosos diversos, 186 funcionários públicos (um brasileiro pode se tornar funcionário, após cinco anos de residência, nos termos da Convenção sobre Igualdade de Direitos, conservando a nacionalidade), 143 comerciantes, 142 professores e 104 empregados de escritório.

Há, ainda, 84 empregados de comércio, 72 operários de construção civil, 63 trabalhadores agrícolas, 50 hotelheiros (restaurantes de nomes como Brasuca, Comida de Santo, Fla-Flu, começam a proliferar em Lisboa), e 38 outros operários, além de 24 industriais e 18 gerentes.

As profissões liberais estão bem representadas: são 75 médicos e dentistas, 74 engenheiros, 33 arquitetos e 32 economistas, enquanto 26 cantores, músicos e bailarinos profissionais aquecem as noites lusitanas com ritmos tropicais.

Afinidades

Se é impossível que os papéis se invertam, mudando o sentido do fluxo migratório histórico entre os dois países (a emigração portuguesa para o Brasil caiu abruptamente, nos últimos anos), não há dúvida de que Portugal exerce atração especial nos brasileiros dispo-

tos a abandonar a sua terra.

Além da afinidade da língua, proximidade cultural, velhos cordões familiares, romantismo da redescoberta ou facilidades legais, outros fatores influem na escolha: a recente imagem de prosperidade relativa, tranquilidade social e também a hipótese de trampolim para outros países, em decorrência da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

No futebol, a invasão

Há um time com 8 brasileiros, todos têm pelos menos um, e o jeitinho à portuguesa propicia que seja "canarinho" um em cada seis jogadores inscritos na primeira divisão

Entre protestos mais ou menos sinceros e uma boa dose de ironia, a imprensa esportiva portuguesa continua a registrar as reclamações vindas de vários meios – políticos, jornalistas, Sindicato dos Jogadores de Futebol, "falanges de apoio" – pela "invasão" de futebolistas brasileiros no esporte-rei em Portugal. Significativamente, quem menos protesta contra essa imigração muito especial, ou só faz da boca para fora, são os dirigentes dos clubes.

A razão é simples: excluindo meia dúzia de craques, o jogador brasileiro sai mais barato que um português do mesmo nível. Além disso, o futebolista que chega a Portugal (há representantes de 20 nacionalidades) tem formação técnica completa, o que poupa aos clubes a custosa preparação de um juvenil. Com a miopia do curto prazo e a ânsia dos resultados imediatos que os caracteriza, os dirigentes portugueses preferem, por essa tosca aritmética, virar-se cada vez mais para o inesgotável viveiro tropical.

Mozer, Elzo, Casagrande

Na última temporada, 265 jogadores



Geraldão: F.C. do Porto Celso: também no Porto Chiquinho: Benfica Paulinho Cascavel: Sporting

brasileiros estavam inscritos nos três escalões do futebol português. No campeonato da primeira divisão, iniciado em agosto passado, os 20 clubes apresentam 80 profissionais contratados no Brasil, num total de 496 inscritos (os demais estrangeiros somam 66). Nenhuma equipe prescinde de exibir, pelo menos, um futebolista brasileiro. O recordista é o Espinho, com oito, seguido do campeão europeu, o Futebol Clube do Porto, mais o Braga e o Rio Ave, cada qual com sete. O Guimarães, Sporting, Boavista e Marítimo contrataram seis, cada um, enquanto o Benfica, campeão nacional, tem cinco.

Somente alguns podem ser considerados grandes craques e com nomes que tragam recordações às torcidas brasileiras: Mozer, Elzo e Chiquinho, os três da seleção e agora no Benfica; Casagrande e Geraldão, também da seleção

e agora no Porto, onde se encontram também Celso e Juary; Marlon e Paulinho Cascavel, do Sporting, e Zé Mário, do Belenenses. E poucos mais. Os restantes serão ilustres desconhecidos para as arquibancadas do Maracanã ou do Morumbi.

A artimanha da Federação Portuguesa, para garantir a presença inflacionária dos profissionais brasileiros, consiste em recorrer à Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, ignorando a lei da Fifa, que impede a atuação simultânea de mais de dois estrangeiros por equipe, nas competições nacionais.

Os técnicos também estão bem representados, pois dirigem cinco das 20 equipes da divisão principal, sem contar que são brasileiros numerosos treinadores-adjuntos, preparadores físicos e assessores de diversos tipos.

Um gaúcho no Bairro Alto

Chegando a Portugal por acaso, um médico troca as receitas por uma gafeira e não quer outra vida

No impossível retrato-tipo do brasileiro em Portugal, Itamar de Grandi, médico gaúcho de 32 anos, escaparia, apesar de tudo, a qualquer tentativa de caracterização. Afinal, chegou a Portugal por acaso, quando teve impedida sua entrada na Espanha – onde pretendia viver – por falta de visto no passaporte.

Está há três anos e meio em Portugal. Sente-se bem e está convencido que conhece melhor o país do que muitos de seus amigos portugueses, e, pelo relato de seus passeios, acredita-se no que diz. Quando não passeia, gerencia a Gafeira do Bairro Alto, ponto de encontro dos brasileiros.

Cansado da medicina, sobretudo da saúde pública, em que trabalhou por três anos, Itamar saiu do Brasil, em março de 1984, para viver na Europa, fi-

xando como etapa inicial a Espanha, para onde comprou uma passagem apenas de ida. Acabou em Portugal, onde, em poucos meses, já conhecia meio mundo da boêmia intelectual do Bairro Alto, Príncipe Real e arredores. Numa daquelas noites, recebeu uma proposta dos donos de um restaurante brasileiro: dirigir uma gafeira-escola de samba.

Foi juntar o útil ao muito agradável, se aqui se disser que Itamar puxa mais para o ritmo e a arte do que para um estetoscópio. A Gafeira do Bairro Alto, a primeira de Lisboa, tornou-se ponto de encontro da colônia brasileira e uma atração para muitos portugueses e os turistas do verão lusitano. A pista de dança é pequena, mas vale a pena ir lá, se se conseguir entrar. Entrando, vai-se



C.P. Santos

Itamar divide-se entre o balcão e o palco

ver as estatuetas de lemanjá e S. Jorge, e pode-se beber coisas como a caipirinha e sucos de goiaba, maracujá e caju.

E ouve-se Stela, uma paulista de 26 anos, noiva de um baterista português, voz bonita e com planos de gravar um disco, em breve. Mas, Itamar também canta: sai de trás do balcão e faz parceria com Stela, num jeito vagamente à Ney Matogrosso.

"Sinto-me em casa" – diz Itamar, sem se preocupar com o sotaque gaúcho marcante, ao ponto de clientes pensarem que é um português que fala à brasileira, para dar ambiente à casa. Sua única queixa são os dois anos que esperou pelas licenças de residência e trabalho, talvez porque o funcionário tenha demorado em entender o que levaria um médico a requerer o registro de gerente de bar.

Apesar de se sentir bem e reconhecer que a gafeira lhe dá rendimento maior que o que obteria na medicina do Rio Grande do Sul, não faz planos a longo prazo. Tanto pode continuar em Portugal, quanto partir "para outra", como especializar-se em psicoterapia.

Mas, hoje à noite, estará se dividindo entre o balcão e o palco da Gafeira do Bairro Alto.

Jovens atrás do futuro

Um pintor, uma estilista e três técnicos em computação, todos jovens, dizem que encontraram novas perspectivas

Leila Magalhães

Nabor Ferreira, 26 anos, paulista, técnico em Informática, trabalha há alguns meses em Lisboa. Nabor chegou a Portugal com dois colegas de Campinas, São Paulo, Alberto Oestreich e Clodoaldo Betti, ambos de 23 anos. Os três foram contratados para trabalhar num projeto de informatização de uma grande cadeia de supermercados da periferia de Lisboa. Nabor conta que se integrou rapidamente à sociedade portuguesa. Apesar da dificuldade inicial em se habituar com a carregada pronúncia lusitana, os três afirmam se sentir em casa.

A surpresa do descobridor

Alberto Oestreich frisa que não é todo mundo que tem a oportunidade de sair do Brasil e diz que trabalhar na Europa "faz bem ao ego e valoriza muito o profissional no Brasil". Nabor destaca a segurança de se andar à noite pelas ruas de Lisboa, coisa bem diferente no Brasil: "Eram três assaltos numa só noite".

Entusiasmado, Clodoaldo Betti quase esqueceu as praias brasileiras. Para ele, o melhor de Portugal são precisamente as praias, não propriamente pela beleza do mar, mas pela liberdade dos banhistas: muita gente nua.

"A primeira vez que fui à praia, não acreditei. Achei que tinha entrado num clube de nudismo" – lembra Clodoaldo.

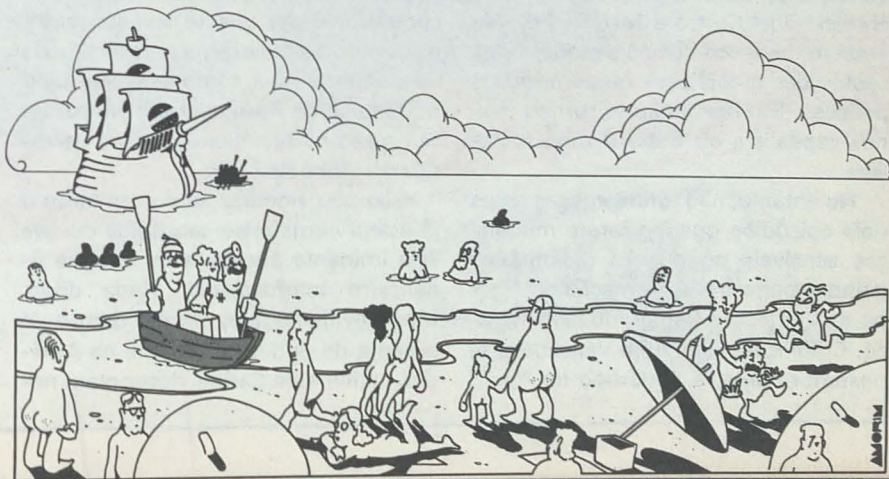
Rosani é carioca, de 26 anos, e está em Portugal desde o mês de abril passado. Emigrou em busca de melhor formação profissional e de emprego. Ao contrário dos rapazes, Rosani acha que seus colegas portugueses são "muito fechados". O que a desagrada mais, porém, é o clima: "Passo o dia inteiro enrolada em casacos, enquanto lá no Rio era minissaia o dia todo".

Apesar desses dissabores, ela pensa em continuar em Portugal, após o término do curso de estilismo, em que se matriculou no Centro de Formação Profissional da Indústria do Vestuário do Sul, em Benfica: "Com minhas qualificações profissionais, os salários que poderei ganhar aqui em Portugal são bem maiores do que os do Brasil, se arrumar emprego lá", reflete.

Da rua ao atelier

Um arquiteto dedicado à pintura, esta é a vida do gaúcho Guilherme Schilling. Ele conta que, para se estabelecer com um bom padrão de vida em Portugal, usou a única coisa que possuía e que não era valorizada no Brasil: o talento.

Guilherme começou como pintor de rua e hoje tem um atelier, montado poucos meses depois de chegar a Portugal, no Cais do Sodré. Ali vende seus quadros com temas náuticos às companhias de navegação, garantindo bom faturamento.



Amorim

De Brasília a Acapulco

Neiva Moreira

O impacto que produziu em Brasília não foi pequeno. Convinhamos que não era para menos: uma enorme bandeira soviética ondulando ao lado do pavilhão nacional, no mastro do imponente edifício do Itamarati. Seguramente, mais surpreendente ainda, fora ver as duas bandeiras tremulando juntas na base aérea da capital da República, à chegada do ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Eduard Shevardnadze. Quase 70 anos depois da revolução de 1917, um chanceler soviético nos visita oficialmente, e isso nos leva a uma reflexão: muitas vezes não sentimos, mas a marcha da História continua inexoravelmente o seu curso.

Não poucos revolucionários foram parar na cadeia por terem, em suas casas, algum livro ou um papel qualquer com o símbolo da revolução soviética. O monumento a Juscelino, concebido por Niemeyer, projetando uma sombra discretamente parecida com aquele símbolo, provocou uma tempestade, no fim do período autoritário. Não foi fácil convencer alguns militares de que aquela sombra podia parecer incômoda e sugestiva, mas nada tinha a ver com a foice do urso vermelho.

Na verdade, tudo isso poderia parecer episódico, mas não o é. Muita gente ainda não se refez do susto ao ver na tela, numa conversa civilizada e cordial, Fidel Castro e José Sarney. No entanto, nenhum dos dois mudou suas convicções ideológicas ou as posições políticas. E o Brasil não se tornou menos capitalista ou Cuba menos socialista.

No entanto, não foram apenas esses dois episódios que indicaram mudanças sensíveis no quadro diplomático latino-americano. A formação do Grupo de Contadora (integrado pelo México, Colômbia, Panamá e Venezuela) e, posteriormente, a do Grupo de Apoio

(Brasil, Peru, Argentina e Uruguai) abriram caminho a um novo estilo nas relações entre os nossos países. Buscase, à margem de Washington, uma solução negociada para a crise que o sr. Reagan criou e alimenta na América Central. Em novembro, em Acapulco, México, oito presidentes latino-americanos vão se reunir "pela primeira vez, sem uma convocação da Casa Branca", conforme acentuou o chanceler mexicano, Bernardo Sepúlveda.

Os ministros da Fazenda do Brasil, do México e da Argentina reúnem-se para unificar a estratégia na discussão com o clube dos credores. E usam linguagem muito parecida.

Aquilo que os banqueiros mais temem, a Frente Única dos Devedores, na prática começa a existir, mesmo que o nome não seja esse e os documentos comuns evitem a designação polêmica. Mas, quando a Nigéria, em nome de mais 23 países do chamado mundo subdesenvolvido, leva ao Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e à sua desacreditada agência, o FMI, um ponto de vista comum daqueles países, o nome pode ser outro, mas a realidade é que se forma, na prática, um clube de devedores.

No choque do petróleo, se dizia que cada vez que um xeque árabe do Golfo espirrava, a economia do Brasil e de outros países do Terceiro Mundo ia para a cama. Hoje, começa a ocorrer o contrário. Basta que se levante, entre os devedores maiores, a perspectiva de novas moratórias, como a do Brasil, do Equador e do Peru, e quem vai para a cama são os banqueiros e seus patronos do Clube de Paris.

Isso não significa que o capitalismo já esteja numa crise sem saída ou que seja iminente a ruptura do sistema financeiro internacional. Nada disso. Mas é evidente que, mesmo dentro do sistema de poder dominante na América Latina e no Caribe, despontam no-

vas forças que começam a identificar a natureza dos seus próprios interesses. Mais do que isso: estão sendo obrigadas a fazer concessões, redefinindo a sua estratégia de sobrevivência.

Uma das descobertas dos nossos povos, embora ainda incipiente, é que nenhum projeto de emancipação econômica e social será real, se não partir de duas premissas: a unidade latino-americana e uma posição de independência frente aos Estados Unidos.

Como Bolívar, o Che Guevara – cujo 20º aniversário de morte foi a 8 de outubro – viu com clareza profética esse problema.

Poderia parecer que, com as transnacionais norte-americanas ampliando sua área de domínio, os *marines* instalados em vários países, a Nicarágua agredida, o Fundo Monetário Internacional e os banqueiros bloqueando o nosso desenvolvimento, a guerrilha comercial, a pressão tecnológica, pouco se tenha avançado a partir do sacrifício de Guevara.

Mas não é assim. Por muitas razões, o novo ordenamento diplomático latino-americano, ainda tímido e vacilante, mas avançando, revela o fortalecimento de um sentimento de independência e autodeterminação, que já se expressa em várias iniciativas concretas.

E é nesse quadro que tem sua importância histórica que a bandeira da URSS tremule em Brasília e que o governo brasileiro não tenha pedido licença a Reagan para reatar relações com Cuba, convidar Gorbachev a visitar o Brasil ou anunciar a ida de Sarney a Moscou.

Os desafios do futuro ainda são imensos e o sonho de Bolívar e Guevara está muito distante de ser realizado. Mas o fundamental é que sigamos nesse rumo, mesmo que não seja, nesta etapa, pelos caminhos que ambos, pelas circunstâncias objetivas que enfrentavam, trilharam.

PADRÃO INTERNACIONAL



**TECIDOS
DE
QUALIDADE**



**criação
ATUAL
E
EXCLUSIVA**



**ATENDIMENTO
ESPECIAL NA
EXPORTAÇÃO**

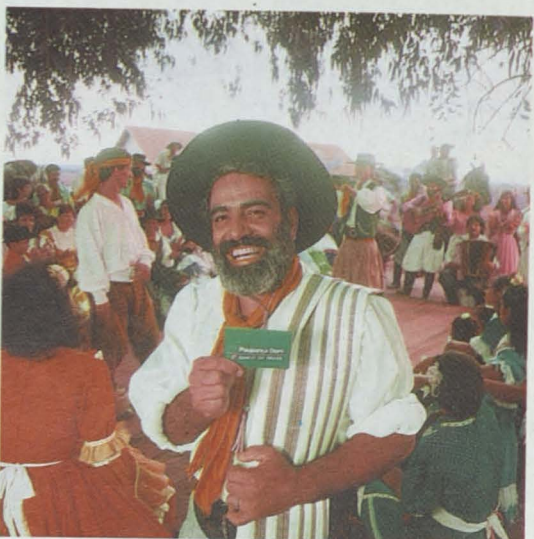
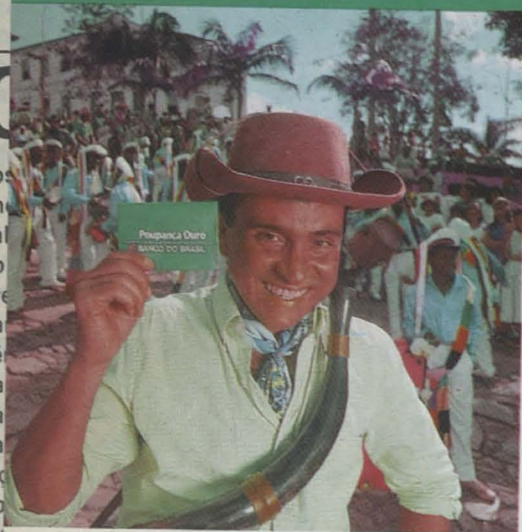


COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL - FÁBRICA BANGU
R. Fonseca, 240 - Bangu - Rio de Janeiro - Telefone: 331.5151 - Telex: 22.567 CPIB - Contato comercial: Sr. Moacir Macedo

(bangu)
97 anos

E festa no Interior

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil



A Poupança Ouro faz a festa da produção agrícola e pecuária.

Dá juros e correção monetária para os brasileiros do Interior e das Capitais.

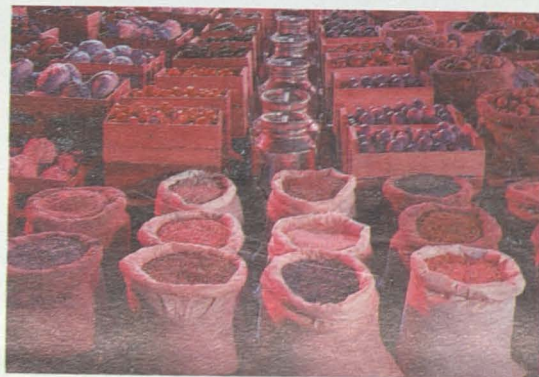
Tem a garantia do maior banco do País.

Leva crédito ao campo para aumentar a produção de alimentos e oferece lucro e segurança para o investidor.

Deposite na Poupança Ouro do Banco do Brasil. O melhor negócio para você.

E para o Brasil.

**Agora,
em se poupanando
tudo dá.**



 **BANCO DO BRASIL**